

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RENATA ALVES SAMPAIO

**Da noção de violência urbana à compreensão da violência do
processo de urbanização: apontamentos para uma inversão
analítica a partir da Geografia Urbana**

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RENATA ALVES SAMPAIO

**Da noção de violência urbana à compreensão da violência do
processo de urbanização: apontamentos para uma inversão
analítica a partir da Geografia Urbana**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Fani A. Carlos

São Paulo
2011

SAMPAIO, Renata Alves.

**Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização:
apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana.**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À Jose, meu grande amor, que com sua profunda intensidade e leveza,
me ensinou a levar a vida a sério, sem levá-la tão a sério.*

AGRADECIMENTOS

O momento da escrita de um trabalho possibilita não somente expor idéias, expor o movimento de um pensamento teórico, mas também agradecer explicitamente as diversas pessoas que nos ajudaram a trilhar percursos importantes durante a vida pessoal e acadêmica (mesmo admitindo que essa cisão não exista tão radicalmente).

Faço aqui alguns agradecimentos, ainda que corra o risco de não citar pessoas igualmente queridas e importantes.

Aos meus pais e minha avó: que mesmo longe – preocupados e amorosos – estão sempre presentes.

À Fani, minha querida orientadora: as suas palavras elogiosas, mesmo quando acho que não as mereço, me incentivam e me encorajam nesse processo às vezes dolorido, às vezes divertido, mas, sem dúvida nenhuma, intenso e gratificante (especialmente quando compartilhamos angústias, conversas, dúvidas, problemas). Tenho o maior prazer e orgulho de tê-la como orientadora.

Aos professores importantíssimos que tive na pós-graduação: os seus cursos foram imensamente responsáveis por muitas das reflexões possíveis nessa pesquisa. Se não pude agradecê-los pessoalmente, faço agora nesse pequeno espaço. Obrigada Amélia Luisa Damiani, Ana Fani Alessandri Carlos, Anselmo Alfredo, do Departamento de Geografia da USP; Pedro Fernando da Silva, José Leon Crochik, ambos do Instituto de Psicologia da USP. A vocês, o meu profundo respeito e admiração.

Às professoras Odette Seabra e Izabel Alvarez: pelas muitas contribuições na banca de qualificação. Nem todas puderam ser inseridas na redação, mas certamente colaboraram muito para a reflexão que sustentou esse trabalho. Obrigada Izabel (Bel), por ter se tornado uma grande amiga.

Aos meus queridos amigos do GESP – que são muitos: pois cresço e amadureço junto com vocês a cada uma de nossas discussões. Acredito que minha experiência acadêmica é mais viva e mais rica em função de nossa parceria. Obrigada, especialmente, Sávio, Camila, Fabiana e César, pela presença (sempre) e pelo carinho.

Aos amigos da Geografia: adoro e admiro todos vocês, cada um a sua maneira. Carol Mendes, Anaclara, Diogo Marciano, Cláudio Santos, Tico, Mato Grosso, Rafael Pachiega, André Baldraia, Felipão, Paulinha, Joana, Maria Rita, Joana e Alê (que mesmo distante, está presente).

Aos meus ‘incentivadores’: colegas que fiz há mais ou menos tempo na USP, mas que sempre demonstram, todas as vezes, preocupação e carinho e que estão sempre dispostos a me dispensar uma palavra de apoio. São eles: Luis Branco, Marquinhos, Fernandinho Z.O; Carol, Daniel, Renatinha, Fabião, Glauco, além de todo o pessoal do grupo de estudos d’O Capital.

A Carol e Paulão: pela já longa e importante amizade; por terem se transformado numa extensão da minha família (que agora cresce com a chegada da Teresa).

A Léa, Marcela e Fernanda: pela parceria que fomos estabelecendo ao longo desses anos. Não sei se vocês têm idéia do quanto são importantes para mim. Obrigada por estarem sempre dispostas a ouvir minhas lamentações e minhas reflexões.

A Elisa e Guará (Gustavo): pelas imensas ajudas com esse trabalho na reta final; jamais teria ficado pronto sem o suporte de vocês. Não há palavras que expressem os meus sinceros agradecimentos. Muito obrigada pelo carinho.

Ao Daniel e Karen, que chegaram, apesar de gaúchos, como ‘mineiros’: aos poucos e muito intensamente. Obrigada pela sincera amizade. Daniel: por toda ajuda, leitura e paciência, dedico esse trabalho também a você.

Ao Danilo Nakamura: a quem faço um agradecimento especial. Obrigada por ler cada momento desse texto e por compartilhar, tão generosamente, quase todas as minhas dúvidas, mesmo quando achou que não era capaz (por ser ‘de fora’ da Geografia). Você é daquelas pessoas que agregam, a quem todos admiram. Eu apenas faço coro e expresso aqui meu profundo agradecimento, respeito e, acima de tudo, a minha admiração diante da sua postura acadêmica única.

À minha querida professora e amiga: Maria Rita Vieira, pela preocupação, pelo carinho e por compartilhar de perto minhas angústias acadêmicas, profissionais e pessoais.

À minha ‘segunda família’: Dona Mercês, Seu Raimundo, KK, Juliana e Ralf, pelo amor e pela “adoção”.

Por fim, e mais importe:

Ao José, meu companheiro, meu amor: somente nós dois podemos ter a dimensão da nossa parceria, mas isso não impede que eu expresse aqui, publicamente, o quanto você é essencial do início ao fim desse processo; uma parte dessa pesquisa também é sua. Obrigada por cada leitura, por cada ajuda, por cada palavra. Muito obrigada pelo *amor*, pelo *carinho* e pela *dedicação*. E por transformar a minha vida ao seu lado uma deliciosa diversão.

Agradeço a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo): pelo financiamento que tornou possível a realização desse trabalho.

“O saber não coincide nem com um *savoir-faire*, nem com uma soma de técnicas. Ele é teórico, provisório, passível de reexame, contestável. Ou não é nada.”

Henri Lefebvre, *A Revolução Urbana*

RESUMO

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana.** 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

Este trabalho procura revelar um movimento do pensamento teórico. Esse pensamento parte de uma consideração ou reconhecimento: o da pertinência da noção de violência urbana para o entendimento dos conteúdos da problemática urbana que se anuncia no mundo moderno. O processo investigativo, no entanto, revelou os limites explicativos do termo violência urbana, completamente definido e confundido – no âmbito das Ciências Humanas, de um modo geral - com a noção de criminalidade. Essa identidade (violência-criminalidade) coloca problemas à análise crítica do urbano, e obscurece os caminhos para o desvendamento da essência dos conteúdos da prática social que pretendem ser expressos por meio do termo violência urbana. Do reconhecimento dos limites, o pensamento se movimenta para um segundo momento da pesquisa: o do reconhecimento da insuficiência da noção de violência urbana para o desvendamento da relação entre *violência* e *problemática urbana*. A partir desse movimento, o objeto da pesquisa se mobiliza. Posto que nossas perguntas essenciais não puderam ser suficientemente respondidas a partir da noção de violência urbana, uma inversão analítica se pôs como necessidade. Para além da noção de criminalidade, o objetivo da pesquisa passa a ser o desvendamento da constituição de uma violência que está necessariamente fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais. Procura-se, assim, refletir não mais sobre a violência urbana, mas o próprio processo de urbanização como um processo essencialmente violento. Para isso, definimos três vias de entrada para acessar os conteúdos propriamente violentos do processo de urbanização, a fim de revelar como forças intencionais e provocadoras de profundos danos sociais se realizariam no urbano. Em primeiro lugar, consideramos o papel da propriedade privada da terra, como um dos fundamentos que realiza a violência do processo de urbanização. Procuramos compreender em que medida a violência é representada pelos processos de expropriação e segregação, ligados estruturalmente à instituição da propriedade privada da terra como fundamento da urbanização. Em segundo lugar, destacamos o papel do Estado - representado pelo urbanismo/planejamento urbano – na produção do espaço urbano e na reprodução das relações de troca, cujo conteúdo imanente é a violência. Por fim, procuramos desvendar como alguns dos constrangimentos postos no e pelo processo de urbanização capitalista constituem, ao nível da vida cotidiana, formas de manifestação da violência intimamente ligada a esse processo. Ainda que a pesquisa não tenha constituído propriamente um ‘estudo de caso’, partimos da investigação de um fragmento espacial da metrópole de São Paulo: o fragmento que compreende o bairro Real Parque, as favelas Real Parque e Jardim Panorama e o Empreendimento Parque Cidade Jardim, todos situados administrativamente no distrito do Morumbi, zona oeste da capital paulistana. Através da articulação entre totalidade e particularidade procuramos desvendar os conteúdos do processo de urbanização capitalista, centrando nossa análise em um desses conteúdos – a violência -, que não se constitui como o único conteúdo, nem como o mais importante, mas certamente como fundamental ao desvendamento da produção do espaço urbano a partir de seus fundamentos críticos.

Palavras-chave: violência; processo de urbanização; propriedade privada, planejamento urbano; vida cotidiana.

ABSTRACT

SAMPAIO, R. A. **From the notion of urban violence to an understanding of the violence of the urbanization process: notes towards an analytic inversion in Urban Geography.** 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This thesis attempts to propose a movement of theoretical thinking. This movement begins with a proposition or acknowledgment: the relevance of the notion of ‘urban violence’ for understanding the contents of the urban problematic that the modern world announces. The investigation, however, has revealed the limits of the phrase ‘urban violence’, defined by and confused with – in the social sciences in general – the idea of ‘criminality’. This identification (violence with criminality) poses obstacles to a critical analysis of the urban, obscuring the path towards an understanding of the essence of the social practice that is supposedly grasped by the notion of ‘urban violence’. Acknowledging these limitations, the reflection shifts to a second moment of the research: that of coming to terms with the inadequateness of the notion of urban violence for revealing the relations between *violence* and *urban problematic*. This brings us to the subject of this research. Considering that our key questions could not be answered with the notion of urban violence, an analytical inversion emerged as necessary. Moving beyond the notion of criminality, the aim of this research is to cast light on the emergence of a violence that is linked with and has roots in the processes of production of the urban space and reproduction of the relations of production. We intend, thus, to bring into focus not ‘urban violence’, but instead the very process of urbanization as a process that is essentially violent. In order to do so, we have identified three access points to the violent aspects of urbanization, with the aim of revealing intentional and socially damaging forces that are embodied in the urban. Firstly, we have considered the role of private property as one of the bases of urbanization’s violence. We have attempted to understand the extent to which violence is materialized in the processes of expropriation and segregation structurally linked with private property as the basis of urbanization. Secondly, we have highlighted the state’s role – represented here by urban planning – in the production of urban space and in the reproduction of market exchange relations whose immanent content is violence. Finally, we have tried to demonstrate how a number of constraints posed by capitalist urbanization translate, at the level of everyday life, into manifestations of the violence closely linked with this process. While we have not defined a ‘case study’, we have set out with an investigation of a spatial fragment in Sao Paulo: Jardim Panorama and the neighboring development Parque Cidade Jardim, located in Morumbi district, in the western section of the city. By articulating totality and particularity, we have tried to bring to light the contents of capitalist urbanization, centering our analysis on one of such contents (violence). Violence is certainly neither the only nor the primary aspect of the urbanization process, but it is certainly relevant for grasping the production of urban space from the perspective of its critical foundations.

Key-words: violence; urbanization process; private property; urban planning; everyday life.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	37
---------------	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Uma das grandes casas do Morumbi ‘escondida atrás dos muros’	38
Imagem 2: Rua Três Irmãos: centralidade comercial no Jardim Guedala.....	40
Imagem 3: Empreendimento Parque Cidade Jardim: torres residenciais e shopping.....	44
Imagem 4 e Imagem 5: Muro que demarca a separação física entre as novas torres comerciais do Empreendimento Parque Cidade Jardim e a Favela Jardim Panorama.....	45
Imagem 6: Vista Panorâmica: novas torres comerciais do Empreendimento Parque Cidade Jardim (em construção) e a vizinha Favela Jardim Panorama. Ao fundo, torres comerciais da Avenida Luis Carlos Berrini.....	46
Imagem 7: favela Real Parque e bairro Real Parque (ao fundo)	48
Imagem 8 e Imagem 9: Conjuntos Habitacionais (Cingapura Real Parque), favela Real Parque e bairro Real Parque (ao fundo)	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>Embraesp</i>	Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio
<i>EMAE</i>	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A
<i>EMURB</i>	Empresa Municipal de Urbanismo
<i>HIS</i>	Habitações de Interesse Social
<i>ONG</i>	Organização Não Governamental
<i>PMSP</i>	Prefeitura Municipal de São Paulo
<i>Sempla</i>	Secretaria Municipal do Planejamento
<i>ZEIS</i>	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

Apresentação	12
1. Exposição do movimento do pensamento: o reconhecimento da pertinência e da insuficiência da noção de ‘violência urbana’	16
1.1 A construção teórica de uma inversão analítica.....	19
2. A violência do processo de urbanização capitalista como reprodução das relações de propriedade	32
2.1 Descobrimo um fragmento espacial da metrópole paulistana	32
2.2 Propriedade privada, expropriação e violência: reflexões sobre alguns fundamentos do processo de urbanização capitalista	49
3. A violência do processo de urbanização capitalista como reprodução das relações de troca	62
3.1. Para uma crítica da violência como poder (do Estado): considerações sobre o planejamento urbano (ou o urbanismo estatista).	69
4. Formas de manifestação da violência do processo de urbanização: aproximações com o cotidiano.	117
4.1. Alguns constrangimentos.....	122
4.2. Algumas categorias para pensar o cotidiano (ou a sua miséria).....	127
Considerações Finais	138
Bibliografia.....	141

Apresentação

O trabalho que por ora apresentamos objetiva, mais do que expor os resultados de um pensamento teórico e reflexivo a propósito de um objeto ou temática específica, revelar o próprio movimento deste pensamento; movimento que assumiu as sinuosidades do processo de investigação, admitindo os ‘descaminhos’ como problemas de pesquisa.

Acreditamos que o plano da investigação teórica coloca necessidades que estão intimamente relacionadas ao que nos instiga, nos incomoda, nos tensiona, nos surpreende ou nos deixa maravilhados a respeito do mundo e da sociedade em que vivemos. Ainda na graduação, propusemo-nos ao desafio de refletir sobre um desses aspectos da vida social que há muito tempo nos suscitava indagações, despertando, assim, um interesse particular de pesquisa: referimo-nos, especificamente, à questão da *violência*. Ela surgiu como uma questão de pesquisa na medida em que uma série de perguntas passou a invadir o pensamento com tal força que ela não pôde se abrandar; exatamente por isso, uma explicação teórica sobre a violência se pôs como demanda do pensamento, uma vez que o seu entendimento, até então, só poderia ser apreendido superficialmente. Tínhamos em mente que a *violência* – ainda como uma questão geral (e genérica) – era a temática que mais nos instigava e que mais nos colocava problemas à análise da sociedade. Mas, a abrangência e a complexidade próprias a esse tema geral e os limites internos e característicos de uma pesquisa de graduação (ou mesmo de pós-graduação), colocaram dificuldades importantes à análise que tinha como horizonte desvendar os conteúdos desse ‘objeto’ de estudo. Paralelamente ao nosso interesse sobre a temática da violência, as questões sobre a cidade e o urbano, com as quais tomamos contato no curso de graduação em Geografia, passaram a ressignificar nossas preocupações originais a propósito da violência. Desse movimento do pensamento que começa a estabelecer relações e nexos importantes, passamos a considerar um recorte possível de investigação. Assim, centramos nossa preocupação em uma das problemáticas relacionadas à violência que mais amplamente se coloca em discussão, tanto nos meios de comunicação de massa quanto na Universidade, e que pode ser sintetizada sob o nome de ‘*violência urbana*’. Essa temática, muito presente na imaginação das pessoas e fortemente ligada a uma representação que se tem da vida nas grandes cidades, revelava uma potência analítica e, ao mesmo tempo, se apresentava de forma turva aos nossos olhos, obscurecida pelas inúmeras opiniões não fundamentadas, análises pouco explicativas, notícias muitas vezes preconceituosas que conseguiam deixar, do nosso ponto de vista, um tema rico e complexo ainda mais confuso, quase ininteligível. Dessa preocupação – que é nossa e ao mesmo tempo de qualquer outro

morador que vive abstrata e concretamente os ‘dramas’ enredados pela experiência da vida urbana – a violência, na sua relação com as questões relativas à cidade e ao urbano, se insinua à investigação assumindo conteúdos.

Cabe enfatizar, todavia, que a intenção de pesquisa tinha como ponto de partida um reconhecimento: o da pertinência da noção de violência urbana para o entendimento dos conteúdos da problemática urbana que se anunciam no mundo moderno. Mas, o movimento da pesquisa e o movimento do pensamento (que é vivo e aberto), nos colocaram problemas. Isso porque havia uma questão central que parecia colocar problemas ao desenvolvimento de respostas às nossas perguntas. A descoberta de uma intimidade específica entre as noções de violência urbana e criminalidade - que não chega a constituir um problema em si, de forma alguma – apareceu aos nossos olhos como um limite importante ao desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre a problemática urbana. O primeiro capítulo tenta expor um movimento importante do nosso pensamento, sem o qual não é possível entender o conjunto do trabalho: trata-se do movimento vai do reconhecimento da pertinência da noção de violência urbana em direção ao reconhecimento de sua insuficiência como uma noção capaz de responder às nossas perguntas específicas sobre as questões urbanas, inclusive sobre o processo de urbanização das cidades. Cabe destacar aqui que muitos trabalhos importantes foram desenvolvidos a partir da noção de violência urbana ou da noção de criminalidade, o que ilumina o fato de que não negamos a sua validade, apesar de questionarmos o seu conteúdo.

Quando o reconhecimento da insuficiência da noção de violência urbana se coloca claramente ao pensamento, o próprio objeto se mobiliza. Posto que nossas perguntas essenciais sobre a sociedade e sobre as questões urbanas que a envolvem diretamente não puderam ser suficientemente respondidas a partir dessa noção, uma inversão analítica se pôs como necessidade, e é exatamente o que justifica o título desse trabalho. Pensar sobre a violência, a partir de uma relação com a problemática urbana, só começou a fazer sentido para nós quando passamos a considerá-la numa articulação importante com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais. Porém, quando estabelecemos essas relações fundamentais, a análise sobre a violência, tal como a pressupomos de início, teve de se colocar a partir de uma inversão: ao invés da reflexão sobre os sentidos e os conteúdos daquilo que se compreende como violência urbana, passamos a considerar como objeto de reflexão teórica o processo de urbanização capitalista como um processo essencialmente violento.

Obviamente todas as dificuldades se colocaram para essa reflexão, a começar pelo desafio analítico relativo ao desvendamento dos conteúdos e fundamentos do processo de

urbanização em toda a sua complexidade. Temos a clareza de que uma violência relativa e intrínseca ao processo de urbanização capitalista poderia ser esmiuçada a partir de inúmeros ângulos. Neste trabalho, selecionamos apenas três ‘vias de entrada’, insuficientes certamente, mas decisivas, a nosso ver, para a elaboração do raciocínio que será o fio condutor da pesquisa e que sustenta a nossa hipótese, segundo a qual o processo de urbanização capitalista é, em essência, um processo fundamentado, entre outras coisas, pela violência. Para entender, portanto, a violência como um conteúdo identitário do processo de urbanização capitalista, procuramos, em três capítulos distintos, dissecar alguns dos fundamentos desse processo que poderiam iluminar a validade de nossa hipótese.

Diante dessas premissas, elaboramos o segundo, terceiro e quarto capítulos do trabalho, com o propósito de acessar teoricamente três vias ou eixos que nos permitiriam desenvolver melhor o argumento que valida nossa hipótese. No segundo capítulo, a partir da descoberta de um fragmento espacial da metrópole, procuramos desvelar como o movimento de instituição da propriedade privada capitalista – fundamento do processo de urbanização – realiza um dos sentidos de sua violência. Ainda que a pesquisa não tenha constituído propriamente um ‘estudo de caso’, partimos da investigação de um fragmento espacial da metrópole de São Paulo: o fragmento que compreende o bairro Real Parque, as favelas Real Parque e Jardim Panorama e o Empreendimento Parque Cidade Jardim, todos situados administrativamente no distrito do Morumbi, zona oeste da capital paulistana. No terceiro capítulo, procuramos destacar o papel do Estado no processo de urbanização capitalista. Propomo-nos ao desafio de compreender de que forma o urbanismo (ou pelo menos a sua forma estatal assumida pelo planejamento urbano), ao se relacionar intimamente com a produção do espaço urbano e com a reprodução das relações de troca, repõe, ao nível da vida cotidiana e por meio do processo de urbanização, o sentido da violência que fundamenta a sociabilidade capitalista. No quarto e último capítulo, nosso objetivo será revelar como alguns constrangimentos (aparentemente abstratos) postos pelo e no processo de urbanização capitalista se concretizam, ao nível da vida cotidiana, violentamente.

É importante salientar ao leitor que a reflexão proposta não culminará num conceito de violência, de violência urbana ou de violência da urbanização. O nosso desafio foi colocar o pensamento em movimento, que ao refletir sobre alguns conteúdos fundamentais do processo de urbanização se pôs a pensar, simultaneamente, sobre a violência como categoria reveladora dos fundamentos da reprodução capitalista. Nossa intenção não é, entretanto, reduzir o processo de urbanização apenas à sua dimensão violenta, mas descobrir e revelar que ela é um de seus conteúdos fundamentais. Isso só foi possível, segundo nosso ponto de vista, a partir de

uma reflexão que se propôs crítica a essa sociedade que tenta pacificar, a todo custo, os seus conteúdos imanentemente violentos. Devemos essa reflexão, cabe dizer, ao imenso esforço coletivo realizado no Laboratório de Geografia Urbana, do Departamento de Geografia, que se empenha cotidianamente a dissecar os fundamentos críticos da sociedade capitalista.

1. Exposição do movimento do pensamento: o reconhecimento da pertinência e da insuficiência da noção de ‘violência urbana’

A pergunta que durante algum tempo nos inquietou e que foi disparadora para a definição de um tema que despertasse para uma pesquisa foi: como analisar a questão da violência? Como refletir abstratamente sobre algo que talvez só se faça sentir dramaticamente e concretamente sobre o corpo (e a mente), em todos os seus sentidos? Mas afinal, o que é a violência? Talvez seja possível complexizar ainda mais a pergunta (ou deixá-la mais nebulosa): afinal, o que é ou o que se entende como *violência urbana*? Experiência cotidiana condicionada pelos nexos da vida urbana? Atributo característico e específico da vida na cidade? A lista de perguntas poderia se estender por mais algumas dezenas de páginas. Na verdade, uma lista interminável de perguntas – muitas delas à primeira vista quase insolúveis – se coloca como preocupação de intelectuais, de moradores de grandes cidades, de responsáveis pela administração pública, imprensa, etc.

No Brasil, desde final dos anos 70 (ZALUAR, 1999), a violência – e com ela a criminalidade – aparece como problema social, adquire expressiva centralidade nos meios de comunicação e se define como tema de pesquisa importante no campo das Ciências Humanas¹, especialmente no desvendamento da organização da sociedade brasileira e das formas de sociabilidade características de contextos especificamente violentos. Sem dúvida, foi o campo das Ciências Sociais quem mais debateu publicamente e colocou questões a respeito dessa problemática. Destacadamente, pesquisadores do Rio de Janeiro e de São Paulo acumularam nesses últimos trinta anos importantes e inegáveis contribuições sobre os significados possíveis da violência e de suas derivações mais evidentes na vida social.

O debate colocado no Brasil por esses pesquisadores foi marcado, nos arriscamos a dizer, por duas características fundamentais: 1) pela pluralidade de abordagens relacionadas a uma problemática geral - a violência; e 2) pela influência direta do contexto político do país sob a ditadura militar nos mais diversos trabalhos. Esse período foi marcado pela discussão a respeito das violações aos Direitos Humanos, referentes, sobretudo, aos inúmeros atos violentos cometidos por instituições do Estado, especialmente a Polícia, os departamentos de investigação e a Justiça, colocando, dessa maneira, problemas concretos para análise sobre os sentidos da violência no Brasil. Dentro desse contexto muito particular é possível, por exemplo, entender o predomínio de análises sobre as diversas formas de violência

¹ Particularmente nas Ciências Sociais.

institucional - a violência do Estado, as práticas perversas da Polícia e do próprio sistema prisional; análises sobre violência, redemocratização e consolidação da democracia, bem como estudos cujo enfoque tem acento na relação entre violência e Direitos Humanos.

Zaluar (1999) fez um criterioso balanço da produção acadêmica dos cientistas sociais brasileiros sobre a violência e circunscreveu os principais assuntos ou temáticas discutidas ao longo dos últimos trinta anos. Durante o levantamento bibliográfico para a pesquisa, encontramos uma grande quantidade de trabalhos sobre violência, a partir de pontos de vista muitos distintos. Foi preciso, desse modo, fazer uma breve investigação dessa bibliografia, a fim de definir um conjunto de trabalhos possível de ser analisado. Observamos, durante essa breve investigação, algumas temáticas específicas relacionadas ao ‘tema geral’ – violência – que aparecem constantemente na literatura desde o surgimento da violência como tema sistematicamente analisado nos trabalhos acadêmicos. Podemos separar essas diversas abordagens ou temáticas de acordo com a divisão feita por Zaluar (1999):

- Trabalhos sobre a *instituição policial*, suas estruturas, suas formas de organização e práticas; sobre o *sistema penal* de um modo geral; sobre o *sistema Judiciário* e todos os pormenores relativos ao funcionamento da Justiça; a questão da *segurança*, representada seja pelos trabalhos cujo enfoque centra-se nas políticas públicas de segurança ou no processo de privatização dos serviços de segurança, compõem um conjunto de interpretações relacionadas, de alguma forma, ao exame da relação entre violência e instituições brasileiras.

- Trabalhos cujos objetivos centrais são: achar uma *definição para violência*, em toda a complexidade que o tema pressupõe, conceituar e dar sentido aos inúmeros significados de uma prática social complexa, foram, talvez, dos mais recorrentes assuntos observados no levantamento da bibliografia.

- Diretamente relacionados aos trabalhos anteriores, verificamos aqueles cuja preocupação é explorar possíveis explicações do fenômeno da violência a partir da relação imediata (e até causal) com a estrutura econômica, social e urbana desigual, cujos resultados poderiam ser observados através da luta de classes expressa e materializada nas inúmeras formas de exclusão e segregação da população.

- Estudos sobre a relação entre *representações sociais, violência e criminalidade* encontraram campos férteis na Sociologia e na Antropologia. As investigações sobre o medo da população, sobre todos os tipos de preconceitos sociais associados a fenômenos violentos – e mais ainda, relacionados ao crime de uma forma geral – e sobre o papel da mídia como elemento fundamental na criação e manipulação dessas representações sociais, aparecem com significativa importância na literatura.

- Não menos recorrentes são os trabalhos ditos quantitativos, que buscam indicar e construir indicadores sociais relacionados à violência. A contabilidade de vítimas (por faixa etária, cor, gênero), de crimes, seus locais de ocorrência, a tipificação de crimes e criminosos formam um conjunto extremamente expressivo.

- Ao lado desses, observa-se uma série de estudos que procuram buscar alguma explicação ou sentido para os crescentes índices de violência e criminalidade, cujo resultado é uma ampla polêmica em torno das interpretações que de algum modo relacionaram de modo causal pobreza e criminalidade.

- Em menor quantidade, mas não menos importantes, verificam-se estudos sobre as formas de organização de grupos e atividades criminosas, mais significativamente os estudos sobre o crime organizado.

Cabe deixar visivelmente explícito aqui que, obviamente, essas abordagens não esgotam toda a pluralidade de estudos que trabalharam com o tema da violência – como objeto propriamente ou mesmo que indiretamente. Consideramos esses os mais expressivos assuntos, e, portanto, avaliamos oportuno destacá-los, muito embora se tenha conhecimento de outros tantos.

No entanto, falta destacar um assunto que nos desperta um interesse um pouco mais específico para este trabalho. Os estudos que de alguma forma relacionaram violência e cidade ou a questão urbana dão o ponto de partida para nossa pesquisa. Esses estudos exploraram, de uma forma geral, as transformações urbanas para explicar o aumento da criminalidade e a percepção da violência.

Dessa forma, por mais relevantes e interessantes que sejam os trabalhos e as temáticas mencionadas anteriormente – principalmente porque são temáticas trabalhadas por autores importantes dentro do que poderia se chamar de Sociologia da Violência, como Sérgio Adorno, Michel Misse, Paulo Sérgio Pinheiro, Nancy Cardia, Guaracy Mingardi, Roberto Kant de Lima, Alba Zaluar e muitos outros – optamos por delimitar nossa investigação inicial na análise dos estudos que tentaram compreender a violência e a criminalidade na sua relação com o processo de urbanização ou na simples associação dessas práticas com o local de sua manifestação, mais expressamente as grandes cidades.

Porém, logo quando decidimos que a pesquisa giraria em torno da relação entre a violência urbana e a cidade, os objetivos iniciais do trabalho caminhavam no sentido de entender como o mercado imobiliário se apropria da ‘violência urbana’ – dos seus discursos e de suas análises – para sua realização. O objetivo, ainda durante as primeiras incursões sobre a temática, consistia numa possível investigação dos conteúdos da produção do espaço da

cidade e sua intrínseca relação com uma ‘indústria’ de segurança que, associada às estratégias do mercado imobiliário, se sustentaria diante de um estado de violência urbana produzido como necessário à sua reprodução. Esses objetivos, no entanto, tiveram de ser adiados, visto que entendimentos fundamentais não poderiam passar, a nosso ver, despercebidos durante o processo de investigação.

A cada nova leitura esses objetivos iniciais iam se afastando e a pesquisa parecia não avançar. Isto porque uma questão ou uma pergunta parecia paralisar o processo investigativo. Afinal, o que seria a violência urbana? Quais os conteúdos deste termo? Como começar uma pesquisa sobre a relação entre violência e a cidade (ou a problemática urbana), sem ao menos entender ou criar um entendimento sobre um termo aparentemente vazio de significado? As leituras mostraram-se insuficientes para responder a essas perguntas. Tínhamos, então, dois caminhos possíveis a seguir: ignorar a dúvida e utilizar o termo em sua significação mais usual – como violência que se manifesta na cidade – ou avançar, assumindo os riscos de tentar construir um outro caminho de análise a partir da Geografia. Optamos por esse segundo caminho.

Diante disso, durante o processo de investigação nos deparamos com o fato de que o trabalho havia tomado outro rumo, radicalmente diferente do previsto inicialmente. Tratava-se, então, da construção teórica de um caminho possível de pesquisa.

1.1 A construção teórica de uma inversão analítica

Pensar na violência como tema de pesquisa envolve o enfrentamento de inúmeras e profundas dificuldades, que quase paralisam o processo de investigação. A começar pelo próprio termo ‘violência’. Muitos autores dedicaram seus trabalhos à construção de uma definição para a *violência*. Essa tentativa, importante e legítima, fez com que o emprego do termo violência tenha tido muitos significados diferentes ao longo da época moderna. Originária do latim *violentia*, que significava “a força que se usa contra o direito e a lei” (MISSE, 2002: 1), o termo ganhou contornos cada vez mais amplos e assumiu conteúdos diferentes em função dos objetivos e do contexto de sua formulação.

Palavra latina que remete a *vis*, “força, rigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital”, para Zaluar (1999):

Esta força torna-se violenta quando ultrapassa um limite ou perturba os acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de

força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos de sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. (ZALUAR, 1999: 9)

Para Tavares dos Santos, a violência figura como uma forma de sociabilidade na qual se dá “a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. (...) Sua forma social contemporânea estaria expressa no ‘excesso de poder que impede o reconhecimento do outro — pessoa, classe, gênero ou raça — mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (Tavares dos Santos, 1999, *apud* Zaluar, 1999: 16).

O termo violência aparece ainda como **“o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro”** (ADORNO, 1991B, 1995; CARDOSO, 1987; MUNIZ, 1996; OLIVEIRA, 1995; PAIXÃO, 1991; TAVARES DOS SANTOS *et alii*, 1999; ZALUAR, 1988, 1989, 1993A E 1994B *apud* ZALUAR, 1999: 16); como **“a negação da dignidade humana”** (KOWARICK e ANT, 1981; BRANT, 1989; CALDEIRA, 1991; FISCHER, 1985 *apud* ZALUAR 1999: 16); como **“ausência de compaixão”** (ZALUAR 1994d; SOARES *et alii*, 1996 *apud* ZALUAR, 1999: 16) ou como **“excesso de poder”** (TAVARES DOS SANTOS *et alii*, 1999 *apud* ZALUAR, 1999: 16).

Assim como aconteceu com alguns conceitos, o emprego do termo se expandiu para além de seus limites, permitindo interpretações que ampliaram o seu significado. Segundo Michel Misse (2002):

O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais largos: a violência dos ventos, a violência das paixões, a violência da expressão. E não é senão por violência da expressão primitiva que o termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. (MISSE, 2002: 1)

O resultado mais prático dessa ‘abertura’ nos trabalhos foi utilização da palavra violência como se o próprio termo fosse capaz por si mesmo de anunciar seu significado e seu conteúdo.

Se são muitas as definições, algumas podem sintetizar – tanto no que diz respeito a uma definição mais ampla ou mais restrita - os significados que hoje são mais comumente identificados em trabalhos cujo objeto é a própria violência (ou são as derivações e conseqüências de atos violentos no plano da vida social). Entre definições mais restritas como: “ação intencional que provoca dano” (PINHEIRO, 2003: 13) e mais amplas, como a da Organização Mundial da Saúde (OMS) que define a violência como: “O uso intencional da

força física ou do poder, intencional ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG *apud* PINHEIRO, 2003: 16), caminhamos aparentemente a um possível entendimento do que seria violência.

Porém, se não bastasse a dificuldade e alguma confusão, a palavra ganha adjetivos que ora ajudam a circunscrever e delimitar o grupo social a quem o ato violento se volta – é o caso das expressões violência contra crianças e adolescentes, e violência contra mulheres – ora ajudam a colocar um véu escuro que quase impede a compreensão do novo termo formulado. O caso mais evidente dessa segunda situação pode ser expresso através do nebuloso termo *violência urbana*. Talvez esse seja um dos termos mais proferidos atualmente tanto nos noticiários e conversas de moradores das grandes cidades (preocupação crescente também nas pequenas cidades) quanto nos trabalhos acadêmicos das Ciências Humanas de um modo geral. Mas, também nesse caso, o termo é enunciado como se fosse plenamente inteligível e auto-explicativo; como um conteúdo que transborda ‘naturalmente’ de palavras que trazem consigo significados aparentemente claros.

Mas afinal, o que seria a *violência urbana*? Essa pergunta recorrente aponta para dois caminhos possíveis para uma pesquisa: ou um caminho mais rápido, em que o questionamento do termo não está posto em questão – admite-se que a expressão traz alguma clareza explicativa e usa-se o termo com a facilidade habitual com que é empregado cotidianamente; ou um caminho que toma outro rumo, em que a preocupação mesmo sem respostas dos conteúdos do que viria a ser violência urbana se coloca como problema da pesquisa. Optamos, em um primeiro momento, pelo segundo caminho.

A partir das leituras dos trabalhos claramente definidos como reflexões sobre a violência urbana, no que ela tem de ligação formal com os problemas da cidade, talvez seja possível a formulação da hipótese de que o termo *violência urbana* não tenha se delimitado ainda enquanto *conceito*. Tampouco há, até onde foi possível observar, uma *definição* que caminhe no sentido do desvendamento da essência dos conteúdos da prática social que pretendem ser expressos através do termo violência urbana. E aqui (e por enquanto) usa-se o *termo* como o entende Lefebvre (1975), ao explicitar o movimento de uma lógica formal de pensamento: “A palavra ‘termo’ (terminus: limite) expressa muito bem o fato de que estamos aqui situados fora do conteúdo, ou pelo menos, no ‘limite’ do conteúdo, a fim de examinarmos apenas ligações formais” (LEFEBVRE, 1975: 139).

De uma maneira geral podemos dizer que o termo *violência urbana* aparece geralmente como sinônimo de uma violência que ocorre nos limites da cidade. Essa é, sem dúvida, a utilização mais usual do termo, que parece tomar o urbano ou como sinônimo de cidade ou como o adjetivo imediato capaz de qualificar qualquer conteúdo relativo à cidade; em que pese para ambos (cidade e urbano) o seu caráter de continente e de localização geográfica. Isso quer dizer que, na grande maioria das vezes, o ‘urbana’ da expressão faz apenas referência ao local de ocorrência de um ato violento.

Alguns autores, no entanto, vão colocar em questão a pertinência da utilização da expressão violência urbana, substituindo a mesma por outras expressões (violência na cidade, criminalidade urbana violenta, violência estrutural, para citar alguns exemplos). Um dos que expressamente indaga a utilização do termo violência urbana – mesmo que de maneira incipiente - é Ruben George Oliven no texto *Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil*, publicado no livro *Violência e Cidade* (1982). Nesse texto, o autor aponta uma preocupação profundamente legítima e interessante a respeito das possíveis especificidades que tornam a violência uma dimensão do urbano. Afirma Oliven (1982):

Do modo como as coisas são apresentadas, trata-se de uma violência que é chamada de “urbana”. O rótulo é importante, pois sugere a existência de uma violência inerente à cidade, qualquer que seja ela. O problema, portanto, não seria brasileiro, mas mundial, e suas causas não seriam sociais, mas ecológicas, já que se imputa ao meio ambiente chamado de cidade a capacidade per se de gerar violência (...).

A cidade, obviamente, não é causa per se da violência, e por isso talvez devêssemos falar em violência na cidade em vez de violência urbana, já que esse último termo implica aceitar que existe uma violência específica da cidade, quando na verdade essa é apenas o contexto no qual a violência se manifesta. (OLIVEN, 1982: 26) (Grifo nosso).

A preocupação em não considerar a cidade (localização geográfica) como causa determinante de atos violentos é importante, principalmente no cuidado para não incorrerem em erros e determinismos geográficos vazios. Segundo Oliven (1982), o termo violência urbana abre possibilidades de se pensar na existência de uma violência que é intrínseca à cidade. A proposta de uma substituição de termos, entretanto, não nos coloca diante de um novo conteúdo. Ainda aqui o urbano aparece como sinônimo de cidade e a expressão *violência na cidade* apenas repõe sob outra forma o conteúdo que já era expresso no termo violência urbana – que aparece nas mais diversas pesquisas, ressalte-se, como sinônimo de uma violência que acontece ou se manifesta *na* cidade (entendendo aqui a cidade como o ‘palco’ onde as práticas sociais são desenvolvidas ou, como o autor deixa expresso, apenas como o ‘contexto’ em que as relações sociais se manifestam).

Outra substituição corrente se expressa na utilização do termo *criminalidade urbana violenta*. A constatação da vaga noção (e/ou da complexidade) que a expressão violência urbana possui, fez com que muitos autores² preferissem circunscrever seus trabalhos ao estudo dos atos violentos inscritos no Código Penal, mais destacadamente os homicídios e tentativas de homicídios, latrocínios, roubos, furtos, estupros e tentativas de estupros, além do tráfico de drogas. Aqui, o qualificativo ‘urbana’ também designa apenas a localização desses eventos. Muda-se o termo, na verdade, sem que se altere os significados, ainda confusos, do que poderia se constituir como uma violência urbana. Nos arriscamos a pensar que, nesses casos, o não questionamento dos significados possíveis da violência urbana reside no fato de que são os dados disponíveis (nos inquéritos policiais, nos casos encaminhados à Justiça, nas estatísticas de indicadores sociais, na formulação de políticas públicas) que definem a pesquisa e não o contrário. Os dados da criminalidade acabam por definir o que se entende por violência (inclusive o seu recorte espacial), e a confusão (conceitual, teórica) permanece.

Haveria sentido em se falar em violência urbana? Admitimos, então, algumas possibilidades no tratamento da questão. A primeira reside no fato de continuarmos considerando o termo violência urbana como sinônimo de uma violência (de atos e práticas violentas) que tem na cidade o seu local de manifestação. Trata-se de pensar a violência urbana como a violência que se manifesta *na* cidade (cidade entendida como sítio, localização). A segunda possibilidade seria substituir o termo violência urbana por outros termos ou simplesmente descartá-lo (se consideramos que nele não reside conteúdo algum). Uma terceira possibilidade (que certamente não é a última) seria esmiuçar a relação entre a violência e a problemática urbana, a fim de desvelar seus conteúdos, possibilitando ao final verificar se um conceito de violência urbana poderia ser formulado (ou descartado). Pensemos nessa terceira possibilidade.

Não partimos da intenção, no entanto, de formular um conceito fechado de violência urbana, circunscrito em limites fixos e rígidos. O risco de um engessamento do pensamento seria latente. Trata-se, antes, de constituir um *processo* de reflexão teórica sobre a violência (na sua relação com os conteúdos do urbano), a partir do movimento de um pensamento vivo.

² Grande parte da literatura sobre o tema refere-se ao termo ‘criminalidade urbana violenta’. O número de autores que trabalha com esta expressão é muito grande; em função disto, não demos destaque específico, a fim de não cometer qualquer injustiça com autores importantes nessa discussão. Podemos citar alguns: Sérgio Adorno, Cláudio Beato Filho, Campos Coelho, Michel Misse.

Em função do exposto, cabe, neste momento, inverter o caminho que vinha se delineando na exposição: partiremos agora, não do termo violência urbana, mas da reflexão sobre a realidade concreta – o plano da vida cotidiana – para tentar entender o problema posto em questão.

A violência urbana aparece hoje como um dos grandes problemas urbanos a ser resolvido nas cidades contemporâneas. A violência é representação e, ao mesmo tempo, é um fato, realidade concreta. Não há quem se atreva a dizer que não há concretamente violência mediando as mais diversas relações sociais – entendendo aqui a violência na sua definição mais usual, ou seja, como o uso intencional de força física ou do poder contra uma pessoa ou um grupo de pessoas tendo como resultado prático algum tipo de dano, seja ele físico ou psicológico. Não é possível dizer que não existe violência, nem desconsiderar ou mesmo subestimar a radicalidade com que milhares de jovens (na sua maioria homens, negros, moradores de periferia) têm morrido como conseqüência de relações violentas, seja com a polícia ou entre si. É justamente desta primeira constatação (a de que a violência existe como fato) que nascem os questionamentos que sugerem uma pesquisa. Porém, as diversas formas de manifestação de violência (os motivos, os males a ela associados, os ‘agentes causadores’, as ‘vítimas’, os locais de ocorrência, etc.) dificultam ainda mais o seu entendimento. É preciso algum tipo de sensibilidade para perceber o real nas suas diferentes texturas e nas suas diferentes formas de manifestação, caso contrário, corre-se o risco de falar de uma só violência, abstrata, não contextualizada (histórica e espacialmente), universal, inerente ao ser humano e, portanto, natural.

No Brasil, desde a década de 70, a questão das diferentes formas de manifestação da violência vem sido sistematicamente problematizada, especialmente pelas Ciências Sociais. Os grandes embates teóricos nesse campo do conhecimento se deram justamente nas diferentes interpretações dos diversos ‘tipos de violência’ - institucional (quando provocada pelo Estado e suas instituições, como a polícia, o sistema carcerário e a Justiça); interpessoal, doméstica, estrutural (determinada pelas macroestruturas econômicas do sistema capitalista). Para cada ‘tipo de violência’, para cada ‘agente causador’ de um ato violento, para cada pessoa ou grupo social atingido, ou para cada local de ocorrência (se no campo ou na cidade), procuravam-se as causas que explicassem o fundamento dos atos violentos. Porém, as divergências não se resumem apenas às diferenças concretas das formas de manifestação desses atos. Essas diferenças também aparecem em função do ponto de vista de onde parte a análise; de acordo com cada especialidade e referencial teórico-metodológico. Dessa forma, cada disciplina parcelar oferece uma interpretação muito particular de uma mesma realidade,

ao mesmo tempo concreta e abstrata. A Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a História, o Direito e a Criminalística, a Psicanálise e a Psicologia Social deram contribuições importantes no estudo e no entendimento da violência, ao mesmo tempo em que foram todas (simultaneamente) insuficientes para entender a totalidade e a essência dos fenômenos que se expressam como atos violentos.

Estamos aqui, então, diante de uma contradição. Reconhecemos os limites das disciplinas parcelares - que precisam necessariamente fragmentar a realidade para melhor compreendê-la. Porém, seus limites não são postos pelo fato de fragmentarem a realidade, mas por compreender o fragmento por ele mesmo, sem relação com a totalidade. Ao mesmo tempo, pretendemos fazer uma interpretação da violência que parte da Geografia, enquanto disciplina parcelar. Lidamos com a contradição de que, diante da fragmentação, busca-se uma superação dessa fragmentação. Isto talvez seja possível através de recortes onde os fragmentos nos colocam problemas universais, que ultrapassam sua escala meramente particular. Para uma análise a partir da Geografia, não se trata, todavia, de inserir formalmente a discussão a respeito do espaço no trabalho. A tentativa será a de entender o lugar do espaço na compreensão dos processos globais. O mesmo vale para nosso recorte temático. Se pensarmos no caso específico da violência, diríamos que *nosso objetivo não se delinea como entendimento dos significados em si da violência, mas dos significados da violência no mundo contemporâneo como um elemento (e mais um elemento) do processo de reprodução crítica e contraditória do capital, que se reproduz produzindo um espaço e uma 'urbanização crítica'* – nos termos de Damiani (2009, 2010) - em que a violência é momento e condição de sua reprodução.

As relações sociais são cotidianamente permeadas por situações violentas, das quais as algumas são mais evidentes: homicídios, assaltos, roubos de casas e de carros, latrocínios, estupros, tortura, maus-tratos nos presídios, abusos policiais, agressões físicas resultantes de brigas banais (no trânsito, em bares, na rua), abusos sexuais, agressões físicas em mulheres e crianças, conflitos armados entre policiais e traficantes, entre traficantes de facções rivais. A lista é interminável e o mundo parece quase impossível de se viver. Porém, nem todas as pessoas vivem os dramas desses atos violentos (ou provocados por eles), mas é certo que todos vivem sua dramatização excessiva na televisão e nos jornais (que acabam se transformando em dramas depois). Essas situações violentas (que incorporam uma série de outras que não foram citadas) e os dramas diretamente relacionados se colocam como um problema para a pesquisa.

Partimos então para algumas reflexões iniciais sobre a questão. A primeira consiste em considerar que violência não é uma qualidade natural do ser humano. Pensamos, portanto, dentro de um contexto da vida em sociedade, ou seja, pensamos na violência como plano do social. Contudo, há que se considerar que existe uma relação de complementaridade, continuidade e descontinuidade e de conflito entre os diversos níveis da realidade. Portanto, talvez o primeiro passo para avançarmos, mesmo que pouco, na discussão sobre a violência seja o de superar a análise apenas no plano do social (e do antropológico), mas entendendo-o na sua relação com o político e o econômico, e tendo em vista que no momento atual do capitalismo, se não há um determinismo imediato do econômico, há talvez o seu predomínio que se realiza (e pesa) na vida cotidiana nas pessoas. Há, entretanto, mais um elemento a ser considerado: o de que esses três planos ou níveis que se articulam não podem ser entendidos fora do espaço em que se inserem, e mais, fora do processo de produção do espaço hoje.

Para análise desses planos não partiremos de uma gênese dos conflitos violentos no Brasil. Partiremos, ao contrário, não do passado (temporal, histórico), mas do presente. Pensemos, então, a violência hoje, inserida num momento de reprodução crítica do capital.

Vivemos hoje o momento da reprodução do capital; reprodução crítica e contraditória. Esse processo de reprodução se realiza estendendo o mundo da mercadoria para além da esfera estrita da produção (de produtos e coisas).

O processo de industrialização permitiu a generalização da mercadoria e induziu um processo de urbanização que produziu a cidade enquanto aglomeração, lócus da produção, da circulação e do consumo de mercadorias, ao mesmo tempo em que a conservou enquanto prática sócio-espacial, lugar da produção e reprodução das relações sociais. Mas a cidade não nasce do processo de industrialização; ela é anterior. Segundo Lefebvre³ (1999), a indústria se aproxima da cidade (histórica) para “aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço” (LEFEBVRE, 1999: 25). Nesse movimento, a cidade histórica *implode* devido a enorme concentração “(de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos)” e, simultaneamente, *explode* para além de seus limites, se estendendo, fazendo o tecido urbano recobrir espaços ao seu redor, corroendo “os resíduos de vida agrária” (LEFEBVRE,

³ Cabe destacar que Henri Lefebvre discorre sobre uma realidade européia, impossível de ser imediatamente (e mecanicamente) transposta para análise da realidade brasileira; ainda mais porque a contradição agrária-urbana que aqui se desenvolve tem particularidades importantes a serem consideradas, mesmo que inseridas numa universalidade: a da lógica da reprodução do capital. Os processos explicitados por Lefebvre são considerados, então, no que se realiza como tendência à escala mundial.

1999: 17) e determinando o predomínio da cidade sobre o campo; num movimento que Lefebvre (1999) denominou “*implosão-explosão*” da cidade, produtor de conseqüências importantes - como a projeção de “fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias (...))” (LEFEBVRE, 1999: 26) – que inauguram fenômenos de ordem quantitativa e qualitativamente novos. Uma das conseqüências é a configuração de um processo de urbanização que não mais se restringe apenas à cidade (materialidade concreta), mas caminha em direção à urbanização da sociedade como um todo – que se realiza, cabe dizer, enquanto tendência. Assim, o processo que antes era induzido (urbanização) pela industrialização passa a induzir outros processos, a saber: o da constituição do urbano e da sociedade urbana, também enquanto tendências.

Nesse movimento, a reprodução (crítica) do capitalismo vai colocando outros fundamentos: o de uma reprodução não mais coincidente apenas com a produção de meios de produção, mas que se realiza “também em outros planos, colocando-nos diante de ‘**novas produções**’ capazes de explicitar o mundo moderno: o espaço, o urbano, o cotidiano (cotidianidade)” (CARLOS, 2004: 25).

Falamos aqui de um processo⁴ em que capitalismo integra a cidade e incorpora o espaço (ele próprio) não mais apenas como local da produção *strictu sensu*, mas da produção num sentido mais amplo, aquela que engloba as relações sociais, os valores, ideologias, costumes etc. Incorpora, simultaneamente, o espaço como “condição, meio e *produto*” do seu processo de reprodução (CARLOS, 2001); momento do seu processo de valorização. A necessidade de extensão do mundo da mercadoria faz com que o espaço seja produzido (tendencialmente) como mercadoria, inserido no circuito da troca, portanto, “generalizando-se em sua dimensão de mercadoria” (CARLOS, 2001: 22). Queremos apontar para a idéia de que se afirma, cada vez com mais intensidade, um processo de produção do espaço que é, ao mesmo tempo, necessário tanto ao processo de reprodução da sociedade quando ao processo de reprodução do capital.

Porém, enquanto produto da reprodução *contraditória* do capital e da sociedade, o espaço é também constituído de inúmeras contradições (que não são colocadas apenas pelo plano do econômico, mas pela relação dos diversos níveis da realidade, ou seja, aquele que compreende o político e suas estratégias e o plano social). São essas contradições (a ver) que nos ajudam a compreender os conteúdos da reprodução de nossa sociedade.

⁴ Especialmente, segundo Lefebvre, depois da segunda metade do século XX.

Assim, a problemática urbana se insinua para análise, partindo não mais da realidade condicionada pela industrialização, mas de outra (que sai dela e não a exclui): a da urbanização da sociedade, a da constituição do urbano e da sociedade urbana (enquanto processos).

Há, para isso, que se formular alguns entendimentos que dizem respeito à cidade, ao urbano (ao espaço urbano), ao cotidiano, e, fundamentalmente, ao processo de produção do espaço que se realiza incorporando os primeiros termos. Consideramos o urbano aqui na perspectiva desenvolvida por Henri Lefebvre, e, posteriormente, trabalhada pelo que na Geografia Brasileira ficou conhecido como “marxismo-lefebvriano”.

O urbano é o fenômeno que nasce daquela implosão-explosão da cidade, descrita acima; que vai se constituindo enquanto *forma* (a da reunião, da simultaneidade) e *conteúdos*; enquanto processo ao mesmo tempo *real* e *virtual*. Fenômeno qualitativamente novo, posto por uma urbanização que se generaliza à escala mundial, o urbano aponta para o entendimento dos conteúdos da reprodução dessa sociedade.

Este conceito revelaria um processo em constituição: simultaneamente realidade e virtualidade – nos termos definidos na obra de Henri Lefebvre. Enquanto virtualidade o urbano é a via de constituição do que o autor define como “possível-impossível”. Aquele que diz respeito à superação da fragmentação e segregação (do indivíduo, do espaço, do conhecimento e de todos os níveis da vida social – inclusive nos níveis mais íntimos, como o da sexualidade); à instauração do *uso* – no que este termo tem de mais potente; à superação das inúmeras mediações que regulam a vida (como o Estado e as instituições); à construção de um novo humanismo, não condicionado pelos nexos do capitalismo e que pressupõe, portanto, sua superação. Ou seja, não se trata da restituição de um humanismo entendido enquanto nostalgia, mas da construção do que se aponta como o novo: a realização completa da humanidade do Homem, sendo a cidade o lugar desse possível⁵. Essa virtualidade do urbano está posta no movimento do real; não é separado do real, mas é parte dele. Um real que se coloca não como o dado, acabado, mas que se realiza enquanto processo colocando possibilidades.

Mas, o real, que coloca possibilidades, que anuncia um projeto e uma virtualidade, aparece também como o seu contrário; como o outro da possibilidade – também como impossibilidade. O urbano, enquanto realidade concreta e abstrata, como forma e conteúdos, é

⁵ O conceito (especialmente para o que aponta de virtualidade) é difícil de ser apreendido, principalmente diante das inúmeras contradições e inversões postas no desenvolvimento do capitalismo, destacadamente àquela que diz respeito à inversão do sujeito em objeto e do objeto em sujeito, cuja possibilidade de pensar no humano como categoria de análise coloca dificuldades.

a expressão dos conflitos dessa sociedade. O espaço urbano expressa as contradições dos processos de reprodução da sociedade e de reprodução do capital, que produzem concretamente um espaço. Espaço urbano produto e produtor de contradições; estas se manifestam como contradições entre valor de uso e valor de troca; entre produção e apropriação; entre dominação e apropriação; entre imediatividade e mediações, entre constrangimentos e apropriações, etc. Porém, é no plano da vida cotidiana que se realizam todas essas contradições. Mas, por quê?

Se retomarmos o que vimos anteriormente, podemos dizer que o processo de reprodução das relações de produção não se restringe hoje tão somente aos espaços e momentos do trabalho, à esfera da produção (em seu sentido restrito, da produção de mercadorias), aquela que envolve a fábrica e os demais setores produtivos. Ele se estende e se realiza em todos os momentos da vida cotidiana: trabalho, lazer, vida privada. É nesse plano – o da vida cotidiana – que se realizam concretamente todas as dominações, opressões, repressões, dilacerações do indivíduo. É onde o mais abstrato se realiza enquanto abstração concreta (o Estado, o processo do capital; o político e o econômico em sua relação); onde as ordens distantes pesam concretamente sobre a vida. A extensão do mundo da mercadoria para todos os momentos da vida coloca precisamente o que Lefebvre denominou como a *cotidianidade*. Ela é a miséria de uma vida cotidiana plena de sentido. Ela é a expressão da programação (para o consumo), da repetição dos atos; é a vida cotidiana que se realiza através da norma, dos interditos, das coações, dos constrangimentos, da violência. Em função disso, portanto, tentaremos incorporar esse plano para análise das questões sobre a violência. Sua crítica passa, necessariamente, pela crítica da vida cotidiana, pois esse é o plano onde podem se estabelecer as relações do social (e do cultural) com o político e econômico – não são, portanto, momentos separados. A violência, se vem acompanhada do adjetivo “urbana”, incorpora uma compreensão teórica (aquela que envolve necessariamente a prática) do urbano e da vida cotidiana.

A violência, independente da definição que assimile, é habitualmente analisada não a partir de seus conteúdos, mas de sua representação que se expressa enquanto *medo* (do crime, por sua vez, do pobre, do negro, da periferia). Não há, entretanto, necessariamente coincidência absoluta entre a coisa real e a representação. A representação (que se desdobra do objeto) pode se autonomizar e passar a existir em si mesma. Será isto o que aconteceu com a violência? Poderíamos reduzir a questão da violência às de suas representações - medo e criminalidade; pensá-la apenas como aquilo que representa o perigo iminente ao corpo (e à

propriedade)? Sem querer esgotar a discussão, até porque conhecemos os limites da pesquisa, colocamos algumas outras possibilidades.

Vimos que a vida cotidiana é o lugar onde se realizam as normas, os interditos, as coações, os constrangimentos. Esses se colocam como imposições, como forças (que não destituem a ordem das relações, mas que impõem essa ordem, que tentam se colocar como ordenamento, como lógica, como planejamento). Essas forças não são aleatórias, ao acaso. Têm uma intencionalidade; provocam danos (calculados, controlados e incorporados na reprodução dessas forças) que podem ou não sair do controle. São forças que emanam do econômico e do político (e de suas relações, imbricações) através de suas instituições. No plano do político (do Estado) é a violência ‘legítima’? Aquela representada pela força repressiva da polícia, do exército, da Justiça, das instituições carcerárias? Sim, mas não somente. Queremos considerar que essas forças violentas se realizam enquanto produção lógica do espaço – do espaço pensado como forma pura, esvaziada de conteúdo (e que incorpora a lógica da mercadoria) -; como processo de fragmentação e segregação; como planejamento urbano que tenta anular contradições, chegando na vida cotidiana com potencial esmagador. É o plano do político e também do econômico, o de suas estratégias (respectivas e combinadas) e suas lógicas, que se realiza no espaço (pensado como geométrico, mas vivido como espaço social) e nos níveis mais íntimos da vida cotidiana.

Essas forças podem chegar na vida cotidiana através de inúmeros constrangimentos. Eles constituem o que se é imposto, “o organizacional e o institucional” (LEFEBVRE, 1970: 188). Esses constrangimentos são definidos pela interdição ao uso irrestrito do espaço urbano (fragmentado pelo processo de segregação e pela instauração da lógica da propriedade privada); pela impossibilidade de realização do urbano para todos⁶; pelas estigmatizações decorrentes dos processos anteriores; pela cotidianidade. São forças devastadoras (violentas). A violência se expressaria, portanto, no medo (do crime) como insegurança e também como constrangimentos.

Queremos desenvolver a idéia de que para pensar a violência, na sua relação com a problemática urbana, seria preciso levar em consideração a experiência do vivido, pela sobreposição de vários constrangimentos. Os constrangimentos, no entanto, não podem ser encarados como determinismos; a leitura deve se voltar para o que eles têm de potencial dilacerador tanto para o indivíduo, quanto para as relações sociais. Muitas vezes esses

⁶ Noção desenvolvida por Damiani (2009, 2010) a respeito da noção de urbanização crítica.

constrangimentos que colocam a humilhação, a dominação, a exploração, não aparecem ao nível da consciência, mas no plano do percebido, não sem conseqüências.

Queremos com isso negar outros tipos de violência, por exemplo, as que são explicadas por níveis complexos de distúrbios psíquicos ou rituais de grupos sociais? Não. O intuito proposto para esta pesquisa caminha no sentido, apenas, de iniciar uma reflexão e um debate: ao invés centrar o foco de intenção sobre a criminalidade, a pesquisa procurará iluminar de que forma o próprio processo de urbanização capitalista se constitui como um processo violento, abrindo outras perspectivas para a relação entre a violência e a problemática urbana. A pesquisa não procura, assim, causas que conduzam, na maioria das vezes, à busca de soluções (parciais) para resolução de um problema urbano: violência/criminalidade. A relação que se procura não é de causa e conseqüência. A consideração é a de que a criminalidade é um dos aspectos da violência, mas que não totaliza o processo, bem como a violência não totaliza o processo de constituição do urbano. Trata-se, de uma maneira mais ampla, de uma primeira tentativa para a superação da noção de violência urbana reduzida à noção de criminalidade que se manifesta na cidade.

2. A violência do processo de urbanização capitalista como reprodução das relações de propriedade

2.1 Descobrimo um fragmento espacial da metrópole paulistana

A partir da reflexão teórica proposta, surge a necessidade de avançar na pesquisa e de buscar, por meio de um recorte empírico mais ou menos delimitado, fundamentos práticos capazes de fornecer sustentação às idéias desenvolvidas e/ou colocar outras questões para além das já enunciadas. Assim, para dar continuidade ao estudo da problemática urbana anunciada, selecionamos como o plano empírico inicial de nossa investigação o estudo do distrito do Morumbi, situado administrativamente na subprefeitura do Butantã, zona oeste do Município de São Paulo.

O distrito do Morumbi, de maneira geral, pode ser caracterizado como área ocupada, em sua maioria, por uma população com altos níveis de rendimentos⁷; uso do solo predominantemente residencial (médio e alto padrão), cujos investimentos financeiro-imobiliários crescem e tendem a marcar a dinâmica espacial, com destaque para o processo de valorização do preço do solo, acentuado com a construção de grandes empreendimentos, como o Parque Cidade Jardim⁸, e com a realização de importantes operações urbanas em áreas próximas – Operação Urbana Faria Lima, Operação Urbana Águas Espraiadas e Operação Urbana Vila Sônia.

Se caracterizamos, de maneira geral, o distrito com as especificidades anunciadas acima, podemos dizer, no entanto, que essa caracterização não resume a totalidade da realidade ali presente. Ao mesmo tempo em que se destaca como uma das áreas mais ricas da metrópole paulistana, o Morumbi também é marcado pela presença de uma população pauperizada que, inserida precariamente na lógica da propriedade privada (da riqueza e da terra) e no mundo do trabalho formal, vai se constituir como a população moradora das favelas e das áreas mais pobres também presentes nesse distrito. No plano do visível, a paisagem e a morfologia espacial da área revelam, num primeiro momento, desigualdades sociais profundas, características do processo de produção capitalista do espaço urbano.

⁷ Dados de 2008 da Prefeitura Municipal de São Paulo (Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Rendas Imobiliárias) - para o ano de 2000 -, revelam renda média familiar acima de 18 salários mínimos para o distrito do Morumbi. Ver: Município em Mapas: Panorama. São Paulo: SEMPLA, 2008. 8 mapas (série pôster).

⁸ O Empreendimento Parque Cidade Jardim é o maior complexo imobiliário de luxo de São Paulo, composto por um shopping (inaugurado no primeiro semestre de 2008), 9 torres residenciais de 25 andares cada. O projeto ainda prevê a construção de 3 torres comerciais (já iniciada). Os preços estimados dos apartamentos variam entre 1,5 milhão e 17 milhões de reais e os investimentos no empreendimento, segundo dados vinculados na mídia, somam mais de 1,5 bilhão de reais.

Do ponto de vista dos indicadores relativos à violência e à criminalidade, o distrito do Morumbi não integraria as chamadas ‘áreas mais violentas da cidade’. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo⁹ apontam para maiores índices de crime contra a vida (homicídios e tentativas de homicídios), tráfico de drogas, estupros e tentativas de estupros, em distritos dos extremos da cidade, notadamente ao sul da Zona Sul, além das Zonas Norte e Leste; ao passo que os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) se concentrariam nas Zonas Central e Oeste da cidade (esta última, mais expressivamente nos distritos de Pinheiros, Lapa e Perdizes). Esses dados indicariam alguma relação ou tendência de concentração de crimes contra vida nas áreas mais pobres da cidade, e crimes contra o patrimônio nas áreas mais ricas, abrindo, inclusive, para a possibilidade de uma interpretação perigosa da relação entre pobreza e criminalidade. Um dos resultados mais expressivos das análises centradas essencialmente nesse tipo de índice é a consideração analítica da violência urbana reduzida à noção de criminalidade, que pode proporcionar mais confusão do que esclarecimentos a respeito de uma prática socioespacial complexa que envolve necessariamente o entendimento do processo de produção do espaço da cidade. Além disso, corre-se o perigo de, na tentativa de elucidar como a criminalidade se espacializa na cidade, reforçar preconceitos sociais, fundamentados em um imaginário da cidade violenta e caótica (especialmente no que se refere às áreas periféricas). Partindo, então, desses dados e do entendimento dos seus limites explicativos, selecionamos um fragmento da metrópole na busca do entendimento da relação existente entre a problemática urbana e a violência.

A hipótese que articula teoria e prática é a de que o fragmento – pensado apenas como mediação para a compreensão da totalidade (a metrópole) - permitiria entender alguns conteúdos da violência do processo de urbanização, na medida em que está inserido (apesar de suas particularidades) no movimento geral de reprodução da cidade; processo esse produzido essencialmente de forma violenta e produtor de conseqüências dilaceradoras da experiência da vida cotidiana na cidade.

O estudo do fragmento (do objeto empírico) – que não se constitui propriamente como um ‘estudo de caso’ – se justifica não por ser mais importante do que outros fragmentos da metrópole para entender a violência do processo de urbanização, mas porque é exemplo paradigmático de uma violência que se constitui como crime, mas também como processos de fragmentação, expropriação e segregação, como expressão do poder (do Estado) – representado pelo planejamento urbano – e como estrangulamentos. A justificativa mais

⁹ Esses dados foram agrupados e organizados em um mapa da criminalidade de São Paulo pelo jornal Folha de São Paulo, em seu caderno Cotidiano de 06 de agosto de 2008.

importante a ser considerada é a de que, do ponto de vista do método, esse recorte permitiria, através da particularidade, entender a totalidade dos processos constitutivos da urbanização da metrópole de São Paulo. A particularidade (que procura fugir dos particularismos absolutizantes) aparece como mediação entre a singularidade do lugar, do imediato, do concreto, e a universalidade da metrópole, que incorpora abstrações (como a da lógica da reprodução do capital) e processos distantes.

Por meio desse recorte empírico, busca-se compreender não a violência urbana em si mesma, mas o próprio processo de produção do espaço urbano contemporâneo como processo essencialmente violento. Trata-se de considerar a constituição de uma violência urbana fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais.

Findado um primeiro momento – de tentativa de organização de um pensamento teórico coerente ao movimento da pesquisa – aparece a primeira grande dificuldade: a realização dos trabalhos de campo. Essa dificuldade não advém de uma falta de leitura a propósito dos trabalhos de campo como método de pesquisa, mas de certa inabilidade pessoal de operar sobre esse terreno. Nesse momento, um breve parêntese. Aqui, a escrita exige na sua forma de apresentação a expressão da subjetividade por meio da linguagem, sem a qual fica difícil entender a realização do trabalho de campo como uma dificuldade pessoal do processo de pesquisa.

É possível que existam mil razões para que essa dificuldade se coloque de maneira tão radical, às vezes de forma imobilizadora, e é possível também que não exista nenhuma razão específica, coerente ou com algum fundamento elaborado teoricamente. Por algum motivo, ao longo da graduação, e também da pós-graduação, trabalhos de campo sempre me despertaram um constrangimento ou mal-estar pouco compreendido. Um constrangimento, por vezes profundo, que hoje consigo ver, mesmo que ainda muito precariamente, que surge da relação ‘pesquisador’ e ‘objeto de pesquisa’. Trabalhos de campo possuíram, ao longo da minha trajetória acadêmica, um papel assustador/paralisante. Se adentrar em ‘ambiente’ estranho já é em si desconfortável, qualquer coisa parecida com entrevista tende a me aterrorizar. Conclusão: subjetivamente, assim li minha relação com os ‘campos’: não é que eu não goste, mas eu tenho medo deles.

Acontece que por alguma razão que a própria razão desconhece, eu decidi seguir mais fundo na investigação da vida cotidiana e, com isso, me vi diante de uma inevitabilidade: atravessar aquela barreira que me separa tão profundamente dos trabalhos de campo.

Por onde começar? Como pensar, organizar, sistematizar e realizar os trabalhos de campo a fim de atingir os objetivos propostos para a pesquisa? Diante da inexperiência de traçar caminhos pertinentes para a pesquisa empírica, fazia-se necessária uma primeira aproximação. A leitura sobre *forma da cidade e morfologia urbana* indicou possibilidades – o que não se fez sem tensionamentos. De um lado, não se encerrou a priori como caminho positivo (fundamentação essencial e necessária para construção de perguntas essenciais e necessárias) e, de outro lado, não pôde deixar de indicar sua negatividade e potência aproximativa com o ‘recorte empírico’.

Foi, em certa medida, ao nível do percebido, na observação fenomênica das formas materializadas do processo de urbanização naquele infinito particular (o Morumbi), que começou a se desenhar uma aproximação e a descoberta de um recorte espacial. Então, por que não descortinar a observação empírica? É certo que residem receios: a descrição ainda amedronta por sua lembrança a um passado positivista (empirista). A aproximação pela **observação** e **descrição** apelaria ao “empiricismo” e ao “concretismo” (ADORNO, 2008: 152)?

Sem ter certeza dos limites, mas reconhecendo desde já sua existência, optei desconfiar, mas não subestimar a pertinência metodológica dos dois momentos e, assim, tomei como ponto de partida a observação da paisagem (incluindo aí os movimentos, os sons, os cheiros, os fluxos e densidades) e também das formas, da materialidade, do ambiente construído, como momento possível de estabelecer uma situação de pesquisa e chegar, se possível, ao nível de outra morfologia, dialeticamente posta na relação com a morfologia espacial: a morfologia social.

Aqui farei o esforço de uma descrição empírica, enfatizando a morfologia espacial. Para Lefebvre (1999), o fenômeno urbano depende num primeiro momento dos métodos descritivos. A descrição “ocupa-se dos laços entre os cidadãos e o sítio; ela estuda o ambiente, as disparidades do espaço, os monumentos, os fluxos e os horizontes da vida urbana” (LEFEBVRE, 1999: 50), mas impõe seus próprios limites uma vez que “não alcança determinadas relações sociais, aparentemente abstratas em relação ao dado e ao ‘vivido’, os quais parecem concretos, mas são apenas imediatos” (LEFEBVRE, 1999: 50).

Levando em consideração a pertinência-insuficiência da descrição empírica apontada por Lefebvre e a necessidade teórica radical de “passar da fenomenologia à análise” (LEFEBVRE, 1999: 51), nos concentraremos por ora em tal esforço, objetivando, por um lado e como já foi dito, a minha própria aproximação com o recorte, e por outro, a aproximação do leitor, cuja distância está pressuposta na relação específica com esta pesquisa.

Pode-se observar no mapa da página seguinte a delimitação político-administrativa de um recorte espacial possível: o distrito do Morumbi, situado na zona oeste do município de São Paulo. Delimitado em sua face leste pela Marginal do Rio Pinheiros, o distrito faz divisa ainda com os distritos do Butantã, Vila Sônia e Vila Andrade. O Morumbi é subdividido ainda em, *aproximadamente*, 17 bairros¹⁰, compondo certa unidade (artificial), muito embora uma aproximação um pouco mais cuidadosa revele sutis diferenças quanto ao tipo de ocupação, ao uso/apropriação do espaço, e contradições ao nível da morfologia espacial.

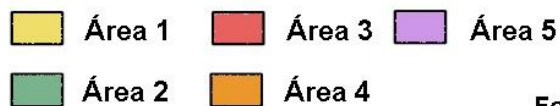
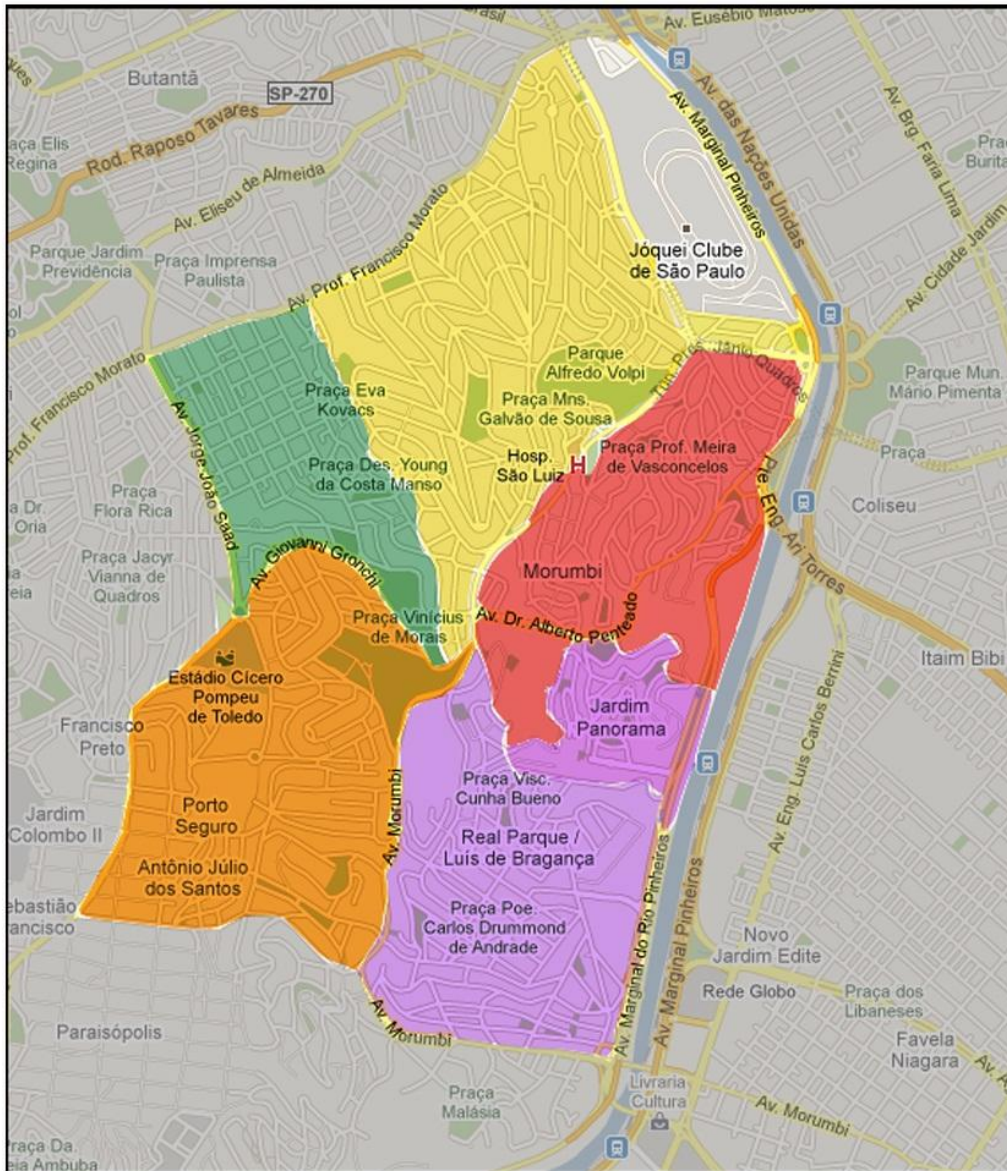
No plano da paisagem, o Morumbi revela características já conhecidas do processo de produção capitalista do espaço, especialmente no que diz respeito às grandes cidades: processos de verticalização; concentração da riqueza em lugares específicos das cidades – seja pelas dimensões e pela expressão arquitetural no plano do habitat, seja pela localização de determinadas infra-estruturas urbanas que ‘seguem’ a lógica movimentação/expansão dos estratos de classes sociais pelo terreno; além de profundas diferenciações espaciais, expressões fenomênicas do processo de segregação socioespacial.

Andando pelas ruas do distrito, é possível uma generalização (superficial, mas certamente inequívoca): trata-se de um distrito predominantemente habitado por uma população com altos rendimentos. O tamanho dos terrenos, o padrão das casas e edifícios, bem como a utilização de equipamentos tecnológicos, especialmente ligados à segurança/proteção, sugerem tal conclusão. Quanto a este reconhecimento é possível observar, através da paisagem, diferenças, pequenas, mas ainda sim reconhecíveis.

¹⁰ Esse número não pode ser absolutizado de maneira tão rigorosa. Existem uma fluidez e uma plasticidade a serem consideradas a propósito dos ‘bairros do Morumbi’. Em um cruzamento de informações retiradas do site da subprefeitura do Butantã, dos sites das associações de moradores do distrito do Morumbi e de outras organizações, a exemplo de algumas ONGs ali presentes, bem como em conversas com os próprios moradores, o número de bairros varia, às vezes incorporando bairros de outros distritos, outras vezes não considerando alguns bairros, ou mesmo acontece de alguns bairros somente serem considerados pertinentes aos moradores de um fragmento específico.

Mapa 01

DISTRITO DO MORUMBI - 2010 SUBDIVISÃO POR ÁREAS A PARTIR DE CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PAISAGEM



1 Km



Fonte: Base Cartográfica - Google Maps.
Organização: Renata Alves Sampaio, 2010.

Na área próxima ao Joquei Clube de São Paulo (legenda: área 1), entre as avenidas Prof. Francisco Morato, Lineu de Paula Machado e Engenheiro Oscar Americano, no bairro conhecido como Jardim Everest, encontram-se as grandes mansões do Morumbi. É a área mais arborizada do distrito – e arriscaria afirmar que deve ser umas das mais arborizadas da metrópole, com presença do Parque Alfredo Volpi e de várias praças. As ruas sinuosas condicionam percursos confusos, no qual o errante que desconhece os trajetos postos ali pela prática socioespacial tende necessariamente a se perder. A inexistência de estabelecimentos comerciais nessa área, que acabam por se constituir como importantes referenciais de localização no espaço urbano, parece ajudar a compor uma sensação de indeterminação ou indistinção espacial. Andando pela Avenida Lineu de Paula Machado, voltando nosso olhar em direção ao bairro, é possível observar de longe uma colina com casas gigantescas. Vistas, assim, a certa distância, as fachadas das enormes e belas casas expõem-se na paisagem compondo uma homogeneidade no que se refere a distinção social e uma heterogeneidade quanto ao estilo arquitetônico. O mais interessante é que quanto mais nos aproximamos dessas casas, adentrando o bairro e estabelecendo trajetos por suas ruas, menos as casas se expõem aos olhos do observador. Isso porque elas são delimitadas por muros peculiarmente altos.

Imagem 1: Uma das grandes casas do Morumbi ‘escondida atrás dos muros’



Outubro/2010. Autor: José Raimundo Ribeiro Junior.

Encontramos aí, e em uma presença considerável, muros que chegam a, aproximadamente, 4 metros de altura (a maioria com cercas de alta tensão e/ou pequenas câmeras de vigilância), e sua grande extensão em comprimento oferece indícios do vasto tamanho dos terrenos. Carros ou postos de vigilância de empresas privadas de segurança são vistos em algumas poucas ruas, e talvez em menor quantidade do que o comumente esperado nesse tipo de bairro. Sem uma pesquisa mais apurada a respeito do preço dos terrenos e imóveis nessa área, ou seja, apenas ainda no que se refere ao plano da observação, esta parece ser a área onde reside a população com maior poder aquisitivo do Morumbi.

Seguindo a Avenida Prof. Francisco Morato em direção a Avenida Jorge João Saad, encontramos, delimitada pela Avenida Giovanni Gronchi, uma área relativamente diferente da que descrevemos anteriormente, a que compreende os bairros conhecidos com Caxingui, Jardim Guedala, Jardim Namba e Vila Progredior (legenda: área 2). Essa é a única área do Morumbi onde o traçado das ruas segue o formato de tabuleiro, com ruas cruzando entre si perpendicularmente, e onde o projeto de urbanização foi, em grande parte, realizado pela Companhia City de Desenvolvimento por meio da idealização dos ‘bairros city’. Uma das principais diferenças dessa área para o restante do distrito do Morumbi é a presença de uma centralidade comercial relativamente significativa, que se faz no restante do Morumbi de forma rarefeita, dispersa e pontual em alguns bairros ou, então, concentrada ao longo da Avenida Giovanni Gronchi. A presença de tal centralidade, ao que parece, está intimamente ligada à racionalidade posta pelo projeto de urbanização ao estilo ‘cidade-jardim’ proposto pela Companhia City, segundo a qual:

(...) a cidade-jardim rompia com os modelos propostos durante as revoluções industriais, caracterizados por um único centro ao redor do qual iam se agregando bairros periféricos, com traçados de ruas estanques e sujeitos a todo tipo de descaracterização, principalmente as advindas do adensamento populacional. (...) O novo conceito determinava, basicamente, que cada bairro deveria ter seu próprio centro comercial, áreas de lazer e convivência social e edificações construídas de acordo com certos padrões, respeitando as características ambientais e sociais do lugar. (...) Em São Paulo, a cidade-jardim foi um sucesso. Depois do Jardim América, foram lançados muitos outros bairros no mesmo estilo, tais como Pacaembu, *Jardim Guedala* e Alto de Pinheiros, levando o desenvolvimento urbano para diversas áreas da cidade. (Companhia City de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.ciacity.com.br/>> 23 set. 2010) (Grifo nosso).

A presença de uma dinâmica comercial nesse fragmento é relevante porque diferencia da maneira bastante importante a dinâmica social, a densidade e o papel que aí a rua assume – sobre o qual falaremos mais adiante. Além deste elemento, observa-se na área em questão um processo de verticalização já constituído. Conjuntamente com o bairro Real Parque (próximo

a Marginal do Rio Pinheiros), essa é a área do distrito com maior presença de edifícios e condomínios verticais residenciais (não excluindo a presença de casas, ainda que não sejam exatamente do mesmo padrão das casas da área mencionada anteriormente).

Imagem 2: Rua Três Irmãos: centralidade comercial no Jardim Guedala



Outubro/2010. Autor: José Raimundo Ribeiro Junior.

Procuramos, ainda que de maneira bastante incipiente, atentar para os padrões de segurança e vigilância em casas e edifícios/condomínios. A partir da observação, nada sugere que aí se constitua uma particularidade em relação aos outros bairros de classe média alta da metrópole, como Moema, Vila Nova Conceição, Jardins ou Itaim Bibi. Isso vale para essa área em específico, bem como para todas as demais no Morumbi. Muros altos, cercas de alta tensão, câmeras de vigilância, interfones, sistema de portões eletrônicos e, em menor número¹¹, os grupos de segurança especializada, são os elementos hoje constitutivos do padrão de segurança condominial e, ainda que importantes para análise, não se constituem como especificidades características do Morumbi na sua relação com a metrópole¹².

¹¹ Especialmente se comparado com os bairros acima mencionados: Moema, Vila Nova Conceição, Jardins e Itaim Bibi.

¹² Aqui, por enquanto, estamos considerando apenas o que se constitui como padrão e não os condomínios que se constituem como exceção e que, como estratégia imobiliária diferencial, adotam os mais recentes e avançados serviços de proteção.

A área compreendida entre a Avenida Eng. Oscar Americano, Avenida Morumbi e Marginal do Rio Pinheiros (legenda: área 3), onde estão localizados os bairros conhecidos como Cidade Jardim, Jardim Silvia, Jardim D'Oeste e Paineiras do Morumbi (nas proximidades da Fundação Maria Luisa e Oscar Americano) e a delimitada pela Avenida Giovanni Gronchi e Avenida Morumbi (legenda: área 4), compondo os bairros de Jardim Viana e Fazenda Morumbi (próximos ao Estádio Cícero Pompeu de Toledo, ao Palácio dos Bandeirantes e ao Hospital Albert Einstein) cabem apenas breves considerações. Não por uma menor significância ou importância para a pesquisa, mas pelo fato de que, a respeito de uma descrição fenomênica da paisagem, as duas áreas não se diferenciem de maneira significativa da primeira área descrita, quanto a arborização, traçado das ruas, padrão arquitetônico das casas, ausência de estabelecimentos comerciais, etc. Correndo o grave risco de incorrer em erro grosseiro, ainda que não seja um equívoco falar que as casas e apartamentos dessas duas últimas áreas, pelo próprio padrão arquitetônico, sejam de propriedade de uma população majoritariamente de alta renda, ainda sim é possível sinalizar para alguma diferença em relação a área próxima ao Jockey Clube de São Paulo, onde estão presentes as casas cujos tamanhos e magnitude chamam maior atenção do observador.

Haveria de falar ainda do trecho do Morumbi contíguo à Marginal do Rio Pinheiros e que compreende os bairros de Jardim Panorama, Real Parque, Vila Morumbi e Vila Tramontano; no entanto, deixaremos propositalmente mais para frente. Ainda que a descrição não tenha sido feita, incluiremos essa área (legenda: área 5) em algumas importantes considerações gerais a respeito do distrito do Morumbi¹³.

Se houvesse uma palavra que pudesse caracterizar o Morumbi – ainda que incorrendo ao risco de uma caricatura redutora – essa palavra seria ‘vazio’. Não há elemento mais intrigantemente revelador do Morumbi do que o vazio de suas ruas. Segundo Carlos (2001):

Na pesquisa, a rua é o elemento revelador; a partir dela se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como desvendar a dimensão das estratégias de sobrevivência, e ainda marcar a simultaneidade do cheio e do vazio, dos sons e dos ruídos, apontando para usos e tempos diferenciados. (CARLOS, 2001: 56)

¹³ Aqui cabe uma observação importante e que o leitor mais familiarizado com o recorte espacial pode estar se questionando. Quando fomos descortinar o distrito do Morumbi descobrimos que algumas áreas do distrito de Vila Sônia e praticamente todo o distrito de Vila Andrade são vendidos no mercado imobiliário como Morumbi. Os nomes de muitos bairros no distrito de Vila Andrade fazem referência ao Morumbi (Jardim Morumbi, Fonte Morumbi, Paraíso do Morumbi, Recanto do Morumbi, etc), bem como os próprios moradores ao referenciarem o local de residência. Devido a extensão que o recorte espacial tomaria, caso incluísse todo o distrito de Vila Andrade – incluindo aí a favela de Paraisópolis – optamos por delimitar, inicialmente, a pesquisa à área administrativamente nomeada como Morumbi e delimitada no Mapa 1.

Enfatizando sem exagerar, é muito difícil encontrar nos bairros mencionados pessoas nas ruas. Tanto nos dias de semana quanto nos finais de semana observa-se, em contraposição a relativa intensidade de fluxos de automóveis nas avenidas principais e secundárias, uma limitada presença de pedestres por toda parte, um pouco menos nas grandes avenidas (onde estão concentrados os principais pontos de ônibus e estabelecimentos comerciais), mas assustadoramente marcante em praticamente todas as ruas no interior do distrito. Se não é verdadeiro que não se encontra ninguém caminhando nas ruas (absolutização que apenas vale para efeito de ênfase ao que se quer enunciar), também não é falso afirmar, a partir das impressões tiradas em nossas andanças, que os pedestres, quando existem, são majoritariamente trabalhadores, especialmente aqueles ligados a prestações de serviços nas casas, edifícios e condomínios, e no comércio da região. Não é muito difícil chegar a uma conclusão como essa em uma sociedade onde a distinção de classe se coloca também como distinção de cor, de maneiras de se vestir, e, inclusive, na forma de deslocamento pela cidade (ainda que saibamos do risco de reproduzir preconceitos e estigmatizações sociais). As pessoas com as quais nos deparamos nas ruas, muitas das quais uniformizadas, estavam, em geral, fazendo algum tipo serviço, seja de pintura, reparo de fachada, jardinagem ou limpeza e, de forma bastante recorrente, ‘passeando’ com cachorros (e isso é especialmente marcante em alguns bairros, como o Real Parque). Nos dias de semana, em horários de fim de expediente, o pequeno fluxo de pedestres é composto pelo deslocamento dos trabalhadores em direção aos pontos de ônibus.

De maneira muito escassa vemos nas ruas o que parecem ser os moradores dos bairros do Morumbi. Aos fins de semana é possível encontrá-los nas praças, praticando algum tipo de atividade física, ainda que essa presença apareça residualmente e que se realize como exceção ao uso do espaço público. Em conversa com alguns moradores, três foram os principais motivos apontados para tal fato: o relevo acidentado (que quase inviabilizaria a caminhada) – o medo e a segurança (ou a falta de segurança) – a ‘falta do que fazer’ nas ruas. A conjunção desses fatores apareceria como a justificativa para opção do uso do carro no deslocamento pela região, mesmo que para distâncias muito curtas.

Ainda que nosso objeto e objetivo não seja a análise da rua, a sua consideração (e também das formas, revelando estruturas e funções) indicaria possibilidades e limites quanto ao uso do espaço pelo habitante, que poderia nos levar ao papel das normas inscritas – mesmo que invisivelmente no espaço urbano – e das práticas socioespaciais, onde nossa pesquisa se situaria de maneira imediata.

Como já enunciado anteriormente, não foi por acaso que deixamos por último a consideração sobre a área do Morumbi mais próxima a Marginal do Rio Pinheiros. Nas idas a campo, ainda nesse primeiro momento de aproximação, não foi outra senão essa pequena área que parecia revelar a descoberta de um fragmento potente no interior do fragmento maior, a priori determinado como recorte para esta pesquisa. Esse trecho, que acompanha a Marginal do Rio Pinheiros até a ponte do Morumbi, parece complexizar o que descrevemos até então.

Se existe certamente uma continuidade, capaz de inferir uma homogeneidade com as outras áreas, dada a semelhança da paisagem e das formas que ali se constituem, possibilitando entendimentos (ainda que limitados) dos códigos, significações, percepções quanto aos usos e apropriações do espaço urbano, há, por outro lado, rupturas que, ainda no nível da paisagem e da morfologia, anunciam descontinuidades. É nesse trecho, e não em qualquer outro do distrito, que encontramos mais visivelmente escancaradas as contradições fundamentais (fundamento e produto) dos processos de produção e reprodução capitalista do espaço urbano, ainda que seja preciso a todo custo, segundo a racionalidade desses processos, velar tais contradições e realizar pelo discurso e pelo conhecimento fetichizados e fetichizantes a compreensão dessas formas como aquilo que elas não são: expressão de diferenças sem relação, de oposições que se constituem sem necessariamente se determinar, ou seja, não-contradições.

Compõem essa área relativamente diminuta do Morumbi os bairros Real Parque, Vila Morumbi e Vila Tramontano, cujas características visíveis se aproximam intensamente das outras áreas do Morumbi, com suas diferenças particulares; as favelas Real Parque e Jardim Panorama; e o Parque Cidade Jardim – o mais caro e luxuoso empreendimento imobiliário do país.

A proximidade dessas desigualdades induz relações necessárias – ainda que evitadas com afincos –, produzindo conflitos de todas as ordens que merecem uma compreensão teórica que necessita submergir e sair da superfície.

Ao considerar essa área, compondo artificialmente uma unidade que serve à pesquisa, estamos colocando foco no imbricamento das conseqüências inevitáveis da lógica do processo de urbanização – derivada da lógica capitalista –, e que não só pressupõe, mas é produtora de desigualdades sociais, que se realizam por sua vez como desigualdades espaciais, e que nesse lugar especificamente se materializa (e por isso mesmo choca) com tamanha proximidade. Estamos nos referindo a uma área que contempla a uma só vez:

- o empreendimento **Parque Cidade Jardim**: lançamento imobiliário mais caro de São Paulo, realizado pela construtora JHSF, que orienta seus negócios comerciais ao mercado de altíssimo luxo. Fazem parte do empreendimento 9 torres residenciais, onde os apartamentos estão entre os mais caros da metrópole paulistana, chegando a 17 milhões de reais as vendas das coberturas de 2.200 m² de área¹⁴; 3 torres comerciais ainda em processo de construção; e o Shopping Cidade Jardim, ‘conceito diferenciado’ de shopping, com jardins internos e áreas a céu aberto, cujo acesso é praticamente exclusivo a uma pequena camada da população enriquecida que consegue consumir os produtos e serviços disponíveis nas lojas das mais caras grifes nacionais e internacionais como Hermès, Louis Vuitton, Giorgio Armani, Chanel, Rolex, Tiffany & Co., Longchamp, Daslu, Academia Reebok, entre outras.

Imagem 3: Empreendimento Parque Cidade Jardim: torres residenciais e shopping



Abril/2011. Autor: Américo Sampaio.

- a **favela Jardim Panorama**, situada atualmente¹⁵ a uns cinco metros de distância do muro que separa o seu terreno (ainda que juridicamente o termo ‘seu terreno’ esbarre na

¹⁴ Informação oferecida por uma funcionária da Coelho da Fonseca (principal comercializadora das unidades residenciais e comerciais do empreendimento) no estande de vendas do Shopping Cidade Jardim.

¹⁵ Dizemos atualmente, pois a área da favela em questão sofre desde o início das construções do

condição de não-propriedade da terra), do terreno onde hoje estão sendo construídas as torres comerciais do Empreendimento Parque Cidade Jardim.

Imagem 4 e Imagem 5: Muro que demarca a separação física entre as novas torres comerciais do Empreendimento Parque Cidade Jardim e a Favela Jardim Panorama



Setembro/2010. Autor: Sávio Miele.

Relativamente pequena, se comparada com outras favelas próximas, a Jardim Panorama se compõe hoje de aproximadamente 500 famílias¹⁶, após relativa diminuição em 2008, decorrente da tumultuada compra de 70 barracos por parte da construtora JHSH (D'ANDREA, 2009), e em 2010, com a saída de algumas famílias afetadas por um deslizamento de terra, aparentemente causado em decorrência do início das obras das torres comerciais do referido empreendimento.

Atualmente, está em tramitação na justiça – e essa é a principal mobilização realizada na favela, encabeçada pela Associação de Moradores – um pedido coletivo de usucapião dos terrenos privados e de concessão de uso nos terrenos públicos, a fim de instituir a propriedade dos terrenos ocupados.

Cercada por uma vizinhança de alto poder aquisitivo (agora de altíssimo poder aquisitivo com a inauguração do Empreendimento Cidade Jardim), a favela procura pela via

Empreendimento Parque Cidade Jardim, um processo simultâneo de expansão da área concernente ao empreendimento e redução da área que correspondia, desde 1957, a ocupação realizada pelos habitantes da favela Jardim Panorama.

¹⁶ Informação oferecida por Rodrigo, presidente da Associação de Moradores da Favela Jardim Panorama.

legal da regularização fundiária resistir às pressões que parecem vir de todos os lados, de uma vizinhança incômoda e incomodada, que parece aumentar com a expansão do empreendimento que ‘invade’¹⁷ fisicamente a área da favela e sinaliza mudanças futuras.

Imagem 6: Vista Panorâmica: novas torres comerciais do Empreendimento Parque Cidade Jardim (em construção) e a vizinha Favela Jardim Panorama. Ao fundo, torres comerciais da Avenida Luis Carlos Berrini



Setembro/2010. Autor: Sávio Miele.

- a **favela Real Parque**, próxima a ponte Morumbi e aos galpões das mega-stores Leroy Merlin e Decathlon, ambas localizadas na Marginal do Rio Pinheiros. Ocupação iniciada no final dos anos 50 (mesmo período de constituição das outras favelas da região, como Jardim Panorama e Paraisópolis), a favela, em sua face voltada para a marginal (contígua aos prédios do conjunto habitacional Cingapura), tem como horizonte visual os edifícios da Avenida Eng. Luis Carlos Berrini e a Ponte Estaiada, signos da ‘modernidade desejada e conquistada por meio do progresso econômico’. Na face reversa, os acessos à favela vão em direção a uma importante rua do bairro Real Parque – a Avenida Dqa. de Goiás, onde se misturam diferentes estabelecimentos comerciais e de serviços que atendem aos diferentes moradores segundo seus níveis de renda. Essa seria a rua que marcaria

¹⁷ Expressão utilizada apenas para um esforço de visualização da dimensão assustadora da proximidade entre os dois terrenos.

fisicamente a transição para os altos edifícios e casas de uma vizinhança composta de uma genérica classe média alta¹⁸.

Com aproximadamente dez mil famílias, a favela Real Parque viveu pelo menos dois momentos dramaticamente expressivos nos últimos anos, o que lhe rendeu alguma exposição na mídia. Em 2007, um violento processo de reintegração de posse foi realizado, requerido pela EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A), proprietária legal do terreno onde se formou a favela. Segundo D’Andrea (2009), a ação, que levou ao desespero dezenas de famílias, teve como consequência imediata a interdição da Marginal Pinheiros em um protesto espontâneo de alguns moradores da favela que se viram direta ou indiretamente envolvidos com a demolição dos barracos presentes na área atingida pela reintegração. O resultado mais expressivo foi a ação repressiva e violenta da Tropa de Choque da Polícia Militar, convocada para restabelecer a ordem perturbada (principalmente ao tráfego) pela manifestação dos moradores na Marginal e dar prosseguimento ao processo de reintegração de posse do terreno.

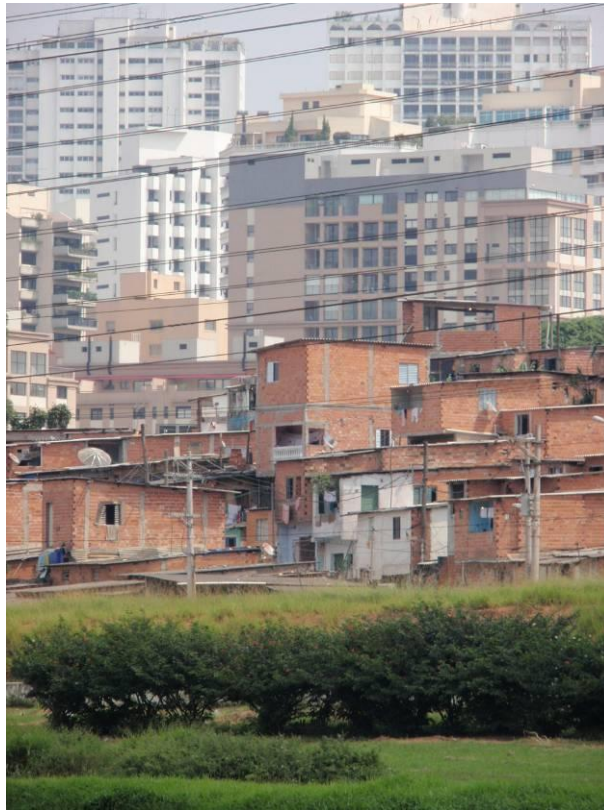
Recentemente, mais precisamente em 27 de setembro de 2010, um incêndio de grandes proporções, cujas causas ainda estão sendo investigadas, destruiu pelo menos 400 barracos, desabrigando e deixando literalmente ‘sem nada’ aproximadamente 1500 pessoas, segundo cálculos da Defesa Civil.

Também em setembro de 2010, iniciam-se as obras para a construção de um conjunto habitacional em dois lotes da favela Real Parque. O projeto de construção de Habitações de Interesse Social (HIS) na favela Real Parque está diretamente entrelaçado com a determinação em lei, segundo a qual 10% dos recursos obtidos com a venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – os CEPACs¹⁹ da Operação Urbana Consorciada Faria Lima deveriam ser canalizados em um fundo destinado a construção de HIS em três favelas específicas, no entorno do perímetro da operação: Favela do Coliseu (localizada à margem direita do rio Pinheiros, altura do bairro do Itaim Bibi), Favela Real Parque e Favela Jardim Panorama. Desde 2008, processa-se um conjunto de desapropriações dos lotes para a construção dos conjuntos.

¹⁸ Inferência até certo ponto possível em função do preço médio do metro quadrado útil nesse bairro. Numa análise simples dos dados da Embraesp, o preço médio por metro quadrado de área útil dos empreendimentos residenciais (horizontais e verticais) lançados entre os anos de 2005 a 2009 no Morumbi (refinamento Real Parque), é de R\$ 3.806,59.

¹⁹ “Os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da SP URBANISMO, utilizados como meio de pagamento de Contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto”.

Imagem 7: favela Real Parque e bairro Real Parque (ao fundo)



Abril/2011. Autor: Américo Sampaio.

Imagem 8 e Imagem 9: Conjuntos Habitacionais (Cingapura Real Parque), favela Real Parque e bairro Real Parque (ao fundo)



Abril/2011. Autor: Américo Sampaio.

- os bairros **Real Parque**, **Vila Morumbi** e **Vila Tramontano**, três pequenos bairros situados próximos a Marginal do Rio Pinheiros e da Avenida Morumbi, altura da ponte Morumbi. Essa área se aproxima, até onde é possível chegar pela análise da paisagem e

da morfologia, das características observadas já nas outras áreas do Morumbi. Bastante verticalizada, as casas nessa área aparecem em menor número e quando aparecem são utilizadas para dar composição a um comércio de bairro, com pequenos salões de beleza, restaurantes, lavanderias, petshops, etc. Os edifícios, se é possível diferenciá-los esteticamente segundo um estilo de construção, parecem ser mais novos e indicam a possibilidade daí se constituir uma ocupação mais recente, do ponto de vista do processo de urbanização do Morumbi.

No mais, as características aí se repetem: bairros bastante arborizados (talvez um dos elementos mais utilizados no marketing para venda e aluguel dos apartamentos); edifícios de alto padrão; pouco comércio; ruas vazias, com a diferença de um desconforto latente, mas presente, resultante de uma proximidade inevitável com a favela Real Parque, que desvaloriza os imóveis e afeta a ‘qualidade de vida’ dos moradores.

A questão que se coloca é: por que especial atenção a essa área?

2.2 Propriedade privada, expropriação e violência: reflexões sobre alguns fundamentos do processo de urbanização capitalista

Uma primeira aproximação com o distrito do Morumbi, a respeito de uma pesquisa em Geografia Urbana, indicaria caminhos múltiplos para uma agenda de pesquisa. No que se refere especificamente ao nosso processo de investigação, e ao nosso objeto, a todo o momento se manifestou a preocupação em escapar de certas armadilhas que eventualmente poderíamos incorrer no caso de um acento privilegiado sobre as questões da segurança (privada e pública) e da negação do espaço público, em que a presença e a altura dos muros, a utilização dos aparatos de vigilância, bem como o esvaziamento das ruas, apontariam quase que inevitavelmente para tais considerações, visto os próprios apontamentos realizados anteriormente sobre as distintas áreas do Morumbi. Isto porque, de alguma maneira, cercar a pesquisa a estas questões nos levaria a privilegiar uma reflexão sobre violência ainda intimamente (e quase exclusivamente) ligada às preocupações com a criminalidade (e, porque não falar, ligada às preocupações com o crime contra a propriedade). As relações entre tais elementos são quase indissociáveis. Mas, o desenvolvimento teórico elaborado a propósito de uma relação da violência considerando uma compreensão do urbano e da urbanização, da produção do espaço e da vida cotidiana, não pretendia exatamente escapar a essas reduções?

Se o objetivo, colocado no movimento da pesquisa, é perseguir e compreender, para além da noção de criminalidade, a constituição de uma violência urbana fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações

sociais; *se*, com isso, nos propusemos a pensar como forças violentas (intencionais, provocadoras de profundos danos sociais) se realizam no urbano e a pensar como elas são representadas pela criminalidade, mas também pelo processo de fragmentação, expropriação e segregação, pela expressão do poder (do Estado) – representado pelo planejamento urbano – e também por constrangimentos; e *se* buscamos um entendimento, não da violência urbana em si mesma, mas do próprio processo de produção do espaço urbano contemporâneo como processo essencialmente violento; haveríamos de considerar, a partir do estudo do fragmento espacial, ainda outros elementos.

É justamente por ter em mente tais considerações que este último ‘recorte’ parece iluminar maiores possibilidades de investigação sobre aquilo que se coloca como problema para a pesquisa. No entanto, se uma zona se ilumina, imediatamente outra se põe na sombra. E o que se coloca sob esta zona, se obscurece, dificultando a escolha dos caminhos a serem seguidos no prosseguimento do estudo? Considerando a reflexão colocada nos dois parágrafos anteriores, é possível antever o caminho ao qual renunciaremos, bem como suspeitar de que teremos de apostar em outro, ainda que arriscado.

O plano da investigação teórica coloca necessidades que estão relacionadas ao que nos instiga, nos incomoda, nos tensiona, nos surpreende ou nos deixa maravilhados a propósito do mundo e da sociedade, a qual, enquanto indivíduos, estamos indissociavelmente ligados numa relação de necessidade (contraditória). Não foi senão desse plano que emergiu, segundo nossos objetivos, a problematização de uma necessária perturbação, de um abalo no que parecia ser um entendimento sobre a violência urbana – ao que pese uma contribuição possível a partir da Geografia Urbana. Acreditando que a partir dessa contribuição, poderíamos extrapolar as amarras colocadas, a nosso ver, pela noção de crime, a escolha do Morumbi como um recorte capaz de subverter o que poderia se esperar de uma pesquisa sobre esta temática foi quase estratégica. Estratégica em dois sentidos: primeiro porque o Morumbi não é exatamente a escolha mais óbvia, o fragmento mais representativo do ponto de vista dos índices da criminalidade; segundo porque o Morumbi é uma escolha óbvia do ponto de vista da violência enquanto representação, enquanto medo do crime. Mas não queremos acentuar nenhuma das duas coisas, ainda que se fale delas. Nesse sentido, a escolha se define como estratégica, pois justamente ao remeter superficialmente ao óbvio/não-óbvio, quer apontar para alhures. Contudo, mesmo tendo isso em mente, as primeiras aproximações com o Morumbi nos incitavam confusões, incertezas e colocavam contradições em relação ao proposto.

Direcionamos, então, o olhar para um fragmento ainda menor do que aquele representado pelo distrito do Morumbi, como quem se utiliza dos recursos e efeitos de iluminação dos decoradores: pontua-se o feixe de luz para o centro de interesse, pretendo destacar o objeto. Ainda que o redor seja iluminado e não fique na completa escuridão, sua luminosidade se realiza na relação com o centro de interesse apenas como sombra. A partir daí passamos a lidar com as dificuldades de ‘operacionalização’ da pesquisa. Como fazer para se chegar onde se quer? Quais recortes e cortes são necessários? Que cuidados tomar para não velar mais do que revelar os conteúdos oportunamente destacados como ‘objetos’ da pesquisa? E talvez o mais importante, o que investigar para prosseguir ou desistir das hipóteses e dos argumentos enunciados? Apostamos em alguns caminhos que merecem ser expostos para que possam validar sua pertinência.

Por mais que o capitalismo, e com ele um processo de urbanização que incorpora sua lógica e racionalidade, não se sustentasse somente ‘a ferro e fogo’, apenas na base ‘do chicote’ – como se diz, precisando aderir a si mesmo a imagem da ‘mão que também acaricia’ e, portanto, comportando uma imagem e uma ideologia conciliadora, ele não poderia, contudo, renunciar completamente a seu conteúdo identitário de tirania, opressão e violência.

O desenvolvimento do capitalismo remonta a dois processos necessários e simultâneos: a instituição da propriedade privada (capitalista) e a expropriação dos meios de produção. Esses processos simultâneos irão compor a relação de necessidade fundamental ao desenvolvimento capitalista: formar, ao mesmo tempo, a propriedade privada e a não-propriedade, já que a instituição da figura do proprietário só existe na relação essencial e negativa com a do não-proprietário (ALFREDO, 1999). Esses não são apenas processos dentre muitos a propósito da formação do capital e do capitalismo; são os processos que dão fundamento e identidade ao modo de produção capitalista, sendo, por isso mesmo, sempre retomados (lógica ou historicamente). Essa contradição que fundamenta o referido modo de produção nos permite anunciar que os momentos de formação/instituição da propriedade privada foram/são momentos indispensáveis de expropriação, cuja violência está pressuposta pelo caráter próprio do processo. Marx (1985), no famoso capítulo *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*, expõe com crueza e radicalidade de que maneira a formação histórica ou o surgimento de uma ‘relação-capital’ só pôde ser possível pela extrema violência que caracterizou esse processo simultâneo de instituição da propriedade privada capitalista seguida da expropriação massiva dos meios de produção das mãos da maioria da população.

A acumulação e a reprodução capitalista vão se realizar pela formação e reprodução da propriedade privada, donde a propriedade privada da terra vai adquirir centralidade na medida

em que se incorporar à totalidade do processo de produção capitalista (MARX, 1986), sendo, portanto, a “acumulação imobiliária parte integrante” da acumulação capitalista (ALFREDO, 1999: 37).

Queremos com essas considerações apontar para as seguintes relações de necessidade no capitalismo: propriedade privada / expropriação / violência. A instituição da propriedade privada dos meios de produção e da terra (que se insere no movimento geral da produção capitalista), instituiu legalmente o domínio sobre a posse (o que equivale ao domínio dos meios de produção, mas também da propriedade fundiária e da riqueza social), e colocou a expropriação de uma parcela imensa da população como resultado lógico e histórico inevitável do processo. Essa expropriação não pode se realizar e se identificar senão pela violência. Não exatamente e somente pelos meios e métodos empregados em tal empreitada, mas por todos os danos sociais, econômicos e políticos daí decorrentes. Expropriação que significou a impossibilidade da apropriação da riqueza socialmente produzida, mas também da fruição integral do tempo e do espaço da vida social.

O processo de urbanização, tributário do processo de industrialização e de sua racionalidade correspondente, não pôde prescindir dos fundamentos lógicos e contraditórios que dão identidade ao capitalismo, posto que se realizou historicamente como condição da reprodução do capital. Nesse sentido, efetivou-se não somente valendo-se, como também reproduzindo tais fundamentos. Assim como já acontecera no campo, incorporou o elemento fundiário, não como um bem natural disponível para a reprodução da vida, mas em sua dimensão acumulativa. De mãos dadas a um sistema jurídico que procura garantir o funcionamento crítico do modo de produção, a partir de determinações legais que instituem a propriedade privada, o processo de urbanização congregou a metamorfose necessária da terra em bem produzível, comercializável, portanto inserido no circuito produtivo, permitindo a acumulação de capital. O que nos leva novamente a considerar o imbricamento dos elementos fundantes e fundamentais do capitalismo com os fundamentos da urbanização e do processo de produção do espaço.

Por esta razão, a instituição e a reprodução da lógica da propriedade privada da terra (e também da riqueza) não podem, a nosso ver, ser consideradas em uma relação contingencial com o processo de urbanização, visto que se impõe como fundamento deste processo. Encontramos, então, no estudo do movimento da propriedade privada da terra e da riqueza uma pertinência para o desenvolvimento de nossa reflexão teórica. Expliquemos as derivações possíveis.

Nossa hipótese é a de que o pequeno fragmento selecionado pode revelar o movimento que leva a uma relação de necessidade entre os seguintes termos: instituição da propriedade privada da terra, expropriação e violência, o que permitiria radicalizar a interpretação sobre o processo de segregação socioespacial que é característico desse lugar.

A partir da análise da morfologia espacial, seguida de algumas informações levantadas no campo, não foi difícil perceber que os conflitos em torno das relações de propriedade nesse fragmento se insinuam à análise. Foi a partir dessas reflexões que começamos a considerar a relevância de desvelar o sentido do movimento da propriedade privada da terra no Morumbi (centralizando nossas atenções ao recorte selecionado) como elemento primordial da realização da urbanização paulistana, que nos anos 1950, fluía e caminhava em direção a margem oeste do Rio Pinheiros, incorporando a produção do espaço como condição e momento do processo de valorização do capital.

A busca de valorização do capital orientou o processo de urbanização da metrópole paulistana²⁰ em direção ao Morumbi e demandou grandes contingentes de trabalhadores que levassem a cabo e a efeito a produção (material) do espaço urbano. Este processo só pôde se efetivar como resultado da drenagem das várzeas do rio Pinheiros, que possibilitou a integração das áreas de várzea (praticamente inabitáveis, porque alagáveis – como era o caso do Morumbi) ao espaço propriamente da cidade (SEABRA, 1987). Essa integração não é apenas formal. Odete Seabra (1987) aponta como as obras de retificação do rio Pinheiros, efetivadas pela Companhia Light, e a drenagem dessas áreas de várzea foram fatores completamente decisivos para integração desses espaços no processo de produção da cidade, o que permitiu, inclusive, a formação de um mercado de terras nessa região, que potencializou a propriedade privada da terra, acentuando aí dramaticamente o papel da propriedade fundiária na sua função acumulativa e reprodutiva. Esse processo acaba por justificar, a partir dos anos de 1930, os inúmeros projetos de urbanização de grandes empresas loteadores – como a Companhia City de Desenvolvimento –, que passam a ver no Morumbi a possibilidade real da extensão dos seus negócios com a terra e com a urbanização. Essa ‘integração’ do Morumbi ao processo de produção do espaço da cidade tem por consequência um acentuado (e relativamente rápido) crescimento da população residente nesse local, especialmente a partir dos anos 1950. Mas, não de qualquer população. É certo que há um movimento da valorização do preço da terra que determina qual parcela da população, via mercado formal de terras, poderá se estabelecer nessa área da cidade. Renato da Silveira

²⁰ Que já se realizava aceleradamente na outra margem do rio Pinheiros.

Mendes (1958) – num importante estudo realizado nos anos 1950 - aponta, inclusive, para o fato de que as grandes empresas loteadoras que atuaram na urbanização da cidade (e que tiveram um papel importante no Morumbi), já estabeleciam em seus contratos de vendas de lotes ‘que tipo’ de morador e que tipo de construções seriam permitidos ou não pelas loteadoras²¹.

Com o processo de urbanização da cidade direcionando-se a novas áreas (como no caso das várzeas do rio Pinheiros), há um processo de crescimento de demanda de emprego ligada à construção civil²². Essa demanda de emprego levou a uma demanda de moradia que só pôde se efetivar colocando problemas. Isso quer dizer que, para que aí a propriedade privada da terra pudesse se realizar como sentido lógico da totalidade do processo de urbanização da metrópole, ela precisou inserir uma parcela da população moradora do Morumbi senão como não-proprietária de terra, configurando - nos primeiros anos da década de 1950 – o início da formação das favelas Real Parque e Jardim Panorama, cujo primeiro contingente populacional esteve diretamente ligado ao trabalho da construção civil, dimensão primordial da produção material do espaço urbano (D’ANDREA, 2009).

Queremos com esses apontamentos não afirmar exclusividade, mas enfatizar que a realização da propriedade privada da terra no Morumbi teve como peculiaridade a necessidade de incorporação – pela proximidade física – de sua identidade negativa, representada pelo não-proprietário de terra, revelando o sentido contraditório da racionalidade capitalista (ainda que a proximidade não seja o elemento fundamental da efetividade da contradição).

Como dissemos mais acima, a instituição da propriedade privada dos meios de produção expropriou os trabalhadores e os colocou numa relação desigual no que se refere à apropriação da riqueza social; riqueza que no capitalismo “aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (MARX, 1985: 45). O espaço, incorporado no circuito da troca, fragmentado em parcelas comercializáveis, adquirindo forma e função de mercadoria, portanto incorporando a contradição essencial da mercadoria que é ter valor de uso e valor de troca, e logicamente um preço (como expressão do valor), sob a urbanização capitalista vai conseqüentemente ser apropriado de forma desigual pelos indivíduos que possuem acesso radicalmente diferente ao soberano equivalente geral de nossa sociedade: o dinheiro.

²¹ Um exemplo que parece absurdo, mas que constava nos contratos de vendas de lotes, segundo Mendes (1958:342), era a proibição de “*construções medíocres*”, nas áreas de atuação dessas grandes empresas, conforme, por exemplo, foi verificado no loteamento do Pacaembu.

²² No caso do Morumbi, em específico, o início das obras do Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Estádio do Morumbi), radicaliza essa demanda.

No entanto, como o espaço não pode ser igualado a qualquer mercadoria dispensável, posto que é “meio e condição” de reprodução da vida (CARLOS, 1994), sua apropriação enquanto posse será realizada mesmo que rompendo as determinações postas pela troca. Mesmo aquele que, no conjunto social, se define como incapaz de comprar a mercadoria casa/terreno, propriedade imobiliária, deverá ser capaz de morar e, assim, ocupar um espaço, mesmo que para isso seja necessário romper o domínio, que dá a legalidade e a efetividade da propriedade privada da terra.

Esse é o caminho que nos leva a outra relação de necessidade diferente da apontada acima, mas que a pressupõe: trata-se da relação entre instituição da propriedade privada – expropriação – segregação (da qual a espacial é parte integrante).

Somente nesse sentido, procurando estabelecer relações essenciais, conseguimos esboçar e apontar uma direção ao estudo da segregação socioespacial, amplamente associada ao Morumbi. A compreensão do processo de segregação socioespacial deverá, para os objetivos deste trabalho, acompanhar o entendimento tanto da centralidade da instituição da propriedade privada da terra e da riqueza no movimento geral da urbanização capitalista da metrópole, quanto o sentido lógico da expropriação que lhe é correspondente. Assim, exclui-se a possibilidade de pensar na segregação socioespacial como consequência de erros operacionais e contingenciais do processo de urbanização ou como resultado de escolhas subjetivas dos indivíduos na sua relação com a metrópole, fazendo esboroar, por exemplo, a interpretação de que a segregação é um fenômeno resultante de escolhas individuais induzidas ou legitimadas pelo medo da criminalidade²³. A segregação socioespacial aparece a nós, portanto, na sua dimensão radical: como condição e fundamento da realização da propriedade privada da terra e da urbanização capitalista; como manifestação e resultado da violência que é própria ao processo de urbanização capitalista, que, ao não abdicar da lógica da propriedade privada capitalista como seu fundamento, repõe a expropriação e a separação como seus resultados dramáticos.

Conforme sugere Henri Lefebvre (1999): “A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma *ordem totalitária*, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade”. (LEFEBVRE, 1999: 121) (Grifo nosso).

O estudo do movimento da propriedade privada da terra e da riqueza, que pode nos revelar o sentido da expropriação e da segregação, tem força de argumento em uma reflexão

²³ Interpretação que, segundo nossa leitura, é desenvolvida por Teresa Caldeira no livro *Cidade de Muros* (2000).

que se pretende sobre a violência também em outro sentido. Intuímos que a instituição da propriedade privada capitalista, ao instituir e diferenciar proprietários de não-proprietários de mercadorias, constitui, por sua vez, uma forma própria de inteligibilidade que os indivíduos podem realizar sobre o mundo e a sociedade e uma identificação particular. Ainda que essa reflexão não esteja completamente acabada neste trabalho, nos arriscamos a compartilhar algumas hipóteses surgidas recentemente²⁴.

Poderíamos hipoteticamente nos aproximar de uma interpretação corrente de que a massificação no âmbito do consumo de mercadorias teve potencial significativo no aplainamento das diferenças de classe que, por isso mesmo, reduziu as possibilidades de formação de uma consciência revolucionária capaz de superar tais diferenças. Mesmo que consideremos esse aplainamento, podemos afirmar, entretanto, que a cisão essencial que fundamenta uma sociedade de classes continua determinante. Mesmo apostando numa fluidez que invalidaria uma divisão rígida e estanque entre burgueses e proletários, a divisão social que estratifica os indivíduos não pelo nível de renda, mas por sua condição e possibilidade de apropriação da riqueza socialmente produzida, não pode ser negada em sua evidência empírica; evidência que se materializa no espaço da cidade, caracterizando-a, e que aparece ao nível do percebido no âmbito das relações cotidianas.

Segundo o psicólogo Pedro Fernando da Silva:

(...) o que na vida cotidiana se torna efetivamente perceptível àqueles que estão em conflito é, precisamente a posse da propriedade e a subsequente disputa que ela suscita. Essa percepção imediata não se refere à posse da propriedade privada dos meios de produção ou dos meios necessários ao investimento de capital no campo das transações financeiras internacionais, dotadas de igual poder de propulsão ao acúmulo de riquezas, mas sim à percepção da propriedade ostentada nas relações sociais cotidianas; o que efetivamente demarca a distinção entre as classes é o acesso a padrões de consumo e de conforto impensáveis para a grande parcela das pessoas ainda privadas da supressão de suas necessidades básicas (SILVA, 2009: 10).

Essa divisão social, que dentre muitas formas, se realiza como desigualdade espacial, coloca uma racionalidade própria que interfere, a nosso ver, na percepção que os indivíduos desenvolvem a respeito de si mesmos sobre sua condição, participação e lugar na vida social.

No plano material e concreto da cidade existem diferenças sutis e não sutis marcadas pelas construções que vão dos empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais destinados às mais variadas faixas de renda às habitações normalmente denominadas como ‘autoconstruções’. Essas diferenças parecem definir marcas que aparecem como reveladoras

²⁴ Reflexões profundamente influenciadas pelas discussões e leituras realizadas na disciplina *Teoria Crítica e Violência: a Formação da Barbárie no Mundo Administrado*, oferecida no 2º semestre de 2009, no Instituto de Psicologia da USP e ministrada pelo professor Pedro Fernando da Silva.

da existência de distintos grupos sociais e de diferentes estratos de classe, ao nível de uma identificação possível porque as relações sociais se realizam enquanto relações espaciais. Mesmo que esta não seja uma falsa informação ou interpretação, elaboramos uma hipótese inicial de que há, influenciado por isso, a composição de uma identificação que se define constituindo dois pólos opostos na vida social urbana. A posição que os indivíduos assumem na divisão social do trabalho que acaba por determinar o acesso à propriedade privada e, por sua vez, a posição que ocupam na hierarquização dos lugares da cidade, constitui uma forma perversa de identificação de grupo (ainda que bastante difusa), que pode ser analogamente comparada com as identificações de grupo típicas dos regimes totalitários – ainda que com ressalvas, dadas as especificidades próprias de contextos históricos distintos.

Não tão radicalmente evidente em muitos bairros da metrópole paulistana, talvez por conta de certa homogeneidade controlada pelo setor imobiliário que induz muitas vezes a forma de ocupação e produção material do espaço urbano, a partir do recorte específico do fragmento espacial que compreende o bairro Real Parque (e arredores) e as favelas Real Parque e Jardim Panorama, nosso argumento pode ganhar potência.

A divisão social que se percebe superficialmente pelo acesso à propriedade privada da riqueza, à propriedade privada da terra e ao mundo de mercadorias distintivas da situação dos indivíduos no conjunto social (incluindo a mercadoria casa), pode colocar uma identificação social e uma identificação de grupo que destitui completamente a complexidade de uma sociedade de classes. O acesso a essas propriedades privadas constitui artificialmente ‘quem está dentro’ e ‘quem está fora’ da lógica que as rege, e isto é reforçado pela legalidade determinada pelo âmbito do jurídico, constituindo, no limite, ‘quem está dentro’ e ‘quem está fora’ da sociedade formal (e também da cidade formal/legal).

Essa ‘arquitetura’ que define dois grupos profundamente simplificados tem uma semelhança lógica (e psicológica) que remete a concepções tirânicas de grupo, como, por exemplo, aquelas que se formaram e que deram sustentação a regimes de caráter expressamente totalitário.

De um lado, os mais ricos ou mesmo uma classe média que se identifica aos primeiros por ser detentora de bens, se percebem como o grupo ‘que está dentro’, que está inserido na lógica que rege a totalidade social, que está legalmente legitimado para pertencer a esse todo (e esse é um aspecto que no nível da ideologia é muito importante) e que, por isso, se vêem realmente como ‘portadores naturais’ da capacidade de sentirem superiores em relação aos outros que não são detentores das mesmas ‘qualidades sociais’ que lhes permitiram tal posição/situação no conjunto social.

Como essa superioridade não pode ser realizada, muito menos comprovada, com base em evidências e argumentos reais e racionais, tal superioridade só pode se justificar, ou se afirmar autoritariamente, valendo-se dos argumentos mais irracionais, fundamentados em um leque de preconceitos, desqualificações e estigmatizações sociais. Assim, o outro de si, caracterizado como os mais pobres na estrutura social – que na cidade são os moradores de favelas, loteamentos irregulares, cortiços – aparece como o perigoso, criminoso, sem contar que a esses adjetivos se juntam outros que remetem à condição biológica e a comportamentos arcaicos, especificamente a cor dos indivíduos e a sujeira que evidenciaria seu grau de ‘incivilização’. Isso compõe perversamente a figura de um protótipo (reconhecível fenotipicamente e através de comportamentos individuais) do que é diferente, mas acima de tudo, do que é ameaçador para a própria coerência do grupo.

Um parêntese: a partir da análise de todas as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo de 1991 até 2010 sobre violência e criminalidade no distrito do Morumbi, chegamos à conclusão de que, ao narrar os episódios envolvendo assaltos, roubos, seqüestros e homicídios contra moradores do Morumbi, absolutamente nenhuma matéria faz referência específica aos autores dos crimes, como por exemplo, nome, local de moradia, características físicas ou situação econômica, enfatizando apenas, quando possível, idade e gênero. O que nos leva a crer que a associação imediata desses crimes aos negros, pobres, moradores das favelas do próprio Morumbi, só pode ser uma inferência fundamentada em preconceitos sociais já cristalizados.

Prosseguindo no raciocínio, haveria associada aos argumentos desenvolvidos acima uma espécie de frieza – uma frieza burguesa – em relação ao sofrimento do outro. Assim, não só a pobreza provocadora de danos profundos como o extermínio de grandes ‘contingentes populacionais’ (expressão propositalmente utilizada para enfatizar o quantitativo), seja pela miséria, seja pela Polícia, comovem muito pouco. Frieza que de alguma maneira caracteriza o referido grupo, mas que também não escapa à racionalidade tecnocrática e operatória do Estado burguês.

Esses apontamentos, desenvolvidos ainda como hipóteses, por mais que remetam ao subjetivo e, em certa medida façam um diálogo com a psicologia social crítica, não pretendem uma crítica subjetivista, que ao se voltar às ‘opiniões’ deste ou daquele indivíduo especificamente, poderia escorregar numa análise moral. Pensamos apenas que, para uma

análise da vida cotidiana²⁵, considerar o indivíduo, em sua subjetividade individual e coletiva, acrescenta qualidade à interpretação crítica da sociedade.

Por outro lado, resta aos mais pobres, inseridos na lógica que qualifica os indivíduos segundo sua posição na estrutura econômica da sociedade, a necessidade de adaptação. E não se trata de uma adaptação que apenas garante formalmente inserção no grupo dos ‘de dentro’. Trata-se de uma adaptação necessária, muitas das vezes, à própria sobrevivência. Assim, quando a principal luta da Associação de Moradores da favela Jardim Panorama se desenvolve como luta pela conquista do título da propriedade privada da terra por onde se desenvolveu a ocupação, isto nos leva a considerar sobre a consciência desses moradores de que a afirmação de sua existência social, espacial, mas também política, passa necessariamente pela inserção *formal/legal* à propriedade privada da terra (mesmo que a inserção exista praticamente, pois há uma lógica da propriedade privada determinando a reprodução das relações sociais).

Se de um lado a adaptação ao mundo formal do trabalho, ao mundo formal da propriedade privada da terra e da riqueza, ao mundo das mercadorias necessárias e supérfluas e também ao mundo dos tributos e impostos que falsamente inserem os indivíduos na cidadania se coloca como o destino desejado, não há como negar, por outro lado e por essa lógica que opõe binariamente dois grupos distintos, que da cisão forma-se um auto-reconhecimento inevitável e angustiante – ao nível do percebido – de qual é a posição e a situação dos indivíduos na sociedade que sabem contraditoriamente fazer e não-fazer parte, cujo resultado, além de muitos outros, é um mal-estar generalizado e transformado de diversas maneiras.

No entanto, é importante considerar o seguinte: o caráter opressivo dessa sociedade, que conforma segundo nossa leitura uma racionalidade e uma inteligibilidade própria dos indivíduos em sua relação com a sociedade, possui uma peculiaridade: a internalização da opressão como ferramenta tornada necessária para que as ideologias fundamentais ao capitalismo operem como pura verdade. Seguimos com as análises de Silva (1999), para quem:

Distante da possibilidade de transformar a sociedade e inteiramente mobilizado pela opressão internalizada, o indivíduo sob o capitalismo tardio é paulatinamente levado a conformar-se com a realidade que o oprime para garantir sua adaptação às condições de existência que estão ao seu alcance com o emprego de algum esforço, mesmo que este, por vezes, se torne descomunal. Para garantir sua sobrevivência física ou psíquica, deve abrir mão de seus ideais particulares, substituindo-o pela própria realidade

²⁵ Análise que será realizada no quarto e último capítulo deste trabalho.

onipotente. Ao invés de formular utopias que conservem a intenção de superar a ordem estabelecida, a idealização hiper-realista da realidade converte-se no único ideal afirmado como possível. Como consequência desse grau tão extremo de ajustamento, as contradições sociais, compactadas em um amálgama que se tornou parte funcional da própria vida social, são aceitas como parte inalienável do próprio ser social, contribuindo para o recrudescimento do desconforto inominável consigo próprio e com os outros que representam ameaça ou oposição” (SILVA, 2009: 10-11).

Desta maneira, a opressão característica do modo de ser do capitalismo atinge objetiva e subjetivamente a vida dos indivíduos, fazendo do ajustamento quase uma escolha ‘natural’, sem a qual a vida social pode tornar-se insuportável. É possível que, partindo daí, possam ser observados no comportamento individual e de grupo, no estudo da vida cotidiana daqueles que constituem os ‘de fora’ do sistema, tanto o reconhecimento da injustiça social reinante, como, contraditoriamente, a conformação, a apatia e um quase convencimento de sua inferioridade, atestada na cotidianidade. “Adaptar-se passou a significar uma forma de participação integral na lógica social: submissão às determinações sociais e imposição da opressão aos subalternos” (SILVA, 2009: 14).

Complementando o argumento:

(...) ainda é o medo, que no caso da grande massa, impulsiona para o ajustamento. O medo frente a ameaça real, objetiva, quer da aniquilação física, quer de ser banido da civilização, de ser excluído das compensações que ela oferece. O medo é medo da violência, mas não exclusivamente da violência advinda da ação de outros homens, é, principalmente, medo da sanção social”. (SILVA, 2009: 21)

Todo esse desenvolvimento aponta para comparações pertinentes, já desenvolvidas pelos autores da Escola de Frankfurt²⁶, sobre o caráter fascista e totalitário da democracia, sob a égide do capital. Nossa investigação nos convida a considerar que o processo de urbanização capitalista, ao aderir aos fundamentos, à lógica e racionalidade totalitária do capitalismo, não pode se realizar senão totalitariamente. E esta é uma inflexão que parece determinar e comprovar um dos sentidos pelos quais podemos afirmar que o processo de urbanização, tal como se desenvolveu sob o capitalismo – mesmo levando-se em conta as especificidades históricas de cada lugar – é um processo por excelência violento.

Consideramos que a produção desigual do espaço, determinada pelas lógicas políticas que se realizam também enquanto lógicas econômicas, segue uma racionalidade de i-razão, posto que não se realiza tendo como premissa a reprodução da vida livre das amarras da dominação e da humilhação; humilhação que sem dificuldade poderíamos dizer que está

²⁶ Conclusão derivada das leituras de Adorno, Horkheimer e Marcuse realizadas no já referido curso *Teoria Crítica e Violência: a Formação da Barbárie no Mundo Administrado*.

estampada na paisagem da cidade que não deixa ao pobre, de jeito nenhum, a possibilidade de esquecer qual o seu ‘devido’ lugar na metrópole e na totalidade social. Como bem disse uma jovem moradora da favela Real Parque sobre a sua condição de moradora desta favela: “Difícil esquecer. Eu abro a janela e vejo a Berrini”.

A produção capitalista do espaço não abdicou da segregação e da separação, mas, ao contrário, realizou os dois termos como fundamento e resultado, colaborando para a destituição das relações possíveis entre os diferentes, colocando-os em oposição e disputa. Nesse sentido, caberá, nos próximos capítulos, revelar as estratégias econômicas e políticas da urbanização e do urbanismo (estatista), a fim de desvendar como as pessoas vivem. Segundo Lefebvre (1999: 127), ao mostrar como as pessoas vivem “a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação” contra as estratégias que conduzem uma “exploração refinada” e a uma “passividade controlada” no seio de uma cotidianidade que se instaura na e pela segregação.

Ainda que saibamos que a violência, entendida como conteúdo do processo de urbanização capitalista - não resume e não é o único conteúdo a dar identidade a tal processo, consideramos de uma pertinência profundamente atual seu esmiuçamento. Tal conteúdo assume, para nós, a necessidade de uma centralidade teórica, visto que parece realizar-se como centralidade na prática. Cabe ressaltar que esse desenvolvimento não está totalmente situado no plano da teoria pura, pois só conseguiu efetivar-se a partir das nossas observações da própria realidade.

3. A violência do processo de urbanização capitalista como reprodução das relações de troca

Entre a ordem dificilmente suportável e o caos sempre ameaçador, o poder, qualquer que seja – o poder de Estado – sempre escolherá a ordem.

(Henri Lefebvre, A Revolução Urbana)

Anunciamos, já no início deste trabalho, que os caminhos percorridos na pesquisa nos indicaram a necessidade de uma inversão analítica, essencial a uma mobilização da discussão sobre a relação entre violência, cidade e processo de urbanização que escapasse às armadilhas que circunscrevem tal relação ao âmbito do debate específico sobre a criminalidade. Não à toa, portanto, deslocamos, no próprio movimento do pensamento, o conteúdo essencial de nossas preocupações, a fim de compreender a violência como um dos aspectos substanciais do processo de urbanização capitalista. É certo, entretanto, que tal violência poderia ser esmiuçada a partir de inúmeros ângulos, todos colaborando de alguma forma ao entendimento deste aspecto específico referente ao processo de urbanização. Neste trabalho, selecionamos apenas três vias de entrada, insuficientes certamente, mas decisivas, a nosso ver, para a elaboração do raciocínio que é o fio condutor da pesquisa e que sustenta o nosso argumento de que a violência é *um dos* conteúdos identitários do processo de urbanização. Neste capítulo, apresentaremos a segunda via escolhida, que nos ajuda a fundamentar tal argumento. Tratar-se-á do urbanismo (estatista) – ou planejamento urbano – como fator que realiza um dos sentidos da violência anunciada em nossa problemática.

De imediato, já podemos prever que a associação das expressões *planejamento urbano* e *violência* pode causar estranhamento. Isso porque se disseminou entre nós, cidadãos, bem como no meio acadêmico, uma expectativa relativamente forte em relação ao planejamento urbano; expectativa que remete à solução (parcial ou total) de toda sorte de problemas concernentes às cidades (especialmente as grandes). Anuncia-se, assim, uma espécie de consenso que projeta e afirma o sentido positivo do planejamento urbano e do urbanismo. A partir desta perspectiva (positiva), a relação mais provável entre as expressões '*planejamento*' e '*violência*' seria aquela que deposita sobre o planejamento urbano a esperança de que ele pudesse vir a ser uma das mais importantes ferramentas de combate à criminalidade. Mas, como já é aqui esperado, nosso argumento passará ao largo de semelhantes considerações.

Em tempo: cabe aqui uma observação das mais importantes e que o leitor deverá considerar na leitura do que segue no presente capítulo. Uma análise crítica e radical da sociedade (*dessa sociedade*) não pretende a sua afirmação positiva como finalidade, cujo resultado possível seria, ao menos na esfera do pensamento, a conciliatória reprodução de uma sociedade contraditória como o sentido/orientação da história, que perdeu, em parte, o seu próprio sentido. Essa análise, ao contrário, encontra e coloca os limites do objeto (a sociedade em suas contradições); negativamente aos fatos, o pensamento não afirma complacientemente essa sociedade, mas a nega dialeticamente, pondo, no limite último, a superação como horizonte. Por isso é preciso enfatizar: não pretendemos, neste capítulo, desconsiderar absolutamente o planejamento urbano, as ações do Estado ou a boa vontade de urbanistas e planejadores. Se o pensamento caminha em direção a uma negação do planejamento urbano, é preciso considerá-la, então, necessariamente, como negação dialética. O planejamento urbano, em uma primeira consideração, como “forma específica de ação – ou de discurso – do Estado sobre o espaço urbano, caracterizada por uma suposta visão geral ou de conjunto” (VILLAÇA, 2004: 181), pode vir a ser uma mediação importante para a constituição de melhoras concretas na vida de uma parte da população urbana (mesmo que tais melhoras sejam pequenas do ponto de vista da totalidade social, mas significativas para a vida individual, que é também social). Concretamente, sejam ações políticas pontuais de melhoria de infra-estrutura urbana, como iluminação, asfaltamento, saneamento básico, habitação, mobilidade, etc., sejam planos maiores, de conjunto, incidindo sobre o processo de urbanização, têm ressonância na vida imediata das pessoas. A diminuição do sofrimento dos homens, especialmente quando se trata da reprodução da vida, não pode ser ignorada, ainda mais se ela pode se realizar pelo processo de urbanização. Mas, o planejamento, mais do que ação política voltada ao atendimento de necessidades sociais urbanas, foi ilusoriamente encarado como a mais racional das medidas de ação sobre o espaço urbano, identificando-se como símbolo e via privilegiada do *progresso*, cujo conceito, na sociedade burguesa, “degenerou em ideologia” (ADORNO, 1995: 52).

Segundo Flávio Villaça (2004), desde a década de 1930, “vem-se desenvolvendo no Brasil uma visão do mundo urbano segundo a qual os problemas que crescentemente se manifestam nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico – sem planejamento – e que um planejamento ‘integrado’ ou ‘de conjunto’, segundo técnicas e métodos bem definidos, seria indispensável para solucioná-los” (VILLAÇA, 2004: 183). Se a cidade assume a imagem do caos, causador do profundo mal-estar que sugere e que demanda a entrada em ação de um princípio ordenador sobre o espaço urbano, o plano, o projeto,

adquirem a figura da salvação invocada diante do que é percebido como desajuste, perigo, desordenamento, descontrole, desequilíbrio, iminência do regresso. A aderência ideológica das imagens relativas ao planejamento à noção de progresso contribui para a falsificação da realidade que “produz a ilusão de [a sociedade] desenvolver-se para cima e, no fundo, permanece sendo o que era” (ADORNO, 1995: 56). A partir de tal reconhecimento, o desafio aqui será, portanto, de um lado, esmiuçar alguns aspectos do que Henri Lefebvre chama de *urbanismo*, incluindo o planejamento urbano, cujo caráter ideológico se realiza teórica e praticamente, sem que isso signifique, de nossa parte, ignorar o conteúdo de verdade de seus elementos progressivos; de outro lado, iluminar o germe da regressão socioespacial²⁷ que tal urbanismo abriga intrinsecamente (seja do ponto de vista teórico, político ou da prática social), que ecoa sobre a produção do espaço urbano e que se traduz como uma das formas de violência do processo de urbanização tal como se realiza no mundo moderno.

Villaça, em seu artigo *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil* (2004), muito prudentemente sinaliza a necessidade de se situar claramente os termos da discussão a propósito do planejamento urbano para que se evitem confusões relativamente correntes. Para o autor, existe uma dificuldade para a plena compreensão da história do planejamento no Brasil que é decorrente do fato de que discurso e prática sobre o planejamento urbano, que não coincidem exatamente, se imbricam de tal forma que, muitas vezes, a separação (do ponto de vista analítico) só pode se realizar sob o risco de algum prejuízo. Para Villaça (2004), o planejamento urbano pode ser traduzido como a ação planejada do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano, sem confundir-se precisamente com teorias ou pensamentos sobre o urbano, muito menos com ações não planejadas do Estado sobre o espaço urbano. O autor considera “da esfera do ‘planejamento urbano’ apenas aquelas ações do Estado sobre o urbano que tenham sido objeto de algum plano, por mais amplo que seja o conceito de plano” (VILLAÇA, 2004: 180). Além disso, destaca os possíveis riscos derivados da identificação imediata entre planejamento e urbanismo, uma vez que, no Brasil, tais palavras apresentaram, ao longo da história, sentidos muito distintos, inclusive em relação ao que se compreende hoje como planejamento urbano. Para Villaça (2004), o uso do termo *urbanismo* geralmente correspondeu tanto ao “conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade”, quanto a um “estilo de

²⁷ Utilizamos a expressão *regressão socioespacial* como recurso ao estabelecimento de uma oposição: o urbanismo não representaria, do nosso ponto de vista, um instrumento (técnico) pelo qual o progresso (material e social) da sociedade urbana é alcançado. Se há progresso – e não negamos que haja – ele só pode ser pensado dialeticamente: como progresso-regresso. O que a expressão regressão socioespacial comunica é o fato de que o urbanismo é uma das chaves para a compreensão de que o processo de urbanização também se realizou regressivamente no que se refere ao desenvolvimento socioespacial.

vida”, ou, finalmente, “ao conjunto das ciências – e supostas ciências – que estudam o urbano” (VILLAÇA, 2004: 180). No Brasil, a utilização da expressão urbanismo apareceu anteriormente à de planejamento, estando de alguma forma, num primeiro momento, associada à arquitetura e à arte urbana, guardando resquícios das concepções vinculadas aos projetos de ‘embelezamentos’ e ‘melhoramentos’ urbanos que predominaram por aqui até os anos de 1930. Villaça (2004) procura, com isso, enfatizar a necessidade teórica de se compreender exatamente o que é, ou o que se entende como planejamento urbano na atualidade, suas diferenças em relação a outras formas de atuação do Estado sobre o espaço urbano que vigoraram ao longo do processo de urbanização no Brasil, inclusive o sentido que as diversas alterações na nomenclatura, nas metodologias e nos conteúdos dos planos tiveram no âmbito das estratégias políticas de uma classe hegemônica que se afirmou historicamente também em função de seu poder de atuação sobre o espaço urbano. A preocupação anunciada por Flávio Villaça (2004) é bastante conseqüente do ponto de vista da análise teórica que não dispensa o rigor, essencial para a interpretação precisa do processo que se pretende desvendar. Nesse sentido, apresenta-se também como nossa preocupação.

Tais diferenciações anunciadas no texto supracitado de Flávio Villaça (2004) nos colocaram diante da preocupação de sinalizar o recorte aqui pretendido. Compreendemos perfeitamente as ressalvas de Villaça (2004), especialmente porque seu objetivo era entender a história do planejamento urbano (*strictu sensu*) no Brasil. O autor procurou delinear um percurso histórico dos diversos tipos particulares de ações e discursos do Estado sobre o espaço urbano, na perspectiva de localizar os predecessores (em termos de planejamento urbano) daquilo que veio a se constituir posteriormente como plano diretor. Essa trajetória analítica justifica o cuidado com que Villaça (2004) distingue em seu texto o aparecimento do uso das expressões planejamento urbano e urbanismo, até mesmo porque uma de suas teses centrais é a de que as constantes modificações de nomenclatura de uma idéia geral ligada à atuação do Estado sobre o espaço urbano, se consolidaram no Brasil como um dos estratagemas utilizados por uma classe hegemônica como forma de “renovar a ideologia dominante e com isso contrabalançar a tendência de enfraquecimento de sua hegemonia, contribuindo assim para sua manutenção no poder e para o exercício da dominação” (VILLAÇA, 2004: 182).

Para efeito de nossos objetivos, neste trabalho a cisão entre urbanismo e planejamento urbano (como dois sentidos distintos) não se efetua completamente. Isto porque aqui a noção de *urbanismo* será considerada a partir de contornos mais amplos do que aqueles anunciados por Villaça (2004), permitindo que pensemos a ação planejada do Estado sobre o espaço

urbano (ou seja, o próprio planejamento urbano) como um dos elementos daquilo que se constitui no mundo moderno como urbanismo (ou uma das formas de urbanismo). Esta ressalva é importante, pois a noção de urbanismo a ser utilizada aqui nem aparecerá exatamente (estritamente) segundo as três definições pontuadas por Villaça (2004), tampouco será considerada como uma nomenclatura utilizada em um momento específico da história da urbanização brasileira, que refletiu a atuação conjugada do Estado e da classe dominante em termos de planejamento urbano. Neste trabalho, tal noção acompanha e fundamenta-se numa vasta reflexão teórica desenvolvida por Henri Lefebvre no seio de seu pensamento a propósito do processo de produção e reprodução do espaço (urbano), o que nos ajuda a compreender algumas especificidades do urbanismo que se realizou e se realiza no Brasil no interior de uma reflexão mais ampla sobre a problemática urbana.

O percurso intelectual trilhado por Henri Lefebvre o levou a considerar a centralidade do processo de urbanização no entendimento da reprodução social capitalista, o que, inclusive, o afastou de uma longa tradição marxista que viu no processo de industrialização o sentido do modo de produção assentado na relação capital-trabalho. Lefebvre deslocou o centro da reflexão clássica sobre os fundamentos da reprodução social e do capital *do processo de industrialização* em direção ao *processo de urbanização*, que de induzido pelo primeiro passa a induzir àquilo que, para o autor, deverá realizar o sentido real e negativo tanto da industrialização quanto da formação econômica e social capitalista: a gestação da sociedade urbana. É a partir deste movimento do pensamento que o autor se debruça no desenvolvimento de uma hipótese teórica que considera a realidade-virtualidade da formação do urbano e da sociedade urbana e que explica a constituição de seu sólido pensamento a respeito das novas produções que caracterizam o mundo (não mais no sentido restrito da produção de coisas, de mercadorias), particularmente a partir da segunda metade do século XX, dentre as quais as mais significativas seriam a produção do espaço, do urbano e do cotidiano. Somente no bojo de tal desenvolvimento teórico é possível compreender as duras críticas empreendidas por Lefebvre a respeito do urbanismo. O desvendamento da importância do papel do espaço (e da sua produção) na reprodução da vida social, inclusive a potência de sua instrumentalização (política) para a realização do econômico, permitiu que Lefebvre descortinasse o urbanismo (e também a arquitetura) como um dos elementos responsáveis pelo prolongamento da racionalidade industrial na realidade urbana, cujo resultado concreto foi nada menos do que uma absoluta redução do urbano aos imperativos do mundo da mercadoria.

Neste trabalho, o fio que conduz nosso raciocínio é o de que o processo de urbanização se realiza enquanto um processo violento. No entanto, temos a preocupação de não conceder uma qualidade mágica ao processo de urbanização, dotado de vida própria, como se ele se realizasse autonomamente. Caberia, então, nesse sentido, descobrir como se concretiza. A leitura de uma parte importante da obra lefebvriana²⁸ nos permitiu apreciar o urbanismo como *um dos* elementos significativos no entendimento da efetivação do referido processo.

Refletir sobre o processo de urbanização a partir de nossa tese central nos remete a algumas perguntas: por que com todo conhecimento e técnica desenvolvidos não se constituíram cidades voltadas efetivamente ao atendimento das reais necessidades sociais? Por que o urbanismo, mesmo com toda demanda e propaganda, não foi, apesar da pretensão, nem conhecimento, nem técnica, nem política capaz, de um lado, resolver os problemas da cidade e da vida urbana, e de outro, ser um/o instrumento ideal de pacificação de um processo que se efetua violentamente? De instrumento de pacificação poderia o planejamento ser pensado, ao contrário, como instrumento privilegiado da violência da qual falamos? A crítica lefebvriana ao urbanismo nos ajudou de início a tatear algumas respostas teóricas para as nossas perguntas (complementadas por outras leituras), dentre as quais já adiantamos que apenas fetichistamente é possível conceber o urbanismo, incluindo o planejamento urbano, como conhecimento técnico-científico capaz de atuar na contenção de um processo de urbanização produtor de toda sorte de constrangimentos verificados ao nível da vida cotidiana.

Oficialmente, diz Lefebvre, o urbanismo “se define como sendo a atividade que ‘traça a ordenação dos estabelecimentos humanos no território com traços de pedra, cimento e metal’” (LEFEBVRE, 1999: 137). Ideologia referente ao espaço urbano, essa atividade encerra uma prática. Aparentemente técnica e científica, ela é essencialmente política, comportando um duplo aspecto: o institucional e o ideológico. Esta será das mais importantes considerações feitas por Henri Lefebvre a propósito da elaboração de uma crítica ao urbanismo, que se realiza ao mesmo tempo em sua obra como crítica das ideologias urbanísticas e crítica das práticas urbanísticas. A partir dessa perspectiva da crítica – aquela que considera o plano das ideologias e das práticas, em sua relação –, em mais de um de seus escritos, Lefebvre aponta para a existência de três tipos de urbanismo, sem que por isso seja possível considerá-los, no interior do pensamento lefebvriano, como absolutamente distintos

²⁸ Referimo-nos mais especificamente aos livros: *A Re-produção das Relações de Produção* (1973), *A Revolução Urbana* (1999), *O Direito à Cidade* (2006) e *Espaço e Política* (2008).

ou isolados. Segundo o autor, podemos identificar: a) o urbanismo dos homens de boa vontade ou dos humanistas, dentre os quais arquitetos, urbanistas e escritores. Neste tipo de urbanismo, as reflexões e projetos elaborados estão em relação ou implicam uma filosofia, geralmente de tradição humanista – aquela ligada ao humanismo clássico. Imbuídos de legítima ‘boa vontade’, tais especialistas habitualmente assumem o papel ou crêm-se “médicos da sociedade” ou “criadores de relações sociais” (LEFEBVRE, 2006: 24). Para Lefebvre, na maioria das vezes, no entanto, este tipo de urbanismo conseguiu, no máximo, resultar ou em formalismo (produção de modelos destituídos de conteúdo) ou em estetismo; b) o urbanismo dos promotores imobiliários. Aqui, projetos e produtos não têm outra finalidade senão o mercado. Vende-se *urbanismo*, reduzido a condição de valor de troca; c) o urbanismo do Estado, aquele ligado aos administradores do setor público estatal ou aos tecnocratas. Pragmático, tecnocrático e sistematizado, pretende-se técnico e científico (legitimando-se segundo a ideologia do racionalismo operatório), quando é, em realidade, representação e política (em seu aspecto simultaneamente institucional e ideológico).

É possível enfatizar até o momento que a noção de urbanismo trabalhada por Henri Lefebvre não coincide exatamente com aquilo que no Brasil nomeia-se por planejamento urbano. Compreendendo de uma maneira ampla e incorporando o entendimento de que práticas urbanísticas derivadas de uma ideologia urbanística não se realizam apenas, exclusivamente, como ações do Estado, é viável conceber, a partir de Henri Lefebvre, o planejamento urbano como uma parte integrante daquilo que ele chama de urbanismo. Essa observação é relevante para que o leitor tenha clareza de que uma análise crítica do planejamento urbano se realizará, neste trabalho, fundamentada por uma teoria da produção do espaço urbano que abarca uma crítica contundente ao urbanismo (incluindo uma reflexão a propósito do Estado). A distinção marcada por Flávio Villaça (2004) não pode, portanto, se revelar de maneira absoluta a partir da fundamentação exposta.

Ainda que seja possível dissecar diferentes facetas do urbanismo, nesta pesquisa nos interessa particularmente pensá-lo a partir de uma de suas relações essenciais: a *relação com o Estado* (e o político) – o que certamente demandará considerar o econômico e o social. Se, acreditamos ser pertinente propor uma inversão analítica que considere a violência do processo de urbanização, e, se vislumbramos o urbanismo como uma das chaves para o entendimento deste mesmo processo, ressaltamos, por sua vez, que o exame crítico encontrou seu próprio discernimento na investigação dessa relação específica.

3.1. Para uma crítica da violência como poder (do Estado): considerações sobre o planejamento urbano (ou o urbanismo estatista).

A referência comum sobre a manifestação mais explícita do poder do Estado é aquela que centra o foco de atenção sobre o papel da polícia, da Justiça (do sistema jurídico) e do exército; não sem razão. Isto porque essas instituições, se assim podemos dizer, cumprem os papéis que mais obviamente dão sentido àquilo que constitui uma das definições de Estado que se consolidou no interior do pensamento político ocidental, em grande parte tributário do pensamento de Max Weber (1982 [1919]) para quem o Estado Moderno é, por excelência, a entidade que se define por deter o “monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (WEBER, 1982: 98). Se, por acaso, o direito de se utilizar da força física, da coerção e do poder é atribuído a alguma instituição ou pessoa, isso se realiza apenas na medida em que o Estado o permite, uma vez que o Estado é, para Weber, “considerado como a única fonte do direito de usar a violência” (WEBER, 1982: 98). A questão pertinente aqui se refere ao fato de que se o monopólio do uso da força física é exercido real e essencialmente pela polícia e pelo exército, legitimados por uma estrutura normativa, constitucional, que coloca em cena o papel complementar do sistema de justiça na efetivação deste monopólio, pode-se dizer, no entanto, que a centralidade de tais instituições embota outro conjunto de fatos profundamente relevante: o de que o exercício do poder, da coerção, do papel repressivo do Estado e, aliado a isso, a produção de um número significativo de danos sociais – que inviabiliza a concretização daquilo que se chama de sociedade democrática –, são também efetivados por meio de outras instituições político-administrativas e organizações burocráticas da estrutura do Estado. Foi assim que, no seio de nossas preocupações específicas, a condução do pensamento a tal raciocínio nos permitiu ampliar o horizonte e considerar *a via por meio da qual o processo de urbanização se institucionaliza politicamente* e atua, por sua vez, como uma das mediações para o exercício do poder do Estado, que vem acompanhado do uso de seus correspondentes, como a coerção, a dominação, a repressão, a ordenação, cuja consequência lógica – o plano dos danos – pode caracterizar, em parte, o conteúdo de violência do próprio processo de urbanização. Falamos, cabe dizer mais uma vez, do *urbanismo*, ou aqui mais especificamente de sua face estatal: o *planejamento urbano*.

Raquel Rolnik (1994), Ermínia Maricato (2002) e Flávio Villaça (2004), em três importantes resgates reflexivos sobre o planejamento urbano no Brasil, destacam uma de suas características mais marcantes, tal como se desenvolveu ao longo da história recente do processo de urbanização do país: a centralização do papel do Estado na racionalização das

questões e dos problemas urbanos. Tal protagonismo, segundo Villaça (2004), já se colocava evidente no último quartel do século XIX, período²⁹ marcado predominantemente por grandes obras de *melhoramentos e embelezamentos* urbanos, quando grandes inversões públicas foram gastas, especialmente em nível municipal, em parte, segundo a ótica do autor: 1) para “glorificar e ajudar a impor o Estado” (VILLAÇA, 2004: 192) que passava a se encarregar de um projeto de modernização urbana enfatizando a importância da beleza monumental da cidade aliada a necessidade de reformas (particularmente as de tipo sanitária)³⁰; 2) de outra parte, para consolidar uma proposta de ação real que as classes dominantes detinham para as cidades e, colateralmente, exaltar a burguesia em seu papel decisivo no processo de urbanização. No entanto, é a partir da década de 1930 – com apogeu na segunda metade do século XX – que o papel do Estado se tornará ainda mais evidente. Segundo Maricato (2002) e Ferreira (2010), a influência keynesiana e fordista do pós-2ª Guerra Mundial ressoou, no âmbito do planejamento urbano mundial, no papel que o Estado passaria a assumir em termos de regulação econômica e social e, simultaneamente, em termos de um papel mais ativo na *produção do espaço urbano*, que foi, a nosso ver, mal compreendido ao ser reduzido, do ponto de vista analítico, a questões de “gestão” e “organização territorial”. Este período marca uma mudança extremamente importante no rumo das orientações políticas a propósito das questões urbanas, caracterizada, segundo Villaça (2004), pela emergência de uma ideologia da *eficiência* que suplantaria de uma vez a hegemonia de uma ideologia da *beleza* como cerne da ação estatal voltada para o espaço urbano. Essa ideologia da eficiência tem seu fundamento ancorado em uma racionalidade de origem iluminista e positivista que alicerçou o chamado planejamento modernista ou funcionalista predominante nesse momento. O projeto de esclarecimento, tal como se desenvolveu sob o positivismo, e tal como predominou como a única racionalidade possível na maioria dos campos do conhecimento (incluindo aqueles relativos ao planejamento), elevou a *razão* a uma posição soberana; fato cujos efeitos

²⁹ No texto citado, Villaça (2004) faz uma divisão da história do planejamento urbano no Brasil (*strictu sensu*) em três grandes períodos: o primeiro vai de 1875 a 1930 e é marcado pelos planos de embelezamentos e melhoramentos urbanos; o segundo período se inicia na década de 1930 e é caracterizado por seu forte apelo ao racionalismo operatório; e um terceiro período, que começa a despontar, a partir da década de 1990, como reação direta ao segundo período.

³⁰ Cabe ressaltar que, segundo Villaça (2004), se há um protagonismo do Estado, este é coadjuvado pelo setor privado, vide inúmeras concessões realizadas para a execução das obras de melhoramentos urbanos. O que é intrigante para o autor, no entanto, é o fato de que, aos poucos, esse setor passou a se desinteressar pelos investimentos em concessões, que, de um lado marca a transferência do ônus para o Estado “das condições gerais de produção (urbanização inclusive)” (VILLAÇA, 2004: 195), de outro lado, sinaliza um curioso desinteresse do setor em “se reproduzir pela especulação imobiliária” (VILLAÇA, 2004: 195). O importante a marcar aqui é o fato de que, se a criação de estruturas administrativas voltadas ao planejamento indica centralidade e “*maturidade*” desta atividade no interior da administração estatal nesse período, isso não significa dizer que existe *exclusividade* absoluta do Estado na condução concreta do planejamento urbano no Brasil.

correspondentes puderam ser observados na ‘fé’ que se atribuiu, sob esta influência, aos poderes da ciência, da técnica, da lógica matemática, da lógica formal, de uma razão operatória, etc., como os instrumentos libertadores por excelência de toda e qualquer irracionalidade incompatível com o progresso do Homem e da civilização. Não à toa, portanto, o planejamento subsidiário desta racionalidade precisou identificar-se profundamente como conhecimento de base técnica-científica, capaz de produzir prognósticos, diagnósticos científicos e instrumentos urbanísticos responsáveis por conferir graus de legitimidade e confiabilidade necessários tanto à produção de “formas racionais de organização social” (HARVEY *apud* VILLAÇA, 2004: 186) quanto à resolução mais satisfatória dos crescentes problemas urbanos. É neste contexto, portanto, que podem ser entendidos os principais pressupostos do planejamento urbano que congregou, durante grande parte do século XX, os fundamentos de uma “Economia Política Desenvolvimentista” (ROLNIK, 1994: 352) aliados a:

- [uma] gestão urbana fundamentada por um **processo estatal de tomada racional de decisões**, orientado para lograr implantar uma cidade de acordo com um modelo de ordem urbana ideal, não contraditória, oposta tecnocraticamente a uma realidade vista como anárquica;
- [a um] modelo ideal de cidade como parte de um projeto “modernizador” e “integrador” (...);
- [e a uma] garantia de fluxos contínuos de investimentos (...) em infraestrutura básica, garantindo as condições gerais da reprodução do capital. (ROLNIK, 1994: 353) (Grifo nosso).

Há, assim, no período destacado por Villaça (2004) que compreende os anos 1930 a 1990 (com diferenças significativas no que diz respeito à forma geral do planejamento), uma acentuação concreta do papel do Estado no processo de urbanização – que, conseqüentemente, pôde ser percebida nos estudos críticos sobre o planejamento –, bem como o crescimento e a maturação de uma burocracia estatal e de uma tecnocracia, ligadas, sobretudo segundo o discurso oficial, à “condução racional” dos investimentos financeiros e dos conhecimentos científicos necessários ao controle ótimo dos problemas urbanos, relacionados, primordialmente, ao caos decorrente do crescimento descontrolado (portanto, mal planejado) das cidades.

Essa centralização do Estado, refletida em termos de urbanismo, passa a ser bastante relativizada no Brasil, de acordo com os mesmos autores, a partir da década de 1990. As análises apontam pelo menos duas linhas de argumentação que convergem para o mesmo ponto. Em primeiro lugar, os anos 1990 marcam a consolidação da expansão neoliberal no país, que veio acompanhada, como se sabe, “dos ditames do Consenso de Washington”, responsáveis por provocar:

(...) importantes transformações econômicas, hoje bastante conhecidas: forte desregulação e enfraquecimento do papel do Estado, privatizações e abertura do mercado interno para o capital internacional, desnacionalização da indústria e precarização absoluta das relações trabalhistas, abandono de políticas públicas estruturais e adoção de políticas de assistência social pontuais, etc. (FERREIRA, 2010: 190)

Ainda neste contexto e por esta argumentação, verificaram-se mudanças particularmente importantes para pensar a relativização do papel do Estado na condução das questões urbanas – o que não pode, de maneira alguma, ser confundido com extinção desse papel. No texto referenciado de Ermínia Maricato (2002), e mais evidentemente em João Sette Ferreira (2010), observa-se que os anos 1990 marcam o enfraquecimento do urbanismo tradicional (herdeiro do modernismo e do funcionalismo), que passa a ceder espaço para “uma ‘nova’ visão moderna e globalizada da gestão urbana, (...) segundo a qual a cidade deve ser gerenciada como uma empresa” (FERREIRA, 2010: 186). Para Ferreira (2010), um novo modelo de urbanismo, que começa a despontar no cenário internacional, bastante alinhado à ideologia neoliberal de “submissão absoluta ao mercado”, passa a ser incorporado no Brasil como a nova racionalidade a ser seguida em termos de planejamento urbano, cujo cerne propagandístico estava assentado numa série de premissas da gestão empresarial e que ficaram bastante conhecidas pelos termos: *planejamento estratégico* e *marketing urbano*, para citar alguns exemplos. Esse novo urbanismo, chamado de *urbanismo de mercado*, será marcado pela ‘divinização’ das chamadas parcerias público-privadas, divulgadas como a salvação ideal para os governos locais que, neste novo contexto, assumem nova e maior importância na gestão de serviços e benefícios sociais, mas que paralelamente são demonstrados como incapazes de atender sozinhos às novas demandas urbanas consoantes com um “novo paradigma” da globalização econômica, o que, por sua vez, legitima um conjunto de discursos que afirma que “a única saída para as cidades subdesenvolvidas sobreviverem no ‘novo’ contexto globalizado seria a competição entre elas, numa disputa pela atração dos cobiçados capitais internacionais” (FERREIRA, 2010: 198). Este seria o momento em que se verificaria uma imbricação mais radical entre o econômico e o político; em que as coalizões do Estado especialmente com o setor imobiliário ficariam mais evidentes e, ao mesmo tempo, mais obscurecidas pelo caráter contraditório próprio a essa relação.

A segunda linha de argumentação percebida nos escritos dos autores citados sobre uma relativização da centralidade assumida pelo Estado no controle das questões urbanas reside na ênfase dada ao processo de redemocratização pelo qual o país atravessava no início dos anos 1990. Para esses autores, nesse início de redemocratização observa-se a entrada de

novos personagens na arena política, inclusive no plano das orientações das questões urbanas. Organizações populares, bem como setores políticos mais progressistas, passaram a confrontar mais abertamente – tanto com a tecnocracia do aparelho do Estado quanto com elites políticas e econômicas – o rumo das decisões que afetavam de maneira íntima o processo de urbanização. A luta pela Reforma Urbana, a inclusão do capítulo da política urbana com os artigos 182 e 183³¹ na Constituição de 1988, bem como o amadurecimento das discussões sobre o do Estatuto da Cidade³² seriam, para os autores, provas (ainda que críticas) do enfraquecimento (relativo) do forte protagonismo do Estado sobre os assuntos que envolviam direta ou indiretamente o planejamento das cidades.

Ainda que seja possível fazer esse movimento analítico, que no limite poderia correr o risco de induzir uma interpretação errônea sobre um desvanecimento do Estado a propósito das questões de planejamento urbano, e ainda que, ao mesmo tempo, não seja possível negar as mudanças descritas nos textos relativas tanto à atuação do Estado sobre o processo de produção do espaço urbano, bem como à atuação do capital (representado primordialmente pela figura do setor imobiliário)³³, existe pelo menos uma questão que, mesmo sob o cenário apontado, ainda se coloca fundamental no desvendamento do urbanismo, não como muito se quis, ou seja, como ferramenta do progresso, mas como chave do entendimento do processo de urbanização como dialética do progresso-regresso. Essa questão pode ser resumida pela manutenção³⁴ de uma relação intrínseca entre o urbanismo e o Estado (e a racionalidade que lhe é correspondente), a muito a ser dissecada se quisermos avançar numa crítica do urbanismo e do processo de produção capitalista do espaço urbano.

É importante salientar que o processo de investigação coloca problemas à pesquisa que não estão necessariamente pressupostos em seu estágio embrionário. Neste momento, o leitor já possui elementos para perceber – em função do caminho percorrido no texto – que a questão do Estado (e de uma crítica do Estado) não estava nem posta nem pressuposta para uma intenção de pesquisa que se colocava, fundamentalmente, a revelar conteúdos pouco conhecidos do que poderia se constituir como violência urbana; não, pelo menos, a partir da

³¹ Os **artigos 182 e 183** da Constituição Federal de 1988, presentes no Capítulo II, Da Política Urbana, apontam, em linhas gerais, que a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo Poder Público Municipal, tendo por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, assim como asseguram, no plano formal, a função social da propriedade da terra (Cf. Art. 182 e 183 CF/1988. BRASIL, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988).

³² Apesar de proposto como projeto de lei em 1989, o Estatuto da Cidade só será aprovado em 2001.

³³ Vide o ‘sucesso’ e uma crescente generalização em São Paulo, por exemplo, dos instrumentos *do urbanismo de mercado*, como as **Operações Urbanas Consorciadas** e a chamada **Concessão Urbanística**.

³⁴ Mesmo na conjuntura anunciada, pós anos 1990.

estrutura expositiva que agora se esboça. No movimento do pensamento que inverte o sentido da análise e que passa a considerar a hipótese de uma violência intrínseca ao processo de urbanização, o Estado se insinua ao pensamento e aparece como problema para a pesquisa. Essa observação é relevante, pois coloca os contornos, ou pelo menos a justificativa, de uma busca para a compreensão teórica a respeito da intimidade que caracteriza particularmente a relação entre urbanismo e Estado e que nos fez, por esse motivo, considerar da forma mais cuidadosa possível os textos que se propunham a compreender os conteúdos dessa relação.

Após a procura e a leitura de alguns autores que se lançaram a tal desafio, acabamos por priorizar os textos acima citados³⁵. Essa escolha não foi, no entanto, aleatória. A opção de destacar especificamente esses escritos possui sua razão no fato de que neles é possível verificar algo que para nós é essencial: uma compreensão crítica do imbricamento anunciado entre urbanismo e Estado. Todos eles, seguindo pontos de vista bastante convergentes, intentam deprender os limites do planejamento urbano como limites que emanam, em alguma medida, da sua relação com o Estado e com o político e, por isso mesmo, nos desperta maior atenção.

Procurando tomar o necessário cuidado para não reduzir a contribuição importante desses autores, nos arriscaremos a destacar aqueles que compreendemos ser os elementos centrais que orientam, simultaneamente, sua crítica ao Estado e aos discursos e práticas a propósito do planejamento urbano, e que colocam, em parte, esses autores em convergência do ponto de vista teórico.

Em primeiro lugar, podemos ressaltar a conexão estabelecida entre *planejamento urbano* e *ideologia*. O trabalho de Flávio Villaça (2004) é o mais contundente no desenvolvimento dessa relação e claramente oferece os subsídios que embasam os argumentos dos demais textos citados. Segundo Villaça (2004) e Maricato (2002)³⁶, somente é possível compreender o planejamento urbano se se tiver em mente que ele se realizou no Brasil não como política efetivamente, mas enquanto ideologia. A partir das noções de ideologia desenvolvidas por Gramsci e Marilena Chauí, Villaça (2004) entende que a ideologia configura-se como “um conjunto de idéias fundamentais desenvolvidas pela classe dominante visando facilitar a dominação, ocultando-a” (VILLAÇA, 2004: 183). Para o autor, o planejamento, tal como se desenvolveu no país, foi muito mais um instrumento utilizado pela

³⁵ Apenas para retomar, referimo-nos aos textos de Raquel Rolnik (1994), Ermínia Maricato (2002), Flávio Villaça (2004) e João Sette Ferreira (2010). Podemos somar a esses escritos, o de Mariana Fix (2004).

³⁶ A reflexão realizada por Maricato (2002) a propósito da relação entre *planejamento urbano* e *ideologia* fundamenta-se essencialmente no trabalho citado de Flávio Villaça (2004): *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 1999 no livro *O processo de urbanização no Brasil*, de Csaba Déak e Sueli Schiffer (Orgs.).

classe dominante a fim de consolidar sua hegemonia política (ou pelo menos amortizar os efeitos de uma crise de hegemonia) do que uma política de Estado orientada para a satisfação das demandas sociais no seio do espaço urbano. Segundo sua análise, no período de 1875 a 1930, as já citadas obras de *melhoramentos* e *embelezamentos* urbanos realizavam-se como o resultado prático de uma proposta clara de ação que as elites econômicas detinham para as cidades com intuito de solidificar a dominação de classe pressuposta na constituição e no pleno exercício da hegemonia política. Tais obras configuravam-se como ações concretas do Estado, ainda que de um Estado plenamente disposto a garantir as condições de reprodução de uma burguesia urbana. Assim, os planos e projetos de interesse dessa elite eram apresentados, debatidos e, em geral, conduzidos pelo Estado, permitindo a instauração de um poder de classe. Villaça apóia-se em grande medida no conceito de ideologia desenvolvido por Gramsci, para quem ela se realizaria como uma “concepção de mundo que está implicitamente manifesta na arte, na lei, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva”³⁷ (GRAMSCI, 1983 *apud* VILLAÇA, 2004: 183). É nesse sentido que seria possível compreender como o planejamento, segundo o autor, poderia ser um dos instrumentos por meio do qual a ideologia se concretizaria praticamente, tornando-se realidade. Os planos de atuação à escala urbana refletiriam, dessa forma, uma visão de mundo específica que possui a capacidade de universalizar-se como visão da totalidade social. Após os anos 1930, contudo, as condições de viabilização de uma hegemonia de classe tornam-se mais difíceis, pelo menos por meio da produção do espaço urbano. Mudanças nas prioridades envolvendo a administração urbana marcam um novo período em que as obras de infraestrutura suplantam as obras de embelezamentos e melhoramentos. Se existe uma continuidade em relação ao momento anterior, ela se traduz como a incessante necessidade da burguesia urbano-industrial em reproduzir os mecanismos necessários à manutenção da dominação. Para Villaça (2004), as políticas habitacionais, bem como todo o rol de competências supostamente abarcadas pelo planejamento urbano, revelariam bem essa estratégia, visão compartilhada por outros autores. O que marca esse período é o fato de que, diferentemente do primeiro momento, os planos propostos agora não serão mais executados, permanecendo no papel como mero discurso. Para Flávio Villaça (2004):

(...) fica claro que os planos não seriam elaborados para ser executados nem para resolver os grandes problemas das massas populares urbanas. Sem dúvida eram elaborados para atender aos interesses dominantes urbanos, mas isso passaria a ser cada vez mais difícil de ser divulgado oficialmente através de planos (VILLAÇA, 2004: 203).

³⁷ Tradução nossa.

A partir da década de 1930, haveria, assim, uma predominância massiva do que o autor chamou de “plano discurso”. Discurso porque, de um lado, a classe dominante não teria efetivamente uma proposta de ação ao nível do espaço urbano que pudesse dar conta de resolver os problemas que se complexificavam – ainda que os planos fossem feitos – e, de outro lado, porque não havia um interesse real dessa mesma classe em resolver os problemas ou as demandas populares. Assim, a maior parte da história da urbanização do Brasil seria caracterizada, segundo esta interpretação, por um tipo de planejamento urbano que se configuraria enquanto fachada ideológica, ao mesmo tempo, esvaziado de conteúdo prático e totalmente desvinculado das “políticas públicas e da ação concreta do Estado (...)” (VILLAÇA, 2004: 222). As muitas idéias incluídas nos planos tanto apareceriam descoladas da realidade efetiva quanto seriam portadoras de uma “ideologia dominante sobre os problemas que atingem as maiorias urbanas” (VILLAÇA, 2004: 222). É neste sentido que o autor afirma que, além de discurso, o planejamento urbano no Brasil cumpriu a “missão ideológica de ocultar problemas das maiorias urbanas e os interesses dominantes na produção do espaço urbano. Conseqüentemente, ele não deve ser estudado na esfera da **ação do Estado**, das políticas públicas, mas sim da ideologia” (VILLAÇA, 2004: 222-223). (Grifo nosso).

Diante dessa indicativa incapacidade da classe dominante de transformar suas ambições em ações concretas de transformação do espaço urbano, surgem no discurso corrente as idéias que predominaram (e predominam) de um ‘caos urbano’ e de ‘crescimento descontrolado’ das cidades que justificaria a necessidade do planejamento, mas que contraditoriamente já apontaria a impossibilidade (travestida de dificuldade) de concretização do próprio plano. É nesse contexto, particularmente já na segunda metade do século XX, que no Brasil é abraçada com toda força o ideário positivista, segundo o qual a razão – a lógica e a técnica (como suas derivações) – erige-se como o bem supremo a comandar e legitimar toda e qualquer mobilização em direção ao progresso. No âmbito do planejamento urbano, Villaça (2004) faz uma reflexão que nos permite considerar que uma ideologia de classe se disfarça sob a roupa de neutralidade que parece advir dessa outra ideologia do progresso bastante identificada e crente dos poderes da razão, da ciência e da técnica. Segundo tal raciocínio e argumento, pode-se concluir que durante um longo período, iniciado logo após o término do primeiro quartel do século XX e que perdura até os dias de hoje, “os planos-discursos” são elaborados sob uma capa de eficiência, sustentada por prognósticos e diagnósticos técnicos realizados ora por uma tecnocracia do Estado ora por escritórios privados ‘competentes’, que tem como real função ocultar uma dominação de classe que se realiza por meio do planejamento urbano, ou seja, por meio do Estado. Raciocínio de onde provém a idéia do

“*plano-mito*”, elaborada por Villaça (2004) e endossada por Maricato (2002), segundo a qual o plano é percebido como portador de poderes quase mágicos, possuindo, por excelência, todas as chaves para a resolução dos problemas urbanos, sendo, por isso mesmo, bom e desejável. O Plano Diretor, tal como se desenvolveu, seria a expressão máxima dessa noção. Foi e é visto por diversos setores da sociedade como o instrumento urbanístico mais relevante para a ‘cura’ dos problemas urbanos e aparece na reflexão de Villaça (2004) como, em realidade, uma das vias por meio da qual a dominação de uma classe sob outra se tornaria realidade. Assim ele interpreta a disseminação dos planos diretores: “Os problemas sociais que se manifestam nas cidades se agravam cada vez mais. Não podendo dar resposta a eles, a classe dominante responde com...plano diretor” (VILLAÇA, 2004: 226).

Essa relação entre *planejamento urbano e ideologia*, estabelecida por Villaça (2004) e bastante presente no texto de Maricato (2002), é extremamente importante, pois nos levou a dedicar maior atenção a um outro aspecto, relacionado ao anterior, que aproxima em muito os autores previamente citados. Se é possível estabelecer uma tal relação – aquela que identifica planejamento e ideologia –, ao menos da forma como ela aparece, isso se realiza em função de uma concepção comum, segundo a qual o Estado é instrumentalizado politicamente pela classe dominante em favor de seus próprios interesses. Essa idéia é compartilhada a partir de diversos argumentos, todos convergindo para o fato de que a classe dominante brasileira possui um forte poder de influência sobre o Estado, o que explicaria, por exemplo, no âmbito da produção do espaço urbano, a segregação socioespacial, a concentração de infra-estrutura urbana em alguns lugares de cidade, a permissividade em relação à retenção de terras para fins especulativos, bem como a não concretização de políticas previstas legalmente pelos planos diretores, entre outros aspectos. Essa concepção, observável empiricamente, mas que merece uma reflexão mais aprofundada a seguir, se aproxima bastante daquilo que Claus Offe, no texto *Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas* (1984), denominou como “teorias da influência” (OFFE, 1984: 141). Segundo este autor, existe uma interpretação recorrente na abordagem da teoria do capitalismo, e particularmente naquelas que procuram estabelecer os nexos da complementaridade entre poder político e econômico, que parte do princípio de que o “aparelho estatal, vale dizer, as suas competências e funções legislativas, executivas e judiciárias, bem como suas funções repressivas, são um **instrumento da classe dominante**, constituindo a totalidade dos ‘suportes’ institucionais do processo de valorização”. (OFFE, 1984: 141) (Grifo nosso). Ainda que não reivindicuem tal definição, é cabível dizer que os argumentos dispersos nos textos citados, que constituem o eixo de uma elaboração crítica a propósito do Estado, vão ao

encontro de uma interpretação que vê na capacidade de influência da elite econômica em decisões políticas e na sua capacidade de infiltração nas instâncias político-burocráticas responsáveis pela regulação econômica, social e urbana, a abertura para uma dominação de classe que se efetua por meio do Estado e, nesse caso mais especificamente, por meio de instrumentos urbanísticos que são apropriados e utilizados, simultaneamente, em prol de interesses particulares e contrariamente às demandas urbanas de cunho popular. Se há um fracasso no que concerne ao planejamento, esta interpretação associa-o, preferencialmente, ao poder político que possui a classe dominante em subverter o sentido positivo das propostas anunciadas nos diversos planos para as cidades. Partindo da identificação desse raciocínio podemos compreender algumas proposições (o que não significa necessariamente concordar com elas).

As decepções que se sucederam às expectativas referentes à aprovação do Estatuto da Cidade em muito denunciam essa acepção segundo a qual o político e o econômico se articulam no sentido de uma constante instrumentalização do Estado a serviço das potências dominantes. As abordagens sobre a problemática da propriedade privada da terra é um bom exemplo. A conquista (ainda que parcial) da mobilização popular pela inclusão formal na Constituição de 1988 de um artigo que versasse sobre a função social da propriedade do solo urbano (art.183) encontrou seus limites de efetivação, principalmente, segundo os autores, no poder de pressão das forças políticas conservadoras³⁸. Para João Sette Ferreira (2010), a razão pela qual os preceitos contidos no Estatuto da Cidade (1991) não puderam se concretizar reside no fato de que: “a reforma urbana, no sentido da democratização das cidades, é uma questão essencialmente política, e a sociedade brasileira não estava aberta para romper a relação de forças por meio da qual as classes dominantes impuseram uma urbanização marcada pela drástica segregação socioespacial” (FERREIRA, 2010: 192). O passado colonial e patrimonialista, que permitiu a uma classe proprietária de terras se erigir como elite política no país, é resgatado por Ferreira (2010) e Maricato (2002) como um elemento essencial na compreensão da atuação histórica do Estado brasileiro em garantir o controle e o acesso à terra por uma elite dominante. A citação a seguir retirada de Ferreira (2010: 192) reflete de maneira bastante clara este argumento:

³⁸ Para Raquel Rolnik (1994), os artigos 182 e 183 da Constituição podem ser entendidos como a solução encontrada e apresentada por tecnocratas e congressistas a fim de contemporizar as várias propostas contidas na Emenda Nacional por Reforma Urbana, dentre elas as que atingiam diretamente a apropriação da cidade (e do solo urbano) “através de outras formas e outros processos que não estão hoje reconhecidos pela ordem urbanística (...)” (ROLNIK, 1994: 357).

Nesse jogo de forças, se o Estado atacasse a retenção de terras ociosas para fins especulativos, exigisse a construção de habitações de interesse social em imóveis vazios, investisse pesadamente em infraestrutura urbana nas periferias, desse direito de propriedade a moradores de favelas e loteamentos clandestinos, combatesse a ação desenfreada e destrutiva do mercado imobiliário, ele estaria atuando no sentido contrário ao de sua história, de sua lógica patrimonialista de defesa dos interesses dominantes – interesses que se polarizam no extremo oposto, no controle do acesso à terra, na proteção quase sagrada da propriedade fundiária restrita às classes dominantes, na prioridade dos investimentos nos bairros mais ricos, na exclusão socioespacial como instrumento de dominação, questões que tem quinhentos anos de consolidação no Brasil. Assim, a um Estado “público” comprometido com os “novos” instrumentos urbanísticos e com a democratização das cidades, contrapunha-se o próprio Estado, em razão de suas características patrimonialistas, de sua instrumentalização pelas classes dominantes, dos antagonismos de nossa formação social e das condicionantes históricas de nosso subdesenvolvimento. (FERREIRA, 2010: 192)

Para Ermínia Maricato (2002), muitos dos fracassos relativos ao Estatuto da Cidade – em especial aqueles referentes à questão fundiária e imobiliária –, bem como a enorme ilegalidade verificada atualmente nas periferias urbanas em função das ocupações irregulares em favelas e loteamentos, possuem uma explicação justamente nesse aspecto característico do Estado brasileiro: a falta de disponibilidade política em aplicar a lei ou mesmo a prática recorrente de aplicação arbitrária da lei, em que o Estado atua em nome de relações arcaicas fundamentadas por relações de favor, permitindo a sua própria instrumentalização. Os resultados práticos dessa conjugação de forças seriam, dentre outras, a produção de enorme desigualdade espacial (caracterizada pela autora por um duplo: cidade legal/cidade ilegal) e a manutenção de uma dominação ideológica de classe, levada a cabo pelo Estado, inclusive via planejamento urbano. De acordo, portanto, com uma concepção que atravessa os textos dos demais autores citados, assim explicita Ermínia Maricato:

Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira...também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais (MARICATO, 2002: 150).

No conjunto das críticas elaboradas por esses autores sobre o planejamento urbano e, principalmente, no ensaio de uma crítica ao Estado, há o reconhecimento de que o planejamento urbano acabou por se realizar, sob muitos aspectos, como uma das mediações importantes para uma dominação de classe; de uma classe que deteria as condições políticas e econômicas de se apropriar (e, portanto, instrumentalizar) o Estado de acordo com seus

interesses. É nesse sentido que Mariana Fix (2004)³⁹, ao analisar as Operações Urbanas Consorciadas como uma das formas pelas quais a chamada ‘parceria público-privada’ se realiza, enfatiza que, no âmbito da produção do espaço urbano, a concentração de recursos numa determinada área da cidade⁴⁰ possui relação mais do que direta com “o forte poder de influência sobre o Estado” (FIX, 2004: 8) detido tanto pelo setor imobiliário quanto pela população de renda mais alta, que passam conjuntamente a “pressionar por mais investimentos, mantendo o ciclo vicioso – ou virtuoso, do ponto de vista do mercado imobiliário – de concentração de recursos” (FIX, 2004:8). Também é bastante clara nessa perspectiva Raquel Rolnik (1994), ao sublinhar como a dificuldade em se avançar em direção a uma Reforma Urbana – e isso num contexto político efervescente dos anos 1980, no qual diversos movimentos urbanos se empenhavam na aprovação da Emenda Popular de Reforma Urbana – em muito pôde ser explicada pelo “grande poder de interesses econômicos” (ROLNIK, 1994: 358), representado, em grande parte, por “grupos de pressão que atuam na área de incorporação imobiliária ou com interesses econômicos fortemente ligados à dinâmica atual de produção do espaço urbano” (ROLNIK, 1994: 357) que convergiram com a burocracia e a tecnocracia do Estado, no sentido de uma tomada de posição altamente conservadora, mas efetiva, “no que se refere à manutenção do regime jurídico da propriedade privada do solo e seu correlato, à legislação urbanística de loteamento, uso e ocupação do solo em vigor” (ROLNIK, 1994: 358). É assim que, mesmo a partir de discussões distintas, podemos identificar uma perspectiva comum aos autores, segundo a qual uma das características fundamentais do Estado (especificamente o brasileiro) poderia ser resumida, em linhas gerais, pelo grande potencial de instrumentalização de seu aparelho institucional em favor dos interesses particulares de classe, representantes, em última instância, dos interesses de valorização do capital. Essa identificação é importante, pois nos permitirá tecer alguns diálogos para elaboração de uma crítica do planejamento urbano e uma crítica do Estado.

Por fim, antes que possamos dar início a nossa interpretação sobre os avanços e os limites analíticos dos aspectos compartilhados pelos autores citados, destacamos o último – mas não menos importante – elemento orientador da crítica elaborada sobre o Estado e sobre os discursos e práticas a propósito do planejamento urbano. As reflexões propostas por esses autores, cada uma a sua maneira pretendendo esmiuçar os conteúdos seja da relação entre o

³⁹ A nosso ver, mais do que nas outras leituras, a autora avança numa perspectiva mais estrutural da relação entre o econômico e o político.

⁴⁰ Refere-se Mariana Fix (2004) ao conteúdo normativo presente no Estatuto da Cidade (artigo VII, parágrafo 1º) que instituiu a “obrigatoriedade de que os recursos obtidos [a partir de uma Operação Urbana] sejam aplicados exclusivamente na área da operação, criando um circuito de reinvestimento em regiões favorecidas” (FIX, 2004: 3).

político e o econômico, seja da(s) forma(s) pelas quais o planejamento urbano se desenvolveu e se consolidou no Brasil como instrumento de um Estado comprometido historicamente com as potências econômicas dominantes, apontam para um aspecto extremamente importante que justificaria, no nosso entendimento, uma ‘atitude teórica’ esperançosa em relação ao planejamento urbano como competência do Estado. Ainda que se estabeleçam relações pertinentes entre o econômico, o político e o social, nos arriscamos a dizer que há certa consonância, do ponto de vista interpretativo, de que o Estado, estruturalmente, corresponde ao âmbito do político, estritamente. Se há uma crítica elaborada no interior do pensamento desses autores, ela dificilmente chega a constituir-se como crítica propriamente do Estado (de sua lógica, de sua estrutura e de suas instituições), mas compõe-se como crítica da política, do fazer político, das decisões subjetivas que afetam direta ou indiretamente o âmbito da esfera política. Não à toa, portanto, a crítica ao planejamento urbano e o vislumbre de sua superação passam, necessariamente, a privilegiar essa esfera. Se há possibilidades de construção de outra cidade, viabilizada pela instauração de outra ordem urbanística, isso se dá efetivamente pela mudança de direção na condução da política de Estado. Raquel Rolnik (1994) estabelece claramente que os termos de um novo futuro para as cidades (acompanhado da produção de uma nova cidadania), dependem intimamente da “capacidade do governo local de estabelecer espaços de interlocução com a sociedade no processo de elaboração das políticas” (ROLNIK, 1994: 360). Assim segue e resume Rolnik (1994: 360):

Essas mudanças implicam redefinição do papel do Estado e, em especial, do governo local, que longe de representar seu desmonte e substituição como querem os neoliberais, funcione como difusor de contratendências de solidariedade, autonomia e distribuição de renda e poder.

(...) A definição dos objetivos e dos instrumentos [urbanísticos] deve ser assim fruto de um pacto territorial local, expressão de um pacto político local e da estratégia concertada da cidade sobre seu futuro. (ROLNIK, 1994: 360)

Talvez, a exposição mais evidente desse aspecto esteja presente no texto de Ermínia Maricato (2002), para quem existiria um problemático descompasso entre *gestão* política e legislação, que trouxe toda sorte de complicações práticas quando o assunto em questão foi o planejamento urbano no Brasil. Para a autora, “nada pode substituir o papel do Estado na garantia da equalização das oportunidades” (MARICATO, 2002: 173). Assim, por meio desse raciocínio, o desafio consistiria em se vislumbrar os entraves políticos, especialmente ligados à gestão urbana, que emperrariam a realização de uma produção mais justa da cidade, na busca de soluções político-administrativas, orientadas pelo Estado, no intuito de uma superação (ou pelo menos de um abrandamento) dos efeitos sociais causados por uma urbanização marcadamente segregativa. Para isso, assinala a autora, “uma relação entre o

conhecimento teórico e a realidade empírica do universo urbano, social e institucional brasileiro se impõe para definir técnicas, programas e instrumentos que possam constituir uma ação de resistência à exclusão” (MARICATO, 2002: 173). Ainda que reconheça os limites de qualquer proposta de ação no âmbito da gestão urbana no sentido de uma mudança radical da sociedade, ou mesmo no sentido de uma diminuição imediata da desigualdade socioespacial e da ampliação da cidadania, as propostas de ação sugeridas pela autora indicam a perspectiva anunciada: aquela que deposita sobre as políticas de governo a expectativa do entendimento do limite do planejamento urbano e do próprio Estado. A autora reconhece o planejamento urbano “como necessário para assegurar justiça social (...)”, embora advirta: “mas após tanto exercício ideológico em torno no planejamento urbano e dos instrumentos urbanísticos, como conceituar este planejamento?” (MARICATO, 2002: 178). Sua resposta à pergunta colocada se manifesta a partir de duas proposições complementares: em primeiro lugar, a autora enfatiza a necessidade de um esforço intelectual que pretenda desatar-se das amarras ideológicas recorrentes ao urbanismo, na busca de uma prática que não se contente com modelos explicativos já prontos ou com teorias mecanicamente transportadas para a realidade, contrapondo-se aos chamados “urbanismo do discurso ou ideológico”, ao “urbanismo fashion” ou ao “urbanismo de mercado” (MARICATO, 2002: 179); em segundo lugar, a autora elabora uma série de propostas de ação, cujo sentido seria abrir uma via para a construção de um urbanismo que “se pretende socialmente incluyente e democrático” (MARICATO, 2002: 179). As propostas de ação caracterizariam um Plano de Ação, em contraposição ao Plano Diretor, entendido como essencialmente normativo. A criação de um espaço efetivo de debate democrático com participação ativa da população comumente excluída das decisões políticas, permitindo sua integração concreta no processo de elaboração de um plano urbanístico; a superação do descolamento entre legislação, gestão e investimentos financeiros por meio de um controle efetivo das orientações dos investimentos pela cidade (em que o Orçamento Participativo seria um bom exemplo); a elaboração de um sistema de fiscalização do uso e da ocupação do solo, com requerimento do poder da polícia, quando necessário, uma vez que para a autora é justamente esse poder de polícia que “garante a ocupação não predatória do território e impede o descumprimento das normas propostas” (MARICATO, 2002: 182), além da confecção de planos específicos, seguindo prioridades sociais, como habitação e transporte, por exemplo, são algumas das propostas e dos pressupostos defendidos para uma transformação do urbanismo (tanto teórica quanto praticamente) que, em alguma medida, podem revelar o significado de uma autonomização da política na compreensão do papel do Estado no âmbito do planejamento das cidades.

João Sette Ferreira (2010), bastante crítico, de um lado, da supervalorização depositada sobre os instrumentos urbanísticos criados na esteira dos avanços políticos representados pela Constituição de 1988 e pela aprovação do Estatuto da Cidade (como se os mesmos fossem capazes por si sós de constituir mudanças significativas na construção de cidades democráticas) e, de outro, de uma ideologia da modernidade representada pelo “urbanismo de mercado”, emergente no cenário político e acadêmico brasileiro travestido de ferramenta democrática e eficaz na resolução dos problemas urbanos, mas que, no entanto, representaria mais uma face de chamada “*modernização conservadora*”, faz coro aos demais autores ao elaborar uma crítica ao planejamento urbano, sobretudo, na esfera de uma crítica da política, das deliberações concernentes a esse nível e cuja consequência lógica é a expectativa de que o surgimento de um planejamento socialmente transformador passe, necessariamente, por resoluções e decisões nessa esfera. A partir deste entendimento é possível considerar, por exemplo, que a inversão em prioridades de investimentos públicos em setores sociais estratégicos, como produção em larga escala de moradias para a população mais pobre, generalização do saneamento básico, estruturação de um sistema de transporte público de massa, implantação massiva de infraestrutura nas periferias urbanas, assim como garantia à participação real da população nas decisões políticas urbanas, são pontos dos mais importantes, segundo o autor, na direção de transformações políticas indispensáveis para a consolidação de uma verdadeira reforma urbana.

A hipótese norteadora do nosso trabalho consiste na consideração de que o processo de urbanização capitalista é, em essência, um processo fundamentado, entre outras coisas, pela violência. Propomos-nos ao desafio de compreender de que forma o urbanismo (ou pelo menos a sua forma estatal assumida pelo planejamento urbano) realiza um dos seus conteúdos, que não se constitui estritamente no âmbito da violência física. Foi preciso, por isso mesmo, sair em busca de reflexões que nos ajudassem a compreender os fundamentos do planejamento urbano, tendo em vista o desvelamento dessa essência relativa ao processo de urbanização. Se por um lado, os textos citados nos ajudaram de forma considerável a conhecer o movimento de constituição e desenvolvimento do planejamento urbano no Brasil, por outro lado, revelaram limites explicativos, especialmente ligados à relação fundamental entre o urbanismo e o Estado; relação esta que passamos a considerar como central ao desenvolvimento do argumento de que a violência também se efetiva como poder (do Estado). Este argumento, ainda a ser desenvolvido, necessita para se firmar de um entendimento mais pormenorizado do Estado, de sua lógica estruturante, de suas instituições, de sua capacidade de se concretizar, mesmo sendo uma abstração.

Todas as reflexões e autores citados possuem em comum o fato de terem se consolidado como referências importantes no interior da discussão sobre a questão urbana, especialmente no que diz respeito ao caso da metrópole paulistana. O número de pesquisas que fazem referência aos respectivos textos e autores é extenso e manifesta a relevância que os mesmos assumiram no debate acadêmico e público a propósito das cidades; o que nos indica a necessidade de cuidado e sutileza na abordagem crítica desses escritos, uma vez que há um percurso intelectual desenvolvido, que criou frutos em outras pesquisas, e que, para os objetivos desse trabalho, não poderia ser alcançado plenamente. Assim, deixamos exposto que o sentido da crítica que se seguirá não poderá ser compreendido como crítica interna aos textos, ou como crítica ao movimento do pensamento que se desenvolveu ao longo do percurso intelectual (e político) de cada um dos autores, tampouco como crítica dirigida aos autores. Somente poderá ser corretamente alcançado a partir do entendimento de que, em nossa busca pela compreensão dos conteúdos do planejamento urbano, identificamos, apesar das diferenças, algumas idéias ou elementos interpretativos comuns aos textos que, conjuntamente, nos indicavam limites teóricos ao desenvolvimento de nossa hipótese. Por isso mesmo, mereceram nossa atenção.

Pretendemos compreender a violência como sentido estruturante, como fundamento do processo de urbanização capitalista. A relação entre ambos – a saber, entre violência e processo de urbanização – não se estabelece, nesse sentido, como relação de contingência. Se, intuímos que o urbanismo – institucionalizado, portanto, adquirindo uma aderência lógico/prática com o Estado e a racionalidade que lhe é correspondente – é uma das mediações pelas quais a violência do processo de urbanização se efetua, a investigação que nos parece mais adequada é aquela que tenta apreender, dentre outras coisas, o entrelaçamento do urbanismo com o Estado, bem como o âmbito das características e problemas *estruturais* do Estado que nos impedem de considerar sua aproximação com o poder e a violência, como dependentes de um contexto (econômico, político, social) ou mesmo de um arranjo conjuntural específico. Nesse sentido, os destaques anunciados anteriormente sobre os textos nos colocam alguns problemas.

Uma reconstituição da história do planejamento urbano no Brasil poderia nos conduzir a evidências comprováveis empiricamente de que o processo de urbanização, especialmente das grandes cidades, foi marcado por uma grande desigualdade espacial, situação interpretada a partir do poder de influência das classes dominantes em instrumentalizar o Estado (responsável por excelência desse planejamento), em benefício de seus próprios interesses. A concentração de infraestruturas urbanas em determinadas áreas das cidades, notadamente as

áreas ocupadas pela população mais rica, poderia nos oferecer uma prova do grau de aparelhamento das elites econômicas no seio de um Estado reduzido à condição de instrumento da dominação de classe. Na verdade, a análise da relação de complementaridade entre o político e o econômico em qualquer Estado capitalista nos ofereceria exemplos práticos, e não só no que se refere ao planejamento, de que as decisões políticas em todos os níveis são orientadas em favor dos interesses privados de valorização capitalista; o que fez com que muitos identificassem aí o caráter classista do Estado. Essa interpretação é, em linhas gerais, compartilhada pelos autores estudados e nos coloca questões. O problema dessa perspectiva não consiste exatamente no fato de que os vínculos entre o econômico e o político se realizam primordialmente em detrimento do político, ou mesmo no fato de que o Estado possuiria um caráter de classe. A questão que nos instiga mais particularmente pode ser resumida pela idéia de que por trás dessa linha de argumentação reside o que Claus Offe (1984) denomina como “pressuposto implícito de neutralidade estatal” (OFFE, 1984: 142), ou seja, uma concepção segundo a qual o Estado, segundo a sua estrutura interna, “poderia em princípio ser utilizado para a realização de outros interesses” (OFFE, 1984: 142). Isso significaria conceber a possibilidade (sempre potencial) de o Estado (capitalista) ser apropriado politicamente pela classe dominada⁴¹ e/ou em proveito de suas demandas, de onde se concluiria que a crítica necessária ao Estado consiste essencialmente na avaliação da perversidade resultante do aparelhamento do arranjo institucional estatal pela classe dominante que, ao penetrar e influenciar decisivamente a estrutura política, estabelece propriamente o caráter do Estado. Para nós, o problema apareceria da seguinte maneira: se há uma violência que permeia o processo de urbanização, ela se resolveria analiticamente considerando o comando desse processo; ou seja, uma vez destituído o poder da classe dominante em estabelecer a direção e os conteúdos do processo de urbanização, tendo em vista seu caráter segregador e elitista, conseqüentemente, estaria também destituída grande parte de seus fundamentos (incluindo a violência). Essa perspectiva não está totalmente dissociada da crença de que, caso o Estado⁴² não fosse corrompido por interesses alheios e privados, caso houvesse disponibilidade e firmeza política em cumprir determinações legais favoráveis ao atendimento de demandas populares (e não somente ao atendimento daquelas intrinsecamente relacionadas às ‘forças do atraso’), caso se invertessem as prioridades no âmbito dos investimentos públicos, caso houvesse maior consciência e participação popular

⁴¹ A expressão ‘classe dominada’ é utilizada como recurso para uma oposição adequada ao termo mencionado anteriormente ‘classe dominante’.

⁴² Considerando seus diversos níveis institucionais

nas decisões políticas, caso houvesse um maior compromisso político com o plano do social, ou seja, caso a política fosse conduzida de forma diferente, poderíamos nos ver diante de outra realidade social, de outra cidade (forma e conteúdo), de outra função social do Estado. Tais raciocínios nos conduzem, simultaneamente: ao afastamento de uma possível crítica (estrutural) do Estado⁴³ e, paralelamente, ao entendimento das relações entre *urbanismo* e *Estado*, bem como entre *violência* e *processo de urbanização capitalista* como relações contingenciais, o que coloca problemas a nossa hipótese. Para que a violência seja entendida como um dos conteúdos identitários do processo de urbanização, levada a cabo por um urbanismo institucionalizado pelo Estado (ainda que não somente), a elaboração teórica deve se voltar à compreensão das necessidades estruturais que ligam todos estes termos, invalidando assim a conclusão de que o processo de urbanização capitalista pode, dependendo do contexto (histórico, político), se realizar sob outros conteúdos e fundamentos.

O processo de urbanização capitalista – e mesmo a produção do espaço de uma forma geral – cabe enfatizar, não é um processo em essência e exclusivamente efetuado pelo Estado. Essa ponderação consistiria numa redução considerável da realidade de ambos os processos. No entanto, entendê-los sem o discernimento de que o Estado tem um papel fundamental em sua concretização seria impossível. Mesmo sob a força de um discurso neoliberalizante de redução máxima da figura do Estado na regulação econômica, social e urbana, sabe-se, entretanto, que a relação objetiva entre aparelho estatal e interesses de valorização capitalista não se estabelece, de maneira alguma, de forma periférica no seio do capitalismo; ao contrário, é um de seus fundamentos. Nesse sentido, o caminho em direção ao desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização capitalista para que se chegue a alguma conclusão pertinente à validação de nossa hipótese pressupõe, necessariamente, uma reflexão sobre o Estado, na medida em que há aí uma relação essencial a se desvelar. Todavia, é importante que façamos alguns avisos. Certamente toda sorte de limites (teóricos e empíricos) aparecerá nessa reflexão. Não nos propusemos a uma teoria do Estado, nem mesmo ele aparece no conjunto do trabalho como o elemento central de nossa discussão. Ele se insinuou à análise, como já foi dito, no processo do conhecimento. Nesse sentido, alguns nexos poderão não se efetuar completamente, já adiantamos. As dificuldades surgem de todos os lados: seja pela complexidade própria ao tema, seja pela limitação teórica que ainda nos é cara a respeito

⁴³ Não desconsideramos de forma alguma a importância das diferenças históricas concretas ou as mudanças diversas de estrutura e função referentes ao Estado. Apenas consideramos que elas são, sozinhas, insuficientes para a elaboração de nosso raciocínio.

dessa ampla e variada discussão. Ainda assim, julgamos válidos os riscos, mesmo que algumas lacunas sejam inevitáveis.

A consideração de que Estado e capital se imbricam num emaranhado complexo de se discernir é recorrente nos trabalhos que se propõem à reflexão do processo de urbanização. No entanto, mesmo diante de tal reconhecimento, estamos à frente, ao menos no Brasil, de uma postura⁴⁴ que reivindica bastante claramente o Estado à frente deste processo (ainda que, de maneira alguma, sozinho). Lembremos a já citada frase pronunciada por Ermínia Maricato (2002) de que “nada pode substituir o papel do Estado na garantia da equalização das oportunidades” (MARICATO, 2002: 173). Não seria adequado, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político, negar a verdade contida, em parte, na frase de Maricato. Seria falso, tanto quanto irresponsável de nossa parte considerar que nenhum conteúdo positivo pode residir nas ações do Estado direcionadas ao plano específico do urbano. De maneira alguma; e isso inclusive já foi anteriormente ponderado. Experiências verificadas em distintos governos – em níveis federal, estadual e municipal – nos revelam que não é completamente irrelevante quem (qual partido) esteja no poder político. Um maior ou um menor número de políticas sociais interferem qualitativamente na experiência possível de apropriação do urbano, no sentido amplo de apropriação de um tempo e de um espaço e não especificamente de uma localidade. A questão, portanto, não consiste em abstrair a importância do Estado, mas compreender teoricamente o sentido e as conseqüências de sua reivindicação. *O que significa reivindicar o Estado, sobretudo como mediação necessária ao processo de urbanização?*

Durante o processo de investigação, manifestou-se repetidamente um conjunto de indagações (resumidas anteriormente), que atingiam principalmente a forma de conceber o papel do Estado no processo de urbanização. A questão que se colocava era como resolver teoricamente os limites identificados nos trabalhos anteriormente analisados. Como as divergências declaravam-se ainda de forma bastante precária, foi preciso uma mobilização no sentido de uma maturação teórica que pudesse sustentar algumas concepções derivadas mais amplamente da formação acadêmica sedimentada até então. Há, como se sabe, um número bastante extenso de teóricos que se propõem a refletir sobre o Estado de forma verticalizada. Ainda que coubesse uma revisão e uma exposição pormenorizada dessa vasta bibliografia, elas se distanciariam do nosso interesse mais particular neste capítulo, pois o sentido de nossa discussão, nesse momento, extrapola o cotejamento das diversas teorias do Estado. Desse

⁴⁴ Política, ideológica, teórica.

modo, optamos por destacar dois autores que nos ajudaram mais claramente a situar a textura de algumas divergências, a saber: Claus Offe e Henri Lefebvre⁴⁵.

Claus Offe⁴⁶, em *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* (1984), apresenta uma série de questões essenciais a uma teoria geral do Estado (capitalista) e, mais proximamente, nos conecta às indagações já anunciadas. Uma de suas principais preocupações resume-se em dissecar o conteúdo das interpretações marxistas que, de um lado, partem do princípio de que há uma relação instrumental entre classe capitalista e Estado, sendo este manipulado e dominado de forma a realizar os interesses coletivos daquela; e de outro lado e opostamente, afirmam que existem limitações estruturais do Estado que o impedem à ação e que o conduzem a uma falta de soberania institucional, conseqüentemente resultando numa ineficácia geral de regulamentação e intervenção política. Segundo o autor, ambos os tipos de interpretação – que ele nomeia, respectivamente, por “teorias da influência” e “teorias dos fatores limitativos” – possuem como horizonte analítico a demonstração do caráter classista do Estado. Em nenhum momento, Claus Offe invalida a evidência empírica desses argumentos, que segundo ele, indicam que “no interior da pluralidade de forças políticas, aqueles que defendem e impõem interesses voltados para o processo de valorização dispõem, empiricamente, de um peso predominante (...)” (OFFE, 1984: 143); o ponto de tensão estaria na incapacidade de demonstração da *necessidade estrutural* desse fenômeno, fundamental, inclusive, para compreender o caráter de classe do Estado.

Para o autor, mais do que servir aos interesses de uma classe dominante, o Estado, por meio de sua estrutura institucional, procura garantir de forma duradoura as regras que formalizam e concretizam as *relações de classe específicas de uma sociedade capitalista*. Ou seja, trata-se de pensar que ao invés de defender interesses particulares, o Estado precisa realizar os interesses comuns de uma sociedade capitalista de classes. Há uma especificidade na abordagem de Offe que claramente determina as possibilidades de derivação de seus argumentos. Propõe-se a pensar o Estado *capitalista*⁴⁷, com sua forma-conteúdo particular, e,

⁴⁵ Apesar do destaque dado a esses dois autores, não podemos esquecer também a contribuição, ainda que mais periférica, de David Harvey em *A teoria marxista do Estado* (2005).

⁴⁶ Teórico marxista alemão formado no *Instituto Para a Pesquisa Social* (Institut für Sozialforschung) da Universidade de Frankfurt, tido como um dos representantes de um legado crítico deixado pela chamada “Escola de Frankfurt”.

⁴⁷ Isabel de Oliveira (1990), no texto *Estado e trabalho na sociologia crítica de Claus Offe* (reflexão sintética sobre a abordagem teórica desenvolvida por Offe a respeito do Estado, da categoria trabalho e das políticas sociais), avisa: “Offe nos fala das sociedades capitalistas. Não é possível transpor seu esquema analítico para a compreensão das sociedades socialistas, nem para sociedades precariamente industrializadas. Mas, para as sociedades capitalistas, regidas pela democracia, é perfeitamente adequada sua proposição acerca da natureza da estrutura de poder que nelas se estabelece em consonância com a estratificação social e econômica, bem como sobre o seu movimento”.

portanto, a considerar os nexos que inexoravelmente sedimentam a relação entre o político e o econômico. Assim, adverte: “O conceito de Estado capitalista, abstraindo-se as diferenças históricas e as mudanças de sua estrutura e de sua função, refere-se a uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material” (OFFE e RONGE, 1984: 123).

O conteúdo desta relação entre poder político e produção material no capitalismo é determinado, segundo o autor⁴⁸, por, pelo menos, quatro aspectos funcionais: em primeiro lugar, a produção no capitalismo é privatizada, ou seja, o “poder público está estruturalmente impedido de organizar a produção material segundo seus próprios critérios ‘políticos’” (OFFE e RONGE, 1984: 123) – o que é válido mesmo quando uma parte do estoque de capital é de propriedade do Estado, pois este, em realidade, orienta seus objetivos e suas ações de forma a deixar disponível o seu capital ao processo de produção privada (bens infra-estruturais seriam um exemplo); em segundo lugar, há estruturalmente, no que concerne ao Estado, uma dependência dos impostos. Isso significa dizer, em outras palavras, que “o poder público depende, indiretamente, através dos mecanismos do sistema tributário, do volume da acumulação privada” (OFFE e RONGE, 1984: 123), fato que estabelece uma ligação entre acumulação de bens materiais como um dos requisitos da própria manifestação do poder (político); em terceiro lugar, e diretamente ligado ao aspecto anterior, considera-se a acumulação capitalista como o ponto de referência do poder político. Para Offe e Ronge (1984), se o Estado orienta suas ações de forma a preservar a continuidade da acumulação e, paralelamente, as condições para o exercício público do poder, isso não se baseia:

(...) nem em quaisquer alianças entre o aparelho estatal e certas classes ou camadas, nem no acesso privilegiado dos membros da classe capitalista aos centros de decisão do Estado. Este acesso privilegiado, quando ocorre não é causa, mas sim o reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao funcionamento da acumulação (OFFE e RONGE, 1984: 124).

Como quarto e último aspecto funcional do imbricamento entre poder político e produção material, destaca-se a importância da legitimação democrática, uma vez que qualquer agrupamento político “só consegue se apropriar do poder estatal quando encontra o apoio majoritário, através de eleições gerais” (OFFE e RONGE, 1984: 124). No entanto, para os autores:

A dependência do poder estatal a atos de aclamação, através de eleições gerais, contribui para encobrir o fato de que os recursos materiais, os únicos que permitem o exercício efetivo do poder estatal, dependem em primeira

⁴⁸ O livro *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* (1984) é composto por um conjunto de artigos de autoria de Claus Offe. Alguns desses artigos foram escritos em parceria, como é o caso do artigo intitulado: *Teses sobre a fundamentação do conceito de ‘Estado capitalista’ e sobre a pesquisa política de orientação materialista*, escrito em parceria com Volker Ronge, citado ao logo de nosso texto.

instância dos ingressos extraídos do processo de acumulação, e de que a utilização desses recursos somente é determinada pelas preferências do público eleitor na medida em que essas preferências estejam em consonância com os requisitos de uma acumulação continuada (OFFE e RONGE, 1984: 125).

É assim que Offe e Ronge (1984) desenvolvem o argumento de que o Estado capitalista está sujeito (sujeitado) a uma dupla determinação do poder político: “segundo sua *forma* institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático representativo; segundo o seu *conteúdo*, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação” (OFFE e RONGE, 1984: 125).

A partir de tal raciocínio, a ‘política’ do Estado capitalista empenhar-se-ia em produzir e reproduzir constantemente a integração e a compatibilidade entre essas quatro determinações que estruturam propriamente o Estado. A questão seria pensar de que forma, levando-se em consideração tantas variáveis, um acordo entre essas quatro determinações poderia ser alcançado. A resposta a essa questão é desenvolvida sob a tese de que *uma e somente uma* estratégia geral de ação do Estado é posta em movimento. Ela consistiria “em criar as condições segundo as quais *cada cidadão é incluído nas relações de troca*” (OFFE e RONGE, 1984: 125). Uma vez desenvolvidas as condições para a efetividade das relações de troca, os outros quatro aspectos constitutivos do Estado capitalista são igualmente considerados. Isso porque, para os autores, a estrutura do Estado capitalista somente se torna problemática se as unidades de valor⁴⁹ não puderem ser incluídas às relações de troca, das quais dependem, necessariamente, a produção e o consumo de mercadorias, portanto o processo de valorização e acumulação do capital. Nesse sentido, a forma-mercadoria vai se constituir como o “ponto de equilíbrio” geral do Estado capitalista, bem como o ponto de equilíbrio geral da acumulação. Assim, “o elo entre as estruturas políticas e as econômicas da sociedade capitalista é, portanto, a forma-mercadoria. **A estabilidade de cada uma dessas estruturas depende da universalização da forma-mercadoria**” (OFFE e RONGE, 1984: 126) (grifo nosso). O que Offe e Ronge (1984) estão indicando aqui é, em linhas gerais, a indissociabilidade estrutural entre o Estado e o capital, cuja unidade é possibilitada pela forma-mercadoria, o que nos coloca em diálogo com aquilo que Henri Lefebvre tão vigorosamente anunciava⁵⁰: “Para Lefebvre, não há separação entre o político e o econômico.

⁴⁹ O que inclui os trabalhadores, dada a ficcionalização da força de trabalho como mercadoria.

⁵⁰ As considerações sobre Estado perpassam horizontalmente todo o movimento do pensamento de Henri Lefebvre. No entanto, é em *De l'État* (4 volumes), de 1976-1978, que esta reflexão aparecerá de forma mais verticalizada e potente.

Também não se confundem. Entre eles há uma relação dialética de dupla determinação” (KOSMINKY e ANDRADE, 1996: 56).

Uma vez que a viabilidade das relações de troca, ou seja, a disposição constante das unidades de valor no mercado, não é natural, e uma vez que os mecanismos de equilíbrio do mercado (mecanismos autocorretivos) são cada vez menos eficientes à medida que o capitalismo se complexifica, o Estado capitalista tem um papel fundamental na generalização da forma-mercadoria e na incorporação das unidades de valor nas relações de troca, criando condições para que “todos os sujeitos jurídicos introduzam efetivamente nas relações de trabalho a sua propriedade (em bens ou força de trabalho)” (OFFE e RONGE, 1984: 128).

Kominsky e Andrade (1996), numa reflexão sobre a relação entre Estado e classes sociais no pensamento desenvolvido por Lefebvre em *De l'État (1976-1978)*, afirmam que a troca material pressupõe uma lógica de equivalências somente possibilitada pela ação do Estado. Afirmam, a partir de Lefebvre, que “a sociedade gerada pela mercadoria é produzida em dois momentos. O primeiro é o do estabelecimento da cadeia de equivalência dos bens. O segundo é o da entrada da força de trabalho na cadeia de equivalências” (KOSMINKY e ANDRADE, 1996: 57). O ato da troca material somente pode de ser efetuado se o desigual for equalizado; e isto por meio de uma profunda coação. A presença do Estado aí será fundamental para a constituição da cadeia de equivalências, uma vez que ele precisa garantir “tanto a validade e a execução dos trabalhos como a igualdade jurídica das partes” (KOSMINKY e ANDRADE, 1996: 58).

O que os autores – e aqui nos referimos mais especificamente a Claus Offe e Volker Ronge – estão querendo demonstrar com essas observações, em certa medida, é o fato de que a relação entre o Estado e o capital (ou entre o político e o econômico) não é contingente, conjuntural, nem ao menos é dependente ou refém da atuação de forças externas para se concretizar (como seria no caso de uma instrumentalização derivada apenas do maior ou menor poder da classe capitalista em penetrar as entranhas do arranjo institucional do Estado a fim de fazer valer os interesses da acumulação). O Estado faz valer estes interesses, pois eles não são alienígenas aos requisitos de sua reprodução; ao contrário. O argumento desenvolve-se no sentido da desmistificação da oposição entre interesses do Estado e do capital, bem como da premissa de que se o Estado direciona suas políticas e estratégias de ação aos interesses da valorização capitalista apenas o faz por ser coagido pelas forças políticas dominantes e externas à sua estrutura. Esta objeção relaciona-se intimamente com o argumento de que a estratégia mais geral do Estado capitalista não visa ao atendimento de um interesse específico de uma classe, ainda que esse atendimento se efetue empiricamente. O

que está no âmago dessa estratégia é perpetuação de uma sociedade de classes que se efetiva a partir de *relações de troca* específicas, e na qual a forma-mercadoria constitui-se como o fundamento mais geral. A tese elaborada por Offe e Ronge pode ser resumida a partir da alegação a seguir:

O fato de que certos grupos capitalistas (ou categorias da força de trabalho) sejam mais favorecidos que outros não é o objetivo, mas o sub-produto necessário de uma política que está voltada, de forma abstrata, para a conservação e a universalização da forma-mercadoria. (OFFE e RONGE, 1984: 129)

Claus Offe, no texto *Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições política* (1984), que integra o já referido livro, aponta ao menos dois problemas a serem considerados na demonstração do caráter classista da dominação política. O primeiro refere-se a uma possível confusão entre a noção de “grupos de interesses empíricos e o conceito de interesse de classe” (OFFE, 1984: 143); o segundo problema relaciona-se às noções de influência e de poder.

A pergunta que Offe (1984) se coloca é em que medida interesses particulares e estratégias políticas se constituem efetivamente como instrumento de classe e não apenas como falsa consciência. O conceito de instrumento de classe, que se opõe àqueles interesses de empresários ou grupos isolados, pressupõe que algum nível de racionalidade intermedeie a definição dos interesses. Para o autor, considerando a ‘anarquia’ da produção capitalista, é muito difícil (e pouco provável) que uma unidade de interesses capitalistas de classe possa realmente se efetivar. As diversas relações de competição entre os capitais dificultariam a percepção de uma comunidade e mesmo a “formação de uma concepção solidária, com base em um interesse compartilhado” (OFFE, 1984: 144). Além desse aspecto, a dimensão temporal seria outro elemento a colocar dificuldades para a imposição política de interesses particulares de classe, uma vez que “a pressão exercida pela competição nacional e internacional sobre a empresa individual, tanto no sentido da ação como da adaptação, proíbe uma orientação estratégica a longo prazo e força uma série de movimentos adaptativos (...)” (OFFE, 1984: 144). Por fim, existiria uma série de temas essenciais ao âmbito da política considerados fora do âmbito de interesse ou fora da zona de competência do capital individual, o que colocaria outra impossibilidade para a articulação dos capitais isolados num interesse geral. Assim, uma espécie de “miopia social, temporal e objetiva do capital individual” (OFFE, 1984: 144) acabaria por justificar os limites para a concretização de uma racionalidade comum às estratégias impostas politicamente por uma classe dominante, configurando-se, em realidade, como falsa consciência. Mesmo que empiricamente a

influência dos interesses relativos tanto à valorização do capital quanto aos objetivos de uma classe particular possa ser constatada, é preciso verificar se eles podem ser atribuídos realmente a um interesse global capitalista.

Outra problemática anunciada e que nos desperta bastante atenção refere-se às noções de influência política e de poder político. Para que a noção de poder político não sucumba a uma analogia física (força mecânica), seria preciso considerar o poder como categoria pressuposta por uma relação de complementaridade/conflito entre dois elementos. Segundo Offe (1984), para que se explicita a comprovação do caráter de classe do Estado, para que se confirme a dominação capitalista resultante do poder político exercido por uma classe no seio do aparelho estatal, seria preciso demonstrar “as analogias estruturais entre o Estado e a economia organizada sob a forma capitalista” (OFFE, 1984: 146). O desafio lançado à reflexão pelo autor se coloca no questionamento de como o “êxito da conquista da influência pode ser estruturalmente assegurado” (OFFE, 1984: 147).

É importante destacar que apesar de todo o exposto, Claus Offe não nega que haja uma dominação política exercida por meio do Estado, tampouco nega que a atuação do poder do Estado encerre um caráter de classe. O que o autor busca desvendar é a estrutura interna do sistema político que garante que a integração dos interesses particulares da valorização capitalista se realize como dominação política (de classe). Para ele, é preciso demonstrar “que o sistema de instituições políticas possui uma seletividade própria, especificamente classista, correspondente aos interesses do processo de valorização” (OFFE, 1984: 147); isso indica a necessidade de uma teoria que aponte a natureza de classe presente na estrutura própria do Estado.

O sistema de instituições políticas atuaria segundo um critério de seletividade que corresponderia a uma restrição não acidental e não aleatória de um conjunto de possibilidades. O que isso significa? Significa considerar que as possibilidades políticas passam por uma filtragem (ou por um sistema de seleção), que determina quais acontecimentos são passíveis de serem realizados e quais serão excluídos no processo político. Se algumas políticas sociais não são implementadas (ao menos satisfatoriamente), ou mesmo se as possibilidades de mudança social e política não chegam a se colocar concretamente, isso não deriva de uma incapacidade momentânea da classe dominante em fazer valer seus objetivos. Esses ‘não-acontecimentos’ estão determinados muitas vezes na própria estrutura do Estado que, através de mecanismos de seleção institucionalmente arraigados, exclui as possibilidades que coloquem em risco (ou entrem em conflito) interesses que são, simultaneamente, fundamentais à reprodução de uma classe dominante, bem como à reprodução do Estado. A

garantia dos direitos liberais, especialmente a manutenção da propriedade privada, representa um bom exemplo de como essa seletividade pode funcionar. Nesse sentido, poderíamos interpretar a **não** concretização da *função social da propriedade privada (da terra urbana)* – demanda central das entidades sociais envolvidas na luta pela Reforma Urbana – como um desses ‘não-acontecimentos’, discerníveis também a partir de um processo de filtragem que tenta excluir toda possibilidade de destituição daquilo que ameaça ou fundamenta a sociedade alicerçada na troca. Não se trata de forçar uma mistificação, dada a abstração própria do Estado. No processo político de disputa do poder isso pode *aparecer* como resultado de uma correlação de forças sempre pendente ao atendimento dos interesses particulares de uma auto-reproduzível elite política e econômica. Parece-nos, entretanto, fazer mais sentido a compreensão de que a manutenção formal e real da propriedade privada tem um sentido *essencial*, cuja explicação teórica passa pelo estabelecimento de relações estruturais^{51/52}.

Dadas as condições de sua reprodução – que inclui a produção e a reprodução de relações sociais de produção fundamentadas na troca de mercadorias –, o Estado por meio de seu aparelho institucional atua segundo uma seletividade que busca decantar um interesse de

⁵¹ As citações a seguir podem exemplificar um tipo de interpretação da qual divergimos: “Além de ignorar a proposta de plano diretor, a ‘iniciativa popular’ destacou a ‘gestão democrática das cidades’, revelando o desejo de ver ações que fossem além dos planos. A inclusão da proposta de plano diretor obrigatório na Constituição de 1988 e a subordinação a ele da aplicação dos instrumentos previstos para fazer valer a função social da propriedade (aplicação essa que deve se dar *sucessivamente* no tempo, esgotando cada medida, hierarquicamente organizada, por vez) constituem o verdadeiro aparato da **protelação** da aplicação da função social da propriedade privada” (MARICATO, 2002: 175) (Grifo nosso). /“E, tivessem os setores excluídos mais poder, o instrumento ideal a ser aplicado já existe. Trata-se da discriminatória das terras públicas, que, **caso fosse utilizada em sua plenitude**, geraria transformações radicais na sociedade brasileira” (MARICATO, 2002: 177) (Grifo nosso). Esses trechos deixam explícito que, em alguma medida, a efetivação da função da propriedade privada da terra urbana poderia ser alcançada a partir de uma mudança nos rumos das decisões e orientações definidas na esfera da política do Estado.

⁵² No processo de escrita e (re)leitura(s) deste parágrafo, lembramo-nos, especialmente, da tese de doutorado de Odete Seabra – *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: a valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo* (1987) – ainda que, aparentemente, ela não tenha uma relação tão imediata com este parágrafo em específico. Ao perseguir o contexto e a lógica que inseriu os rios e as várzeas da cidade de São Paulo no processo de produção da cidade, Odete Seabra desvelou o papel que teve a Companhia Light na produção de energia e nas obras de engenharia nos rios e nas várzeas da cidade, e, especialmente, esmiuçou a forma pela qual a Companhia (por meio de relações complexas com o setor público) se envolveu com o mercado de terras em São Paulo, se apropriando praticamente – e com a anuência da Lei de Concessão e de outras medidas no âmbito do político – de toda a várzea do Rio Pinheiros. A autora mostra de que forma a empresa responsável pela produção e distribuição de energia na cidade se utilizou jurídica, política e institucionalmente para não apenas se reproduzir enquanto empresa capitalista, mas, sobretudo, para *formar* capital no Brasil através da expropriação da terra e da instituição da propriedade privada fundiária. Por meio de inúmeros documentos, Seabra revela de que forma os interesses da Light penetraram institucionalmente no aparelho de Estado (legislação, por exemplo) e definiram politicamente o rumo de muitos dos acontecimentos que vieram a se seguir nas áreas de atuação da Companhia. Uma leitura mais apressada do processo descortinado pela autora poderia nos conduzir a uma negação (contradição) em relação ao que acabamos de afirmar mais acima. A evidência empírica de que o Estado realiza concretamente interesses particulares dificilmente poderia ser negada. O que dificilmente conseguimos explicar, mas que a noção de seletividade pode conduzir a um caminho satisfatório, é por que um aparelhamento na direção da consolidação de conteúdos diametralmente opostos aos colocados pela Light (destituição da propriedade privada da terra) dificilmente se efetuariam por meio do Estado.

classe disperso e, ao mesmo tempo, proteger o capital contra articulações e interesses contrários. O problema reside no fato de que o Estado necessita, simultaneamente, ocultar e desmentir essas atividades de seleção.

Porque é somente sob a condição de que as atividades estatais a serviço do processo de valorização permaneçam ocultas, que a base do poder soberano, do qual depende a realização dessas atividades, pode ser mantida intacta e preservada. Pois o poder soberano concretizado nas instituições políticas se vê forçado – diferentemente da violência cega, embutida nas relações de exploração econômica que se realizam na troca de equivalentes – a declarar-se e a justificar-se *como poder*. (OFFE, 1984: 162).

O que está em questão, em realidade, é o fato de que as funções de classe assumidas pelo Estado cobrem-se de um véu de neutralidade ilusória. Em nome de um ‘bem-estar’ geral⁵³, o Estado precisaria, de um lado, garantir “as condições sociais de existência do capital contra a resistência empírica dos capitais individuais”; de outro lado, velar seu caráter classista, sob o perigo de que “praticado abertamente e tornado consciente, conduza ao risco de uma polarização das classes e de uma politização da luta de classes” (OFFE, 1984: 163). Disso, resultaria um dos grandes problemas *estruturais* do Estado capitalista: o fato de que ele precisa “simultaneamente praticar e tornar invisível seu caráter de classe” (OFFE, 1984: 163). Desse entendimento, seria possível compreender porque as justificativas invocadas e as reais intenções embutidas nas ações do Estado sofrem uma profunda disjunção. O Estado precisa atuar administrativamente na direção da valorização capitalista e, ao mesmo tempo, formar uma base de consenso político.

“Bem estar para todos” é o lema de uma política econômica que torna a distribuição de renda cada vez mais desigual; a “educação como direito do cidadão” é proclamada quando se percebem afunilamentos no mercado de trabalho; a preocupação do capital com a obsolescência da indústria do armamento corresponde o apelo ao temor anticomunista da população; o desenvolvimento dos meios de destruição é racionalizado como meio para o desenvolvimento das forças produtivas (...) (OFFE, 1984: 167).

Exemplos mais próximos à nossa preocupação central podem ser iluminados: a política geral de habitação social – que aparece como generalização da propriedade privada da casa e da terra urbana – é praticada sob a manutenção jurídica e a proteção policialesca da propriedade privada da terra como direito e como fundamento da urbanização que, por seu próprio pressuposto, nega contraditoriamente a apropriação social do espaço urbano; as “contrapartidas” sociais das Operações Interligadas⁵⁴ e das Operações Urbanas

⁵³ O que significa, na verdade, a reprodução satisfatória da sociedade de classes.

⁵⁴ Anterior às Operações Urbanas, as chamadas ‘interligadas’, segundo Mariana Fix (2004) “permitiam a compra de exceção à lei do zoneamento, - como o direito de construir além do permitido, o aumento da ocupação do terreno ou a instalação de atividade não prevista pela legislação – mediante o pagamento de uma

Consoiciadas⁵⁵, cujos recursos são, respectivamente, canalizados à produção social de moradia e à produção de melhorias urbanas no perímetro da operação, aparecem sob a justificativa política de maior democratização no acesso à cidade e de desoneração do Estado, quando na verdade operam em função de uma valorização imobiliária que realiza o sentido inverso da democratização, aos custos de um grande ônus aos recursos estatais, como já foi comprovado.

As estruturas formais da democracia burguesa, afirma Claus Offe (1984), são fundamentais e indispensáveis às relações de produção, como bem ressaltou David Harvey em *A teoria marxista do Estado* (2005), numa passagem bastante semelhante: “(...) há, claramente, a percepção de que o modo capitalista de produção e a democracia burguesa são orgânicos entre si e não estão simplesmente relacionados de modo conjuntural” (HARVEY, 2005: 88). Suas funções resumem-se a, de um lado, estruturar a direção do poder político. Isso se efetiva de tal forma e com tal força que o aparelho do Estado, mesmo sob o risco de engendrar contradições profundas, supera a contradição essencial entre produção social e apropriação privada da riqueza. De outro lado, essas estruturas formais constituem um “interesse de classe (sistêmico) capitalista” (OFFE, 1984: 174) e estabelecem mecanismos ideológicos e seletivos que permitem desmentir “a cumplicidade **objetiva** entre os interesses globais de valorização e as funções estatais do capital” (OFFE, 1984: 174) (Grifo nosso).

Ora, chega ao ponto em que se coloca a pergunta sobre o sentido dos apontamentos de Claus Offe para os objetivos deste trabalho. Sem dúvida nenhuma, uma reflexão que se restringisse a discorrer “apenas” sobre o papel do Estado na sociedade e na economia organizada de forma capitalista já seria, por si mesma, espinhosa o suficiente para preencher o trabalho de toda uma vida acadêmica. Evidentemente, não tivemos tamanha pretensão e, exatamente por isso, as limitações no tratamento desta temática já estão colocadas fatalmente. Há ainda que se considerar outros limites: em primeiro lugar, ressaltamos aqueles que resultam de nossa leitura particular do autor em questão. A ênfase colocada em um trabalho

contrapartida (parte dos lucros adicionais obtidos). (...) Os recursos arrecadados destinavam-se ao Fundo Municipal de Habitação, vinculando assim interesses do mercado imobiliário à produção da habitação social” (FIX, 2004: 2).

⁵⁵ Segundo Mariana Fix (2004), as operações interligadas possuíam um limite claro, do ponto de vista econômico: a venda das contrapartidas era feita lote a lote, reduzindo o alcance dos investimentos. Entram em cena as **Operações Urbanas Consorciadas**, responsáveis pela expansão das possibilidades de negócio. “O mecanismo para obtenção de recursos é semelhante: a venda de área para construção acima do permitido pela legislação do zoneamento, bem como outras exceções definidas no projeto de lei referente a cada operação. Diferentemente das interligadas, contudo, as novas regras e incentivos passam a valer para um determinado trecho da cidade, um perímetro determinado na lei da operação; além disso, em lugar de se aplicarem os recursos em habitações de interesse social, estes se destinam a um programa de obras e serviços a serem realizados na própria região” (FIX, 2004: 3).

específico sempre correrá o risco de reduzir a complexidade do pensamento que, longe de estar imobilizado nas linhas do trabalho, possui um movimento que dá sentido seja a uma obra, seja a um percurso intelectual; em segundo lugar, os limites também se anunciam como limites do próprio autor. Mesmo já anunciando a importância da reflexão elaborada por Offe (1984) para o desenvolvimento de nossa argumentação, reconhecemos que as dificuldades colocadas na/pela leitura de seu trabalho também são produtos das lacunas interpretativas deixadas por ele ao longo do texto a propósito do Estado. Claus Offe (1984) não é propriamente um dos autores mais referenciados no tratamento da questão do Estado⁵⁶; não ao menos se o compararmos com o destaque adquirido por autores como Poulantzas e Milliband. Nem por isso deixou de ser importante. A decisão de pôr alguns dos argumentos de Claus Offe (1984) em relevo foi tomada em função das afinidades reveladas (ainda que não totalmente consolidadas) e, acima de tudo, em função da leitura ter possibilitado o início da formulação de respostas (incompletas) às nossas indagações que apenas intuitivamente poderiam ser resolvidas. A nossa inquietação orbitava em torno de um questionamento essencial, derivado da hipótese de que o processo de urbanização capitalista é violento; a saber: seria a violência imanente ou contingente a esse processo? Se fosse realizado de outra maneira, a partir de orientações políticas distintas, poderia o processo de urbanização abdicar de tal ‘característica’? As análises críticas⁵⁷ sobre o processo de urbanização capitalista não deixaram, de forma alguma, de considerar a gama de seus efeitos perversos, sobretudo, ao nível do social. As considerações sobre segregação socioespacial, periferação, favelização, etc., presentes na pauta de um imenso número de estudos urbanos, atestam essa afirmação. No entanto, consideramos que, sob o julgo analítico, tais efeitos perversos apareciam sempre potencialmente possíveis de serem sanados pela política, por meio do Estado, desde que uma ‘mentalidade’ elitista, patrimonialista e coronelista, historicamente sedimentada nas estruturas institucionais fosse substituída por outra, pluralista, democratizante e atenta às necessidades populares. Reconhecer a validade teórica desse argumento implicaria, do nosso ponto de vista, admitir que uma pacificação do processo de urbanização *capitalista*⁵⁸ (com isso queremos considerar o seu sentido e os seus efeitos) pudesse vir a ser conquistada a partir de direcionamentos políticos distintos, a partir de uma blindagem institucional que reduzisse as possibilidades de aparelhamento do Estado por uma classe dominante ou mesmo a partir de

⁵⁶ Agradecemos, em particular, a Daniel Sanfelici que, sempre atento às nossas preocupações de pesquisa, nos indicou, dentre inúmeras outras, a leitura de Claus Offe (1984).

⁵⁷ O que inclui certamente os autores previamente citados no texto: Raquel Rolnik (1994), Ermínia Maricato (2002), Flávio Villaça (2004), João Sette Ferreira (2010), Mariana Fix (2004).

⁵⁸ Não estamos considerando, portanto, um processo revolucionário.

outra forma de conceber o planejamento. Esse reconhecimento teria por conseqüência o discernimento de que o processo de urbanização capitalista é violento apenas sob certas circunstâncias políticas, podendo, obviamente, não ser em outras.

Inicialmente condição e produto da industrialização, o processo de *urbanização* no século XX assumiu outro significado à reprodução do capital, conforme assinalou Henri Lefebvre numa série de escritos sobre a problemática urbana. De forma fenomênica, esse significado pôde ser evidenciado nas cidades pela centralidade do setor imobiliário na produção capitalista do espaço urbano e por suas conseqüências correspondentes: notadamente, um crescimento substantivo de processos de especulação e valorização imobiliária. Sabe-se que o Estado encarregou-se também do processo de produção do espaço urbano, ora como mediação essencial para a realização do capital, a partir de obras infra-estruturais, por exemplo; ora, segundo afirmam, como mediação necessária à redistribuição da mais-valia global captada no seio de tal processo (políticas sociais de habitação poderiam ser um exemplo significativo). A reflexão desenvolvida por Claus Offe (1984) nos ajuda a relativizar esse caráter ‘servil’ do Estado e nos impele a considerar também o fato de que o processo de urbanização levado a cabo pelo Estado é um dos fatores que permite, *objetivamente*, a manifestação e a reprodução de seu *poder* (político). Tal reflexão permite-nos também situar mais claramente os contornos do Estado capitalista, a partir dos nexos que o ligam necessariamente à economia, mas fundamentalmente ao capital (como relação social). A leitura do que segue pressupõe, portanto, que se considere o Estado nesta e por esta relação. Por fim, podemos dizer que as ponderações selecionadas, ao possibilitar uma abordagem sobre o Estado, permitiram ressignificações de nossa leitura da obra lefebvriana, que, a partir deste momento do texto, passa a ser a mais fundamental referência na discussão sobre os entrelaçamentos do urbanismo com o Estado.

Crítico implacável do Estado, Henri Lefebvre foi quem primeiro (e mais) nos incitou a considerar a potência de sua análise para o desvendamento da realidade social, bem como o papel crítico do urbanismo no processo de produção e reprodução do espaço. A radicalidade de seu pensamento tem profunda relação com a extensa e rigorosa leitura de Marx, que permitiu a Lefebvre prolongar (não-dogmaticamente) o pensamento marxiano, o que incluiu a formulação de reflexões originais possibilitadas pelo surgimento de novas questões postas no/pelo mundo moderno. Dentre elas, podemos destacar, além de sua abordagem sobre a problemática urbana, a importante reflexão sobre o Estado, o político e as instituições, que perpassa a obra do autor.

No início deste trabalho, sinalizamos o fato de que, para Lefebvre, compreender a sociedade contemporânea significaria compreender que a reprodução das relações sociais de produção – fundamento da reprodução social do capital – não se restringe mais tão somente ‘aos momentos da fábrica’, ou seja, a produção e a reprodução de relações de produção não se realizariam mais apenas a partir das forças produtivas. O mundo observado ao longo do século XX sugeria ao autor a emergência de novas relações sociais, bem como permanência de relações essenciais de dominação, exploração e humilhação, reproduzidas extensivamente em todos os momentos da vida social: trabalho, vida privada, lazer. A questão seria entender de que forma essa passagem, bem como essa expansão se realizariam. Em Lefebvre, um dos elementos-chave de desvendamento desse processo seria reconhecer o papel do Estado e das instituições na *produção*⁵⁹ *política da sociedade*.

Tal como Offe (1984), ainda que por um percurso completamente distinto, Henri Lefebvre parte do fundamento, que a nós é essencial, de que há um acordo necessário, um condicionamento estrutural (estruturante) entre o econômico, o político e o social. E esta é uma premissa fundamental para compreender o movimento de seu pensamento. Diferentemente de uma série de autores marxistas, Lefebvre se opõe a conceber o Estado como uma instância ou como uma superestrutura que se aparta e se coloca acima da sociedade. Para avançar com Lefebvre no entendimento dos nexos que unem o econômico, o político e o social seria preciso considerar que o Estado não se autonomizou como abstração, mas se *concretizou* como abstração ao penetrar os poros e os momentos constitutivos do laço social. Conforme nos ajuda Marília Sposito (1996):

Crer que o Estado, pela hegemonia conquistada, torna-se superior à sociedade civil, **crer que se estabelece ao nível de uma instância, que ele não contém o conjunto e não está presente em cada parte**, é um equívoco. Nada mais equivocado que a metáfora da instância, pois ela significa não compreender a inerência do político nas relações sociais, as relações de dependência e de poder que atravessam dominadores e dominados, governantes e governados; relações que penetram a família, a sexualidade, o ensino, a moral e os valores, o espaço e a vida cotidiana. (SPOSITO, 1996: 45) (Grifo nosso).

Para alcançar este entendimento a propósito do Estado, Lefebvre examina aquilo que já se anunciava anteriormente em nosso texto⁶⁰ como elo fundamental do discernimento da sociedade capitalista: as *relações de troca*. Sposito (1996) afirma que, ao invés de se limitar à investigação dos processos produtivos, Henri Lefebvre buscou avançar na reflexão da troca e

⁵⁹ Muito dos avanços interpretativos permitidos por Henri Lefebvre decorre de sua formulação teórico-conceitual que amplia o **conceito de produção**, não mais restrito à produção de coisas, de bens, mas referindo-se simultaneamente às relações sociais, valores, costumes, ideologia.

⁶⁰ A partir das contribuições de OFFE e RONGE (1984).

do mercado, no nosso entendimento, não apenas para depreender o fundamento econômico do Estado – tal como parece ser o caso da reflexão de Offe e Ronge (1984) –, mas para depreender a sua própria base social. A análise da troca ganha centralidade. Para o autor, ela não se constitui como simples permuta de objetos. A troca é relação social; é “atividade produtiva, ou seja, uma atividade capaz de produzir novas relações” (SPOSITO, 1996: 42). Sua aparente simplicidade esconde a complexidade própria ao fetiche de nossa sociedade, em que as relações sociais entre os indivíduos mascaram-se como relações entre objetos. Esse caráter fetichista da relação social não é, no entanto, mera característica da troca capitalista de mercadorias, mas seu sentido imanente. É o que permite que os processos de *abstração e quantificação* se efetivem como forma de consciência, possibilitando à troca mercantil se definir como *a forma*, por excelência, das relações sociais no capitalismo. Esse caráter simultaneamente mediato e abstrato da troca exige ao pensamento a análise minuciosa das inúmeras mediações e abstrações que a fundamentam, o que em muito nos explica as preocupações anunciadas por Lefebvre (incluindo seu exame sobre o Estado).

Essa espécie de “deslizamento da relação social entre os sujeitos para fora da consciência, eliminando o momento anterior da produção” (SPOSITO, 1996: 43) é um dos momentos fundamentais à efetivação da troca e soma-se, segundo Lefebvre (retomando Marx) a, pelo menos, dois outros momentos: em primeiro lugar, ao estabelecimento de um acordo entre as partes (trocantes e trocáveis) que possibilita a própria troca. A equalização de partes desiguais pela formalização de um contrato possibilita a regulação dos termos e a aceitação da troca. Em segundo lugar, à produção de um constrangimento que é intrínseco à troca, uma vez que “ela realiza a igualdade dos termos desiguais e implica sua aceitação” (SPOSITO, 1996: 43). Nasser e Fumagalli (1996), assim sintetizam esses três momentos inerentes à troca:

O ato da troca (que também é mental) tomado dialeticamente como unidade, apresenta-se em três momentos: a) a forma – que contém uma relação social (a mais-valia), dissimulada pela coisa; b) a equivalência – quando o objeto se torna mercadoria; c) a violência inerente ao ato que, virtual ou atual, garante a ordem. Qual ordem? A da *equivalência dos não-equivalentes*” (NASSER e FUMAGALLI, 1996: 33).

Marília Sposito (1996), bem como Kosminky e Andrade (1996), em passagens bastante esclarecedoras desse raciocínio desenvolvido por Lefebvre, destacam esse terceiro momento, imprescindível ao nosso raciocínio:

(...) a equalização do desigual, que se realiza por um ato de constrangimento, traz o poder e a violência como inerentes ao ato da troca, à sua dimensão conflituosa; ou seja, *o poder é a produção política do laço social* e tanto ele como a violência não seriam assim extra-econômicos ou extramateriais, mas

estariam pressupostos nos laços fundantes da troca social, mediatizada pela mercadoria (SPOSITO, 1996: 44) (Grifo nosso).

A troca é a equalização do desigual, equivalência do não-equivalente, identificação do não-idêntico. Pressupõe, portanto, o conflito e impõe a coerção, a autoridade, a lógica, a moral. A inerência à troca da coerção, da autoridade, da lógica e da moral consiste mais exatamente na equalização forçada do desigual, na identidade forçada do não-idêntico e na equivalência forçada do não equivalente. “Essa identificação generalizada não teria lugar se às trocas materiais não se juntasse a ação da forças, atual ou virtual”⁶¹. Assim **a violência é inerente ao econômico, como é inerente ao político**; a violência *não pode ser vista como extra-econômica*. (KOSMINSKY e ANDRADE, 1996: 57). Grifo nosso.

Fica completamente evidente que esse raciocínio nos é fundamental, mas ele ainda é insuficiente na construção de nosso raciocínio, pois a questão é compreender de que forma essa violência que é inerente à troca e, por sua vez, inerente ao econômico e ao político, permite compreender a violência que é inerente ao processo de urbanização. Voltaremos certamente a isso, mas é muito importante já começar a costurar os elos que ligam esses termos, sendo a troca um dos mais importantes.

A troca, tal como colocada por Marx e refletida por Lefebvre, pressupõe uma fórmula da equivalência (bem como a constituição de uma cadeia de equivalências) que, para se constituir, precisa necessariamente de um aparato jurídico lhe dê realidade. Esta fórmula não está dada a priori; só pode se constituir artificialmente pela força concedida, exclusivamente, ao poder. É assim que o Estado – como *forma* do poder e do político – formaliza este aparato jurídico no qual a figura do contrato permite a equalização formal do não-equivalente⁶². O Estado aparece, por isso mesmo, como a mediação necessária para a instituição da troca, como a mediação para incluir as unidades de valor às relações de troca, através do estabelecimento de uma igualdade entre as partes que naturalmente elas não possuem e sem a qual a troca não é possível. Em realidade, o Estado permite que se concretize o paradoxo de que o contrato jurídico (que equaliza as desigualdades) é a forma pacífica de instauração a violência.

As relações de troca, como vimos, são fundamento da sociedade capitalista. Ao Estado é preciso compreender que cabe, estruturalmente, garantir a reprodução das relações de produção de uma sociedade cuja sociabilidade passa necessariamente pela troca. A imprescindibilidade de generalização das relações de troca, inclusive como forma de consciência, está, portanto, pressuposta, assim como também está pressuposta a mediação do

⁶¹ LEFEBVRE, 1976, tomo III, p.33 apud KOSMINSKY e ANDRADE, 1996, p.57

⁶² Além do contrato ou do aspecto jurídico, é preciso considerar que a troca pressupõe, simultaneamente, um aspecto ético e um aspecto lógico, todos eles unificados pelo Estado.

Estado nesse processo. O resultado dessa mediação intensiva pode ser observado no fato, apontado por Lefebvre, de que na democracia burguesa – se compreendermos os seus fundamentos – todas as relações de equivalência tendem a se transformar em *relações contratuais* e em *relações institucionais*. O processo que metamorfoseia as relações de equivalência em *relações contratuais e institucionais* só pode resultar, real e virtualmente, numa universalização da violência como a forma e o conteúdo das relações sociais no capitalismo, escondida sob o véu de pacificidade que cobre a figura do contrato.

Lefebvre viu nessa generalização das relações contratuais e institucionais um momento muito importante, e pouco elucidado, para a compreensão da reprodução social capitalista. Para penetrar nessas relações, retomou a análise das instituições e do Estado. De fato, tal como ponderou David Harvey (2005), o Estado não pode ser reduzido ao conjunto integrado de suas instituições específicas; pensá-lo desta forma significaria envolvê-lo numa arriscada fetichização⁶³. Conforme acrescenta Marília Sposito (1996), partindo de Lefebvre, “o Estado institui a política como atividade superior, envolve o conjunto das instituições, das condutas e das representações, mas não se define por nenhuma delas. Sendo a forma do político, o Estado se comporta como centro de institucionalização e de decisões (...)” (SPOSITO, 1996: 45). Ainda que não definam o Estado, as instituições abrem possibilidades analíticas ao desvendamento de um processo significativo, no qual o Estado atua decisivamente: o processo de institucionalização da sociedade como um “momento de fundação do laço social, da equivalência forçada da relação de troca de sociedades onde se generaliza o mercado e a mercadoria em suas abstrações e fetiches” (SPOSITO, 1996: 46).

O que é interessante derivar do exame empreendido por Lefebvre, já considerando a contribuição de outras leituras, é o fato de que o papel do Estado não se resume a assegurar o crescimento e o processo de acumulação do capital, estritamente; ainda que essa seja a consequência lógica de sua atuação. A extensão e a generalização da forma mercadoria, bem como a universalização das relações de troca é o que permite a formação de uma base social tanto para o capital quanto para o Estado; é o que possibilita e justifica, simultaneamente, o processo de acumulação do capital e exercício do poder político do Estado – que Lefebvre

⁶³ Assim destaca David Harvey (2005) confrontando Miliband (1969): “Para ser exato, Miliband está incorreto nessa designação [“O Estado não é uma coisa (...) como tal, não existe. O que ‘o Estado’ representa são diversas instituições específicas, que, juntas, constituem sua realidade, e que interagem como partes do que pode ser chamado de sistema estatal”]. De fato, o Estado deveria ser visto, como o capital, como uma relação (OLLMAN, 1971: cap.30) ou como um processo: nesse caso, um processo de exercício de poder por meio de determinados arranjos institucionais” (HARVEY, 2005: 90). “No entanto, Miliband está correto ao afirmar que o Estado é muito mais do que o exercício do poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Nisso, as estruturas das instituições é importante (embora não fundamental)” (HARVEY, 2005: 90).

chegou a considerar como um processo de *acumulação política*. Assim, “a atividade estatal deve garantir e realizar as equivalências, aproximando-as da identificação pura e simples; ela as realiza pelo alto e como centro, penetrando todas as esferas das relações sociais, até as mais banais e cotidianas” (SPOSITO, 1996: 45).

Esta última frase destacada de Sposito (1996) anuncia uma das considerações que julgamos mais importantes do desvendamento de todo esse processo. Para Lefebvre, a generalização das relações de equivalência não é efetuada apenas pelo capital, mas também e, essencialmente, pelo Estado⁶⁴. No entanto, ela não pode ser compreendida como resultado de uma imposição advinda de cima e externamente do Estado sobre a sociedade. Seria preciso identificar que esta generalização se realiza por meio de um processo em que Estado produz, penetra e atravessa (ao menos tendencialmente) todas as relações sociais. Mas, de que forma tal atravessamento seria possível? Lefebvre considera a possibilidade de que a penetração do Estado e de sua lógica no seio da vida social – consubstanciando a lógica da troca, da equivalência, da abstração, da quantificação, da homogeneização – se efetivaria a partir de um processo de **institucionalização** da sociedade. O que significaria isto? Significaria a transformação real e potencial de toda necessidade social em instituição do Estado: “*quer se trate da justiça, do ensino, da saúde, da assistência social, do urbanismo, dos transportes, cada instituição que nasce corresponde a uma necessidade social interpretada politicamente*” (KOSMINSKY e ANDRADE, 1996: 58). Cada uma dessas “necessidades sociais interpretadas politicamente” sob a forma de uma instituição, conduzida à maneira e à lógica do Estado, permite o seu atravessamento horizontal pelos planos e momentos da vida social, abrindo o caminho real para a concretização universal das abstrações, bem como o caminho para a consolidação da estratégia que assegura criticamente a estrutura da reprodução do Estado e da reprodução do capital, qual seja, a criação das condições para a realização e perpetuação das relações de troca.

Segundo Lefebvre, este, então, é o processo que permite vislumbrar a passagem da produção e reprodução das relações de produção a partir das forças produtivas para um processo de produção política da sociedade – momento em que a reprodução das relações de produção fundamentais da sociedade capitalista é potencialmente concretizada em todos os âmbitos da vida, chegando no cotidiano, com participação ativa da figura do Estado. A chamada “produção política da sociedade”, possível por intermédio de um processo de institucionalização que se generaliza, significaria assim, em essência, a extensão social das

⁶⁴ O pressuposto teórico que permitiu a Lefebvre considerar o papel Estado fundamenta-se na consideração de que o Estado mundializou-se; não como um Estado-Mundial, mas como a forma geral do político e do poder.

relações de equivalência (bem dos processos de quantificação, homogeneização, abstração), cujo fundamento está assentado na *coerção* e na *violência*, ambos legitimados pelo Direito como recursos somente disponíveis ao poder do Estado.

Obviamente, a discussão de Lefebvre a propósito do Estado possui uma extensão e uma densidade que nos impede objetivamente de esmiuçar a fundo a potência de sua crítica⁶⁵. Isto demandaria a elaboração de outro trabalho, certamente. Exatamente por isso, nossa reflexão sobre o processo de institucionalização, bem sobre a produção política da sociedade, não pretende alcançar todos os recursos empreendidos pelo autor e que o permitiram chegar nessas elaborações teóricas – admitindo o risco potencial de alguma redução. No entanto, acreditamos que esses processos constituem mediações analíticas importantíssimas para a consideração do urbanismo e do processo de urbanização, sendo este o motivo pelo qual essas reflexões aparecem neste capítulo. No texto *O Estado e as classes sociais*, Kosminky e Andrade (1996), fazem a seguinte interpretação a respeito de umas das reflexões de Henri Lefebvre sobre o processo de institucionalização da sociedade, presente em *De l'État*:

Antes de se tornar uma instituição, uma necessidade social faz nascer uma organização em um movimento de baixo para cima. Quando a organização suscita interesse político, transforma-se em instituição, em um movimento de cima para baixo que comporta o estabelecimento de uma autoridade. (KOSMINSKY e ANDRADE, 1996: 58)

Acreditamos que a compreensão do urbanismo em seu entrelaçamento com o processo capitalista de produção do espaço urbano e, mais, com a reprodução de relações sociais de produção, passa pelo entendimento das considerações emitidas nas páginas anteriores, que inclui os processos denominados por Lefebvre como “institucionalização da sociedade” e “produção política da sociedade”. De certo, o urbanismo, se pudesse se constituir como discernimento de um espaço-tempo urbano, visando uma prática complexa, ligada, sobretudo, à apropriação social do espaço e do tempo, poderia representar uma necessidade social real traduzida ao nível da produção do urbano. Devemos considerar, inclusive, que ele pôde, de acordo com seu caráter intrínseco de necessidade social (real), ter surgido a partir do movimento “de baixo para cima”, do qual nos fala Kosminky e Andrade (1996). Todavia, a observação crítica da realidade nos incita a considerar o urbanismo como mais uma de tantas outras necessidades sociais, cuja interpretação e apropriação política permitiram a sua radical institucionalização. De agora em diante, portanto, consideraremos o urbanismo a partir da premissa de que, na sociedade moderna, ele assume a figura da instituição – expressão da

⁶⁵ Apesar da reflexão sobre o Estado perpassar diversos textos e livros, é em *De l'État* (1976-1978), 4 volumes, que Lefebvre se dedica a uma extensa meditação a este propósito.

“equivalência da lei, da moral, do campo jurídico, da igualdade abstrata” (SPOSITO, 1996: 46), a qual Lefebvre denominaria como o plano do “instituído”. Tal premissa compõe-se, dessa maneira, como a mediação essencial para a construção (e para o entendimento) da crítica⁶⁶ do urbanismo (ou, se quisermos, do planejamento urbano).

As ressalvas freqüentemente feitas⁶⁷ contra o que se convencionou chamar de “urbanismo de mercado” ou, se quisermos nos valer da denominação utilizada por Lefebvre: “urbanismo dos promotores imobiliários”, tem profunda relação com o fato de que sua ideologia muito pouco pode se sustentar enquanto ideologia, por mais estranho que isso possa parecer à primeira vista. O conteúdo de mentira que essa ideologia carrega já foi, em alguma medida, discernido. Expliquemo-nos: temos algumas razões para acreditar que, nos dias de hoje, a aderência a uma idéia geral de que o urbanismo de mercado pode possibilitar acesso real à cidade ou produzir justiça urbana só se faz cinicamente. As pessoas sabem, não importa com que grau de consciência, que um ‘projeto’ de urbanização levado a cabo pelo mercado (pelo urbanismo de mercado) tem como ponto de partida e ponto de chegada a valorização do valor, que se expressa em termos mais simples ao conhecimento como necessidade de lucro. Se socialmente ainda é possível verificar qualquer aderência ideológica a tal urbanismo, é porque a ideologia já não se dirige propriamente à consciência. Esta já conhece o conteúdo da mentira, motivo pelo qual a ideologia precisa voltar-se, por exemplo, ao inconsciente. Podemos brevemente considerar o peso da propaganda urbanística que se direciona massivamente, e cada vez mais, a esta instância psíquica. São inesgotáveis os exemplos que

⁶⁶ Aqui cabe uma observação imprescindível: estamos plenamente de acordo com uma diferenciação amplamente utilizada por Lefebvre a respeito de uma crítica do urbanismo. Para Lefebvre existiriam dois tipos fundamentais de crítica: uma **crítica de direita** e uma **crítica de esquerda**. Conforme o autor: “a **crítica de direita** é, grosso modo, uma crítica da burocracia, das intervenções estatistas, na medida em que tais intervenções perturbam a iniciativa ‘privada’, ou seja, dos capitais. Do mesmo modo, a **crítica de esquerda** é uma crítica da burocracia e da intervenção estatista, na medida em que essa intervenção não considera, ou considera mal, os usadores, a prática social, quer dizer, a prática urbana” (LEFEBVRE, 2008: 64). A crítica de direita, segundo Lefebvre, é a crítica que “oculta e justifica, direta ou indiretamente, uma ideologia neoliberal (...)” (LEFEBVRE, 1999: 17). Precisamos nos cercar de todos os cuidados ao realizar uma crítica do urbanismo que se realiza, simultaneamente, como crítica do Estado, pois ela não pretende, de forma alguma, se alinhar ao discurso neoliberal; ao contrário. De acordo com a diferenciação proposta por Lefebvre, a crítica que se pretende aqui é uma **crítica de esquerda**, à esquerda, mas que não é feita, conforme enfatizou o autor, “em nome de determinado grupo, partido ou agremiação de esquerda. Não se trata de crítica levada a cabo em nome de uma ideologia mais ou menos classificada à esquerda. É preciso ir ao cerne das coisas” (LEFEBVRE, 2008: 66). Ela tem como ponto de partida “o usador, o habitante, considerado não apenas em quantidade, à maneira habitual de cifrar o problema da moradia, mas em qualidade” (LEFEBVRE, 2008: 68). Para Lefebvre, uma crítica de esquerda só alcança o radicalismo necessário “recusando o Estado, o papel do Estado, a estratégia do Estado, a política do espaço” (LEFEBVRE, 1999: 147), sem reivindicar, entretanto, o mercado.

⁶⁷ Aqui temos de considerar não apenas as ressalvas feitas enquanto críticas teóricas, mas também as críticas empreendidas na prática, pelos cidadãos.

associam projetos urbanísticos e arquitetônicos aos desejos mais íntimos do indivíduo – incluindo uma idéia geral e abstrata de felicidade⁶⁸.

No entanto, a reflexão acima não nos parece adequada se pensarmos no urbanismo estatista (ou planejamento urbano). Lefebvre afirma que as relações de produção puderam ser apenas muito precária e indiretamente apreendidas, uma vez que a exploração (no âmbito do trabalho) foi percebida como *injustiça*. Diante desse (falso) parâmetro, aparece opostamente o Estado, como gerador de justiça e igualdade. O resultado prático desse discernimento foi o obscurecimento do papel do Estado na produção e reprodução das relações de produção capitalistas. Uma crítica mais freqüente ao Estado, conforme vimos anteriormente, direciona-se aos empecilhos políticos que impedem ou dificultam a realização da justiça, da igualdade (e mesmo da liberdade). Mas, por trás dessa crítica está colocada ainda a expectativa de que o Estado (capitalista) seja a mediação por excelência da conquista da justiça social, assim como o urbanismo estatista seja a via para a concretização da justiça socioespacial. Acontece que o urbanismo estatista, pelos seus próprios fundamentos, não pôde sequer se aproximar de tal pretensão. Nesse sentido, pensando na reflexão do parágrafo anterior, poderíamos nos arriscar a dizer que a ideologia do Estado ainda se realizaria efetivamente enquanto ideologia.

As contradições colocadas pelo processo de urbanização capitalista aparecem sintomaticamente como caos, desordem e incoerência, justificando a reivindicação insistente da ordem e da coerência como necessárias à superação dessas contradições. A prática industrial pareceu, histórica e logicamente, ser portadora de, pelo menos, duas características que explicariam, em parte, o seu ‘sucesso’: coerência e eficácia. Segundo Lefebvre, o urbanismo – solicitado a resolver ou amenizar os efeitos socioespaciais contraditórios do processo de urbanização capitalista – pretendeu seguir a racionalidade ‘eficiente’ que caracterizou a prática industrial, adotando os paradigmas da programação e da planificação como padrões próprios a si. Mas, como poderia o urbanismo resolver as contradições “senão concentrando as exigências, impondo uma homogeneidade, uma política do espaço, uma

⁶⁸ Esta reflexão deriva de nossa interpretação do pensamento desenvolvido por T. Adorno sobre a noção de *mentira manifesta*, que, em linhas muito gerais, significa quando o conteúdo de mentira da ideologia já é reconhecido e só pode se realizar como mentira manifesta e não mais enquanto ideologia. A ideologia, para ele, se volta à razão; tem seu fundamento na razão. A ideologia do fascismo e do pós-fascismo, não fundamentada e não direcionada à razão, se realizaria apenas como mentira manifesta. Dada a profundidade e as especificidades de sua reflexão, especialmente sobre a ideologia no pós-fascismo, não nos arriscamos a afirmar com toda certeza que o urbanismo de mercado não se configura como ideologia, mas como mentira manifesta. No entanto, o desvio dessa reflexão nos permite certamente elaborar tais considerações. Cabe mencionar, por fim, que nossa meditação só foi possível pelas inúmeras contribuições das disciplinas de pós-graduação: *Preconceito, Indivíduo e Cultura* e *Teoria Crítica e violência: a formação da barbárie no mundo administrado*, ministrada, respectivamente, pelos professores José Leon Crochik e Pedro Fernando da Silva, ambos do Instituto de Psicologia da USP.

programação rigorosa suprimindo, ao mesmo tempo, os símbolos, a informação, o lúdico?” (LEFEBVRE, 1999: 92).

Para o autor, sem que ao menos tenha constituído uma epistemologia própria ou formulado um pensamento teórico profundo sobre a problemática urbana, o **urbanismo** institucionalizado acabou por prolongar a racionalidade industrial à realidade urbana, traduzindo e reduzindo os problemas dessa realidade ao nível das questões técnicas e financeiras, mesmo quando aparentou preocupar-se com as questões ditas sociais. Só pôde adquirir um papel tão decisivo porque o Estado, o único ao qual o Direito concede o poder, estendeu-lhe a autoridade provisória para interferir politicamente na produção do espaço urbano. A questão essencial, no entanto, é que este sentido político foi suplantado e neutralizado por ideologias da tecnicidade e da cientificidade que o urbanismo passou a proferir em seu nome.

Obviamente, como no início deste capítulo já foi mencionado, a ‘crença’ nos ‘poderes’ da razão, da técnica, da ciência, da matemática, etc., não é um atributo específico e isolado dessa atividade denominada urbanismo, somente podendo ser compreendida na relação com a racionalidade positivista que (ainda) lhe dá subsídio. A abreviação dos problemas urbanos à escala das questões técnico-científicas sugeriu que as soluções correspondentes passassem necessariamente por esse caminho. Mas, como operar (pois assim se pretende) diante e por sobre um espaço que é produto social, admitindo as complexidades e as necessidades (sociais) que escapam ao reino da lógica formal, ao império da razão, às determinações do número e da quantidade que lhe dão fundamento? A experiência não demorou a demonstrar que uma tal operação (‘técnica’) só seria possível a partir de uma redução: a redução do espaço social a um meio vazio, plano, especular, geométrico, cabível à ação ordenadora. O que Lefebvre nos ajuda, do ponto de vista teórico, é reconhecer como as atividades empreendidas institucionalmente sob o nome de urbanismo significaram esta redução⁶⁹.

⁶⁹ Lefebvre em diversos momentos elabora sua crítica ao urbanismo dirigindo-se diretamente às figuras do urbanista e do arquiteto como responsáveis diretos por essa redução. Não se trata de uma crítica, como ele enfatiza, “ad hominem”, “uma injúria visando as pessoas” (LEFEBVRE, 1999: 137). No contexto de sua obra, é perfeitamente possível entender o sentido dessa crítica, pois, ao que parece, Lefebvre tinha uma expectativa de que se pudesse gestar um pensamento urbanístico crítico e utópico (“chamo de utópico, opondo a utópico, o que não é possível hoje, mas pode ser amanhã”), capaz de produzir uma estratégia do conhecimento voltada à formulação da problemática urbana e à concretização da prática urbana. Pode-se suspeitar que ele viu no ‘ofício’ do urbanista e do arquiteto uma centralidade nesse processo. Assim, elaborou: “arquitetos e urbanistas operam no quadro do modo de produção existente, mas eles aí têm um papel essencial, sobre eles repousa o futuro do princípio segundo o qual o espaço tem um valor de uso e não apenas um valor de troca” (LEFEBVRE, 2008: 162-163). Admitimos que temos uma dificuldade de construir uma crítica ao urbanismo, realizando, simultaneamente, uma crítica ao urbanista (como aquele que abandonou “o pequeno grão de utopia, a leve loucura que ainda poderia marcar seus trabalhos e torná-[lo] [suspeito] de má-vontade, de desobediência, de não-conformidade”) (LEFEBVRE, 1999: 92). Sentiríamos-nos na obrigação intelectual de refletir sobre o sentido

Planos e projetos de ação à escala urbana demonstram que uma das práticas do urbanismo (inclusive o estatista) foi justamente proceder sobre o espaço (urbano) a partir de sua perspectiva como continente, preenchido por um conteúdo (pessoas e objetos), ou como forma-pura, às vezes a ser esvaziada, às vezes a ser ocupada, dependendo do contexto ou da situação de interesse. Concebido como material, objetivo, neutro, e percebido como preenchido por um ‘conteúdo caótico’, o espaço urbano foi submetido à razão, à ciência (especialmente a matemática) e à tecnologia, com a expectativa de que uma ordem urbana pudesse ser estabelecida, permitindo a emergência de novas relações sociais ou, de maneira menos ambiciosa, a solução satisfatória de problemas pontuais que viessem a interferir na coerência do todo. O resultado dessa operação, segundo Carlos (2009), foi a produção de um espaço abstrato e a sistemática redução da cidade “*ao seu quadro físico, inerte*” (CARLOS, 2009: 301). Aparentemente neutro (condição adquirida por consequência da ilusão de neutralidade de técnica e da ciência), o planejamento urbano pôde apresentar-se em aparência como lógica do espaço. A análise proposta por Henri Lefebvre, no entanto, aponta outros conteúdos para este processo.

Os setores técnico-administrativos das burocracias ligadas ao urbanismo estatista – compostos por engenheiros, arquitetos, urbanistas, economistas, consultores, políticos, etc – foram colocadas ao desafio de pensar e agir sobre esse setor aparentemente livre e disponível à ação: o espaço urbano. Completamente livre à ação e à intenção desta tecnocracia? Certamente não. Contratados para o estudo e para o encontro de soluções técnico-científicas dos problemas urbanos, estes profissionais, segundo Lefebvre:

dispõem apenas de um poder de decisão limitada; com efeito, engenheiros que se tornaram administradores executam ordens, as ordens do poder político que dispõe das “variáveis estratégicas”. O poder impõe aos tecnocratas de que dispõe as escolhas decisivas. Estes propõem soluções para os problemas oficialmente reconhecidos e formulados e o poder estatal escolhe entre elas (LEFEBVRE, 1969: 15).

Com esta frase, Lefebvre nos ajuda a descortinar, ao menos, uma das muitas ilusões associadas ao urbanismo estatista. Operando um conjunto de conhecimentos disciplinares e fragmentários para a elaboração dos diagnósticos e relatórios técnicos de viabilidade para ação ao nível da cidade, este setor técnico administrativo da burocracia envolvida com o

dessa personificação do ponto de vista analítico; fato que julgamos não ter condições ou tempo de elaborar nesse momento de escrita do texto. Aqui, portanto, abdicaremos da crítica voltada ao urbanista ou ao arquiteto, tal qual realizada por Lefebvre, ainda que sua reflexão seja a base fundamental de nosso raciocínio. A crítica volta-se ao urbanismo estatista (ao planejamento urbano). Não pretendemos, entretanto, produzir uma fetichização, dotando ‘o urbanismo’ da qualidade de sujeito do processo de urbanização. O esforço aqui será o de compreender de que forma uma racionalidade específica orienta uma prática, e, inversamente, de que forma uma prática (a do urbanismo) reflete e define uma racionalidade – a do Estado capitalista.

planejamento está muito longe de representar seja a objetividade, a neutralidade e as certezas da ciência, seja as boas intenções individuais dos profissionais ou mesmo as demandas oriundas das necessidades sociais reais. Este setor obedece apenas a uma demanda e encomenda – para usar os termos proferidos por Lefebvre – aquela que provém do Estado, nível mais geral e abstrato do poder, nível em que as estratégias (que são políticas e econômicas) se formulam de acordo com uma racionalidade própria. O que este setor pode, no máximo, representar são as demandas do político e, simultaneamente, do econômico. Daria para extrair da citação acima, inclusive, o fato de que nem mesmo caberia à tecnocracia decidir e legitimar quais são os problemas urbanos por excelência e, portanto, passíveis de serem postos à operacionalização⁷⁰. Esses são definidos em escalas mais altas do poder do Estado, segundo uma racionalidade coerente com a reprodução de sua estrutura. O planejamento, representado por uma burocracia e uma tecnocracia? Executa mais do que comanda, o que não retira, entretanto, sua importância.

Lefebvre, em *A Revolução Urbana* (1999) propõe uma análise metodológica do urbano a partir de um quadro sincrônico de níveis distintos. Define três níveis: o nível G (global), o nível M (misto) e o nível P (privado). O nível G é o nível propriamente do Estado e do poder, onde as estratégias (lógicas) mais abstratas se formulam e se consolidam. “Esse nível global é o das relações as mais gerais, portanto, as mais abstratas e, no entanto, essenciais: mercados de capitais, política do espaço.” (LEFEBVRE, 1999: 78). No entanto, esse nível global, mais abstrato chega e interfere em um plano mais imediato, prático-sensível, da vida cotidiana. Como? Para Lefebvre, existiria um nível M (misto ou médio), propriamente urbano. Este nível, urbano, constituiria a mediação pela qual o nível mais abstrato (o nível global) poderia se concretizar no nível mais íntimo, o nível privado. Do ponto de vista teórico, a importância da reflexão sobre esse urbanismo estatista – executor das demandas e encomendas desse nível mais geral e abstrato, dentre outras, consiste no fato de que ele nos permite um acesso ao nível (M) que potencialmente pode nos esclarecer de que forma (e com qual força) as abstrações se concretizam ao nível da vida cotidiana⁷¹.

⁷⁰ Apenas para continuar no exemplo da propriedade privada da terra que nos chama particular atenção: não queremos dizer com as afirmações acima que o setor técnico-administrativo ligado ao planejamento não disponha de qualquer autonomia; tal afirmação seria, de todo, forçosa. O reconhecimento da propriedade privada da terra como problema urbano, ou seja, como problema ao desenvolvimento social urbano, pode eventualmente aparecer no âmbito dessa esfera da burocracia, em relatórios e diagnósticos técnicos, por exemplo, ainda que de forma dissimulada. No entanto, não caberá, certamente, a esse nível, a legitimação (formal e real) da propriedade privada da terra como um problema urbano. O setor técnico-administrativo opera apesar e reproduzindo o próprio problema. Essa é a sua condição real. A legitimação *formal* da propriedade privada da terra como problema urbano só poderia se constituir em outro nível político. Quanto a uma legitimação real, só poderíamos nos referir, obviamente, a um exemplo hipotético.

⁷¹ É possível considerar, inversamente e simultaneamente, que a relação entre o nível global e o nível privado

Vimos que os problemas urbanos se colocam à ação (ou à intenção) planejadora porque se definiram e se legitimaram, não técnica, mas política e institucionalmente como *problemas*. Dentre eles, podemos dizer que se erigiram ao menos dois como os mais importantes à atuação do planejamento: a questão das infra-estruturas urbanas (especialmente as de circulação viária) e a questão da habitação (ou da moradia)⁷². Poderíamos refletir mais verticalmente sobre esses dois problemas, mas aqui tomaremos apenas a questão da habitação, pois ela nos reconecta aos objetivos centrais de nossa preocupação.

A fim de solucionar (ou pelo menos amenizar) os problemas da habitação (problemas relativos à escassez ou precariedade), o setor técnico-especializado-administrativo, ligado ao âmbito do planejamento urbano – operando por sobre um espaço aparentemente geométrico e abstrato – produziu por toda parte uma profunda redução: transformou uma qualidade (a do habitar) em uma quantidade e em uma função – a do habitat, mesmo quando não soube que o fez. Apresentado como um problema administrativo, técnico e orçamentário, a questão da moradia foi colocada de maneira generalizada como “o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível” (LEFEBVRE, 2006: 19). Ignorando a prática social e o sentido mais qualitativo do que seria morar ou habitar, em função de uma justificada urgência⁷³, os planos e projetos direcionados à questão da habitação voltaram-se à produção de espaços simplificados, funcionais e homogêneos. A consequência mais diretamente perceptível foi a redução e a funcionalização da vida privada a “alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se” (LEFEBVRE, 1999: 79). O que tomou forma, a partir dos planos e projetos concebidos foi, segundo Lefebvre, o conceito de *habitat*. Assim sintetizou: “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 1999: 79). Esse processo e essa produção – o habitat – foram válidos para análise que Lefebvre fazia sobre a França, assim como são válidos para o que se observa no Brasil em termos de produção de habitação social. A produção de conjuntos habitacionais e seus similares – que se disseminou como fórmula de operacionalização das questões da

determina propriamente o que é o nível médio (urbano).

⁷² Lefebvre já enfatizava um processo de redução do urbano às questões relativas à moradia e aos equipamentos, o que sinalizava, para ele, uma estreiteza da vida política. Se verificarmos hoje em que consiste a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura da Cidade de São Paulo, antiga Secretaria de Planejamento Urbano, veremos que o que cabe *especificamente* ao urbano direciona-se, preferencialmente, às questões de infra-estrutura e habitação.

⁷³ É importante assinalar, sempre que possível, que o sentido crítico do habitat esbarra, do ponto de vista analítico, no reconhecimento de que as urgências individuais de acesso ao abrigo (um dos aspectos fundamentais para a reprodução social da vida) são extremamente importantes, especialmente porque esse acesso está muito longe de estar garantido no Brasil. No entanto, esse reconhecimento não pode paralisar a crítica de buscar o sentido radical da prática urbanística que encerrou o habitat.

moradia – pôde revelar empiricamente “o conceito de habitat levado à sua forma pura pela burocracia estatal” (LEFEBVRE, 2006: 19).

Complexificando ainda pouco mais a questão, Lefebvre demonstrou que a produção do habitat não se realiza apenas como produção de espaços funcionalizados, *volumes habitáveis*; a produção desses espaços também significou a produção simultânea de um tempo cotidiano, repetitivo, programado, que se estendeu para além do espaço da moradia, recobrando arredores, “(espaços intermediários, percursos, equipamentos, ‘adjacências’)” (LEFEBVRE, 2008: 128). Sob a capa da eficácia, o planejamento urbano, significou, portanto, uma atividade que programou e reduziu a prática social a funções elementares; a questão do habitat apenas revelou isso de modo mais claro. A produção da moradia, abreviada sob a lógica do habitat, bem como a produção de seus arredores coerentes, “(espaços intermediários, percursos, equipamentos, ‘adjacências’)” (LEFEBVRE, 2008: 128), representou, portanto, mais do que a produção de um volume habitável. Representou a produção de uma cotidianidade – “*funções, prescrições, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse habitat*” (LEFEBVRE, 2006: 19) – tanto quanto a reprodução das relações de produção e a produção de relações sociais novas.

Um elemento a ser considerado consiste no fato de que a produção de espaços abstratos, homogêneos e funcionais⁷⁴ permitiu apenas muito residualmente a resolução rápida e prática de um problema urbano. Colateralmente, entretanto, podemos dizer que essa produção possibilitou a inserção desses espaços, produzidos enquanto unidades de valor, às relações de troca. Vejamos mais de perto esse processo. A definição política da questão da moradia como *problema urbano* não é uma decisão meramente casual, aleatória. Se, anteriormente vimos que o Estado tem uma função essencial na formalização de um aparato jurídico que possibilita a efetividade das relações de troca, haveríamos de considerar que a ele também cabe garantir praticamente a inserção das unidades de valor, incluindo a força de trabalho, nessas relações. No curso do desenvolvimento crítico do capitalismo, observamos que o salário⁷⁵ não pôde se constituir efetivamente como a categoria que garante a satisfação das necessidades básicas que reproduzem o trabalhador como força de trabalho (real ou potencial). Diante desse processo, o Estado atua sistematicamente no atendimento (crítico) das necessidades básicas que não podem ser completamente satisfeitas pelo mercado e que, no entanto, são fundamentais à reprodução da força de trabalho. Aqui já estamos levando em

⁷⁴ A forma representada pelos conjuntos habitacionais pode ser interpretada como a sua manifestação mais sintomática.

⁷⁵ Seria preciso considerar também as questões do desemprego, do exército industrial de reserva.

consideração a reflexão desenvolvida anteriormente com a ajuda dos argumentos de Claus Offe (1984) de que o Estado atua na criação das condições para que todo “cidadão” seja incluído nas relações de troca, uma vez que a própria estrutura do Estado se torna problemática se as unidades de valor não puderem ser incluídas a essas relações, das quais dependem, necessariamente, a produção e o consumo de mercadorias, portanto o processo de valorização e acumulação do capital, ponto de referência também da reprodução do Estado. A definição da questão da moradia como *problema* a ser equacionado pelo urbanismo estatista não está, portanto, desvinculada dessa problemática. Passa a ser de sua competência, ao menos parcialmente, o atendimento a algumas necessidades sociais básicas, fundamentais à reprodução da força de trabalho, dentre as quais a moradia é uma das mais importantes.

Acontece que a noção de *necessidade social* no capitalismo precisa ser considerada segundo uma inversão crucial apontada por Marx: como a finalidade da sociedade capitalista é a realização da valorização do valor, o trabalho – e, portanto, o trabalhador – existe para a valorização do capital, ao invés da riqueza material existir para a satisfação das necessidades amplas de desenvolvimento do indivíduo. Segundo tal racionalidade, é perfeitamente cabível que as necessidades sociais constituídas historicamente reduzam-se “à mais necessária e miserável subsistência da vida física” (MARX, 2004: 141). Soma-se a isso o fato de que, *do ponto de vista do capital*, as necessidades sociais são abreviadas a seu aspecto econômico, resultando que todo objeto de necessidade é traduzido no capitalismo sob a forma de mercadoria. Neste sentido, podemos considerar que toda necessidade social tende, no capitalismo, a realizar, acima de tudo, um valor de troca.

Seria importante considerar o *habitat* também a partir dessa premissa. Uma vez que as necessidades sociais no capitalismo foram transformadas em necessidades de um objeto, a cada necessidade social interpretada politicamente ofereceu-se um objeto enquanto forma-mercadoria. O urbanismo institucionalizado pelo Estado não pôde escapar dessa premissa. Diante do reconhecimento da necessidade social de moradia, o urbanismo estatista produziu valores de uso extremamente simplificados como meio de realização do valor de troca. Com isso, destituiu o *uso* de seu significado. É assim que o habitar (o qualitativo) desaparece como o sentido da produção do próprio espaço urbano. No seu lugar, produziu-se o habitat, a existência precária como norma, posto que as necessidades sociais foram reduzidas ao mínimo da sobrevivência. O que significou de forma mais profunda o habitat? Significou em primeiro lugar e, de forma aparentemente simples, a produção de valores de troca, a extensão do mundo da mercadoria. Nesse processo, o habitante foi “reduzido não apenas à função do habitar (ao habitat como função), mas à função de comprador de espaço, realizando a mais-

valia” (LEFEBVRE, 2008: 141). Em realidade, o habitat é um meio pelo qual se permite (ou se coage) o habitante a se inserir duplamente às relações de troca: como vendedor (potencial) da mercadoria força de trabalho – uma vez que a moradia é uma das condições essenciais de reprodução da vida do trabalhador – e, simultaneamente, como comprador de mercadoria (casa, espaço). A produção dos arredores, aquilo que cerca e acompanha os espaços funcionalizados de moradia – percursos, equipamentos, espaços adjacentes – apenas ampliam em escala a reprodução das relações de troca, pressuposta na lógica pertinente à produção do habitat. Isso não significa, entretanto, que o habitante é exposto pela primeira vez às relações de troca por meio do consumo do habitat. Não é exatamente disso a que se refere esse processo⁷⁶.

A conclusão mais apropriada a se derivar pode ser resumida da seguinte maneira: o planejamento urbano que se fez modelo a atender necessidades sociais urbanas codificadas como necessidades por um objeto (mercadoria) correspondente produziu valores de uso como meio, corporificação, para a realização do valor de troca. Obviamente que para o habitante, metamorfoseado em ‘consumidor de espaço’, a mercadoria se realiza por seu valor de uso, um dos motivos pelos quais o planejamento pode aparecer como atividade geradora de satisfações; o que é apenas um “fetiche de satisfação” (LEFEBVRE, 1999). O que fica, no entanto, dissimulado é o fato de que o planejamento urbano não é uma atividade que produz estritamente uma materialidade (habitações, equipamentos urbanos, a própria cidade), a ser colocada à disposição dos habitantes servindo ao uso; este entendimento seria limitado. O planejamento urbano (o urbanismo estatista) precisa ser entendido, conforme anunciamos acima, como instituição: esta atividade é responsável pela produção de uma materialidade por meio da qual se concretizam profundas abstrações: a do valor, a do Estado. A produção da materialidade, do habitat, bem como de seus arredores é a produção de uma cotidianidade, cujo sentido, conforme dissecou Henri Lefebvre, é a expressão da programação (para o consumo), da repetição dos atos; é a vida cotidiana que se realiza através da norma, dos interditos, das coações e dos constrangimentos postos pela lógica da cambialidade. Seria redutor achar que ao planejamento cabe, enquanto orientação prática, a produção da cidade enquanto valor de uso. A este sempre se vincula um valor de troca e, na verdade, no capitalismo, é somente por ele que o valor de uso existe. Assim, o que o planejamento urbano

⁷⁶ Um exemplo que pode exprimir de forma mais clara essa questão: os moradores de favelas e loteamentos irregulares que não estão inseridos nas relações formais da propriedade privada da terra, não estão, de forma alguma, excluídos das relações de troca globais que fundamentam a sociabilidade capitalista. A sua integração às relações formais de propriedade – como é o caso da possível mudança à condição de morador de conjunto habitacional – não representa a sua inclusão (primeira) às relações de troca, mas a extensão e intensificação das relações de troca no conjunto de sua própria sociabilidade.

permite é possibilidade de que a reprodução das relações de produção – as relações de troca – se efetive, mas não mais somente a partir das esferas restritas à produção de mercadorias. O planejamento urbano é, assim, uma atividade extremamente importante para que o urbano – o nível M – possa ser a mediação para a concretização das abstrações ao nível da vida privada.

O que aqui nos desperta um interesse mais específico, e que só foi possível por essa longa reflexão, é o fato de que, em realidade, em seu sentido mais profundo, o planejamento urbano é um instrumento fundamental para a extensão e generalização das relações de troca, para a reprodução das relações sociais fundamentadas na troca. *O que está no cerne dessa questão é o fato de que, ao possibilitar a extensão e generalização das relações de troca, se generaliza a violência e a coerção como fundamentos das relações sociais.* Isso porque a troca pressupõe estruturalmente um caráter violento e coercitivo, uma vez que a montagem das cadeias de equivalências só pode se realizar pela força, omitida na representação pacífica do contrato. Como destacamos antes, só há troca (ou seja, só há relação de troca) porque todas as desigualdades, diferenças, não-equivalências foram forçadamente – pelo poder – equalizadas. Somente a violência, diz Lefebvre, “permite a cisão entre esses dois momentos do ato da troca [valor de uso e valor de troca] e a preponderância do valor de troca. ‘O aniquilamento do desigual, do diferente, do conteúdo, isto é, a equalização do desigual, equivalência do não-equivalente: tal é a **lei da forma e sua força fundamental**, ela mesma fundamento do poder em geral e em particular do poder político’” (LEFEBVRE, 1977 *apud* NASSER e FUMAGALLI, 1996: 33) (Grifo nosso).

Esse sentido – o de que a violência é desdobrada no e pelo processo de urbanização capitalista, também fundamento da reprodução das relações de troca – não pode ser negligenciado. Obviamente, se se estabelece uma aderência entre as noções de violência e criminalidade, qualquer expectativa de pensar a violência como fundamento do processo de urbanização pode ser altamente frustrante. Mas, ainda que não possa se constituir por si só como processo de desfetichização e desalienação, o reconhecimento da violência nas relações de troca (relações contratuais) e, por conseguinte, nas relações institucionais, realiza a potência do sentido da crítica social. Walter Benjamin (2011 [1920]), em uma passagem bastante esclarecedora – apesar de seu conteúdo denso e profundo – assim nos ajuda a complementar o argumento:

Mesmo que este [o contrato] não tenha sido firmado pelas partes contratantes de maneira pacífica, o contrato leva, em última instância, a uma possível violência. Pois o contrato dá a cada uma das partes o direito de recorrer à violência, de um modo ou de outro, contra a outra parte contratante, caso esta rompa o contrato. E não apenas isso: do mesmo modo como o seu desfecho, também a origem de qualquer contrato aponta para a violência.

Esta não precisa estar imediatamente presente no contrato como violência instauradora do direito, mas está nele representada na medida em que o poder [Macht] que garante o contrato de direito é, por sua vez, de origem violenta, mesmo que esse poder não tenha sido introduzido no contrato pela violência (BENJAMIM, 2011: 137).

O urbanismo estatista, como instituição importante na reprodução das relações sociais de produção, atingindo todos os momentos da vida, chegando ao nível da vida cotidiana, atua, em seu sentido mais íntimo, *na extensão e generalização da violência, uma vez que ela é categoria inerente das relações de troca (também relações contratuais) que ele mesmo ajuda a reproduzir e expandir*. Daí a pertinência de sua investigação. Contrariamente a idéia de que ele produziria respostas técnicas e científicas aos problemas urbanos, de que atuaria segundo uma lógica do espaço, apontamos para o fato de que o planejamento produz um *espaço político* (que é também econômico) e *instrumental*, a partir de uma política do espaço. Com isso, corroboramos o argumento desenvolvido por Lefebvre e que parece apontar o sentido de nossa reflexão:

Uns dizem que o capitalismo se mantém unicamente pela pressão ideológica, que alguns chamam de aparelhos ideológicos do Estado. Outros dizem que as novas relações de produção se inauguram pela via política e são constituídas por meios políticos. Nenhum desses raciocínios me parece suficiente, e peço que reflitamos a esse respeito. A meu ver, as relações sociais no capitalismo, isto é, as relações de exploração e dominação, se mantêm pelo e no espaço inteiro, pelo e no *espaço instrumental* (LEFEBVRE, 2008: 156).

No entanto, enquanto for submetido às máscaras da justiça, da igualdade (e mesmo da liberdade), que acompanham ainda a representação do Estado capitalista, o *urbanismo estatista* só pode se realizar ocultando e dissimulando o que realmente produz: um espaço de “necessidades filtradas e codificadas” (LEFEBVRE, 2008: 144). Conforme apontamos anteriormente a partir de Offe (1984: 163), um dos problemas estruturais do Estado capitalista consiste em que ele precisa, simultaneamente, “praticar e tornar invisível o seu caráter de classe”. O seu caráter de instrumento de *uma classe*? Não, o seu papel na reprodução de uma *sociedade de classes* (apesar do sentido embotado atualmente), cuja sociabilidade se realiza pelas relações de equivalência. O planejamento urbano, como instituição do Estado capitalista, tem uma função importante na resolução desse problema estrutural: atua realizando e dissimulando a reprodução das relações de produção por meio da produção do espaço urbano. Segundo Lefebvre (1999), o urbanismo, em realidade, dissimula uma série de estratégias, mascara uma situação, encobrindo uma operação; “ele implica a intervenção de um poder mais que a de um conhecimento” (LEFEBVRE, 1999: 145). Este urbanismo, levando a crítica às suas últimas conseqüências, permite que o poder do Estado se concretize

por meio da produção de um espaço que é, simultaneamente, político e instrumental. Assim, este urbanismo domina (ou ao menos pretende dominar) e submete à sua ordem – aquela do Estado – o processo de urbanização e a prática urbana. (LEFEBVRE, 1999). Qual a potência dessa ordem, no que ela resulta? Sem exagerar, podemos dizer que ela resulta na produção de um “**espaço repressivo**” (LEFEBVRE, 1999), onde se expressam todos os constrangimentos da cambialidade pressuposta nas relações de troca, e onde a prática social se realiza a partir de determinações que, ao invés de libertar, aprisionam: determinações que são da ordem do quantitativo, do repetitivo, do homogêneo, do abstrato. Se é possível reivindicar outra prática social? Certamente, mas não a partir de uma simultânea reivindicação do Estado e de suas instituições – dentre elas o planejamento urbano, por todos os motivos já longamente expostos. Nesse sentido, a citação abaixo de Ana Fani Carlos (2009), parece traduzir com clareza nossa ressalva:

A crença no planejamento e a fé no Estado, como possibilidade de transformação da realidade, sinaliza a vitória da lógica contra a dialética, o aprisionamento do real em busca de uma compreensão do mundo em sua negatividade. [...] Acreditar no capitalismo como possibilidade de estabelecer os termos de superação da condição do homem enquanto consumidor coloca-nos diante de um futuro sombrio (CARLOS, 2009: 305).

4. Formas de manifestação da violência do processo de urbanização: aproximações com o cotidiano.

A reflexão anunciada no primeiro capítulo deste trabalho revela nossa intenção particular de deslocar a abordagem sobre a relação entre *violência urbana* e *criminalidade* em direção à consideração da violência como conteúdo do processo de urbanização. Indicamos como uma das possibilidades de acesso a esse conteúdo a aproximação analítica de um plano (ou nível): o da vida cotidiana. O nosso interesse por esse nível e o reconhecimento de sua potência tem ligação direta com o enorme esforço teórico empreendido por Henri Lefebvre em incorporar a análise da vida cotidiana no desvendamento do mundo moderno, que, segundo o autor, foi historicamente subestimada pela tradição filosófica ocidental. Julgamos que apenas em função dessa aproximação com uma teoria crítica da vida cotidiana, se assim podemos dizer, foi possível caminhar no sentido da ressignificação de um conjunto de observações apenas muito residualmente discerníveis.

O processo de urbanização (capitalista) seria apenas parcialmente compreendido se identificado estritamente como produção de uma materialidade, comumente denominada de ‘cidade’. O processo de urbanização refere-se a uma escala mais ampla: é produção de materialidade, certamente, mas também de imaterialidades, é produção de relações sociais, reprodução de abstrações, produção de um espaço, mas também produção de um tempo cotidiano, de um cotidiano. Este cotidiano, longe de representar um aspecto (ou produto) menor ou menos relevante do próprio processo de urbanização, se insinua com força ao desvendamento da sociedade, uma vez que permite alcançar camadas ou níveis distintos, mas igualmente complexos. Em primeiro lugar, permite acessar um movimento: o da concretização das abstrações fundamentais da sociedade capitalista. Sua análise, no interior de uma reflexão sobre a problemática urbana, colabora de maneira expressiva para o entendimento de como abstrações profundas – a lógica do valor, bem como a lógica do Estado, e, assim, a lógica do processo de urbanização capitalista que incorpora as duas primeiras – se concretizam, ‘chegam’ e ‘pesam’ no plano do vivido, mesmo que com resistências. Em segundo lugar, podemos dizer que esse nível mais íntimo – o da vida cotidiana – revelaria como todas essas lógicas não se concretizam nem harmoniosamente, tampouco pacificamente. Tais lógicas se impõem violentamente, de forma direta ou difusa, mas realmente.

No segundo e no terceiro capítulo, vimos que a violência do processo de urbanização se realiza, respectivamente, como reprodução das relações de propriedade e reprodução das relações de troca. Essas relações não são, entretanto, somente abstratas. A vida cotidiana revela que as pessoas vivem concretamente essas relações e, com elas e para além delas, também vivem praticamente outros tantos *conteúdos* declaradores do fato de que o processo de urbanização se efetiva também violentamente. Nesse sentido, podemos dizer que, do ponto de vista da experiência urbana, normatizações, interdições, hierarquizações, coações, repressões e opressões (mais ou menos reveladas), programações e repetições, homogeneizações, quantificações – todas elas entendidas como constrangimentos – inscritas num espaço e num tempo (cotidiano) são algumas das formas de como a violência do processo de urbanização capitalista pode se manifestar; ainda que seja preciso ponderar que a vida cotidiana não é determinada apenas por constrangimentos.

Tendo em vista essas considerações, incorporamos como nosso desafio a aproximação com o nível da vida cotidiana. Cabe dizer, contudo, que essa aproximação foi apenas inicial e parcial. Isso porque existe uma complexidade própria a esse nível que determina a complexidade da análise. Em Lefebvre, o cotidiano é um conceito propriamente complexo e, no limite, difícil de ser apreendido em toda a sua profundidade; o que sempre aponta para o risco de alguma redução. Dentre elas, podemos dizer que apenas muito simploriamente seria possível considerar o cotidiano como a vida de todo dia, que no dia seguinte se repete mais uma vez; às vezes com novidades, mas na maioria das vezes como o mesmo, repostado sempre novamente. Mesmo que seja acertado colocar acento sobre a noção de repetição – marca desse conceito de cotidiano –, ela possui um conteúdo essencialmente substantivo, que precisa ser remetido aos fundamentos da sociedade capitalista que consubstancia a formação de uma vida cotidiana degenerada num cotidiano impregnado de misérias e reduções que impedem ou barram a concretização de uma vida cotidiana carregada de subjetividades e apropriações. Apesar de sua potência virtualmente colocada na realidade, a formação do cotidiano, tal como colocado no mundo moderno, remete aos resultados do prolongamento dos imperativos da racionalidade industrial no seio da vida urbana.

Já tivemos a oportunidade de abordar em momentos distintos do trabalho alguns dos conteúdos que caracterizam o conceito de cotidiano, tal como formulado por Lefebvre⁷⁷. Cabem aqui, entretanto, alguns apontamentos breves e importantes. O prolongamento de uma racionalidade industrial no seio da realidade urbana tem, segundo Lefebvre, conseqüências

⁷⁷ Talvez não fosse necessário destacar, mas julgamos adequado: obviamente essa abordagem é conseqüência da nossa leitura da obra de Lefebvre, que certamente não é única, tampouco a verdadeira.

determinantes para o cotidiano. Os modelos de organização e gestão, que são próprios à empresa, estendem-se ao nível do cotidiano que não pode, depois disso, expressar o reino da espontaneidade⁷⁸, senão o domínio da programação. Programação, organização e direção do cotidiano para o consumo (que serve de “álibi da produção”) (LEFEBVRE, 1991:101). Seria preciso desessencializar, portanto, uma ‘inocência’ própria ao cotidiano, visto que no mundo moderno ele se tornaria “lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada” (LEFEBVRE, 1999:129); o lugar onde se reproduziriam as relações de produção.

O cotidiano não se subsume absolutamente ao domínio da programação, posto que aí subsista também um grau de irreducibilidade; esse domínio, no entanto, tende a sufocar o que Lefebvre (1991) chama de grandezas ou riquezas da vida cotidiana, a saber: vida que se perpetua; apropriação do corpo, do espaço e do tempo, do desejo; a moradia, a casa; o drama que não se reduz ao número; encontro das necessidades e dos bens; a posse, ainda mais rara que os bens; a obra e as obras; o conflito entre o apropriado e o não-apropriado. O domínio da programação, segundo o autor, iluminaria, opostamente, as inúmeras misérias reveladas nesse nível: trabalhos enfadonhos, humilhações; relações elementares com as coisas, com as necessidades e o dinheiro; reino do número; o repetitivo; prolongamento da escassez, domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão dos desejos.

Foi exatamente o reconhecimento dessa potência analítica da noção de cotidiano que nos colocou a necessidade de aproximação. Usamos esse termo – aproximação –, pois ele nos parece mais honesto para os objetivos desse trabalho, além de mais adequado, ao menos enquanto reflexão que se apropria do desenvolvimento teórico proposto por Lefebvre. A complexidade da vida cotidiana não prescinde que sua investigação passe pela filosofia, e ao mesmo tempo pela economia, pela lingüística, pela psicologia, sociologia, etc., o que não significaria, no entanto, admitir complacentemente a fragmentação do conhecimento, ainda que o estudo da vida cotidiana ofereça, segundo o autor, um ponto de encontro para as ciências parcelares. O conceito de cotidianidade, diz Lefebvre (1991), “provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela; ele nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação!” (LEFEBVRE, 1991:18). Além disso, complementa:

[A crítica da vida cotidiana] se utiliza tanto da economia e de análises econômicas, quanto da sociologia, da psicologia, da lingüística. Reciprocamente ela não pode ser enquadrada em nenhuma dessas classificações. Ela indica a emergência e urgência de uma prática social

⁷⁸ Isso não significa, no entanto, que ela desapareça. A espontaneidade subsiste, residualmente.

nova, que não mais será a da 'sociedade industrial', mas a da sociedade urbana. (LEFEBVRE, 1999:129).

Estamos tentando anunciar o fato de que um desvendamento profundo da vida cotidiana pressuporia uma análise igualmente profunda da linguagem (do discurso, mas também dos símbolos, dos signos e sinais), ao mesmo tempo, da psicologia individual e coletiva (por que não?), das ideologias, dentre uma série de outras variáveis, o que já coloca nossa impossibilidade como ponto de partida, determinada por uma formação acadêmica desde o início fragmentada. Mesmo reconhecendo alguns limites para uma investigação da vida cotidiana, não deixamos de investir um tempo da pesquisa no desvendamento de como as pessoas vivem, a fim de desvelar como são experienciados e/ou assimilados alguns dos constrangimentos postos no/pelo processo de urbanização capitalista, a partir de trabalhos de campo no recorte espacial específico desse trabalho. Além disso, procuramos não perder de vista um apontamento anunciado por Henri Lefebvre em *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno* (1991), que se refere ao fato de que uma reflexão nesse nível repousa sobre uma realidade parcial da vida social (a cotidianidade), mas sendo parcial e extremamente reveladora, a análise não pode dispensar teses nem hipóteses sobre o conjunto da sociedade.

Partindo, portanto, dessas premissas, passamos a construir nossa pesquisa de campo. Ela se dividiu em dois momentos (nem sempre separados): 1) o primeiro compreende as 'saídas de campo', em que nos propusemos a observar atentamente a área de estudo (não apenas no que se refere ao exame da paisagem ou da morfologia espacial, mas essencialmente, à observação dos ritmos cotidianos do lugar); 2) o segundo corresponde à realização de entrevistas não-diretivas. Nossas 'saídas de campo' e entrevistas foram realizadas no fragmento anunciado no segundo capítulo, que compreende: o bairro Real Parque e arredores, a favela Real Parque, a favela Jardim Panorama e o Shopping Cidade Jardim.

Adiantamos que nem sempre a realização das entrevistas foi um processo fácil. O contato com moradoras⁷⁹ do bairro Real Parque⁸⁰ dependeu de uma rede de amizades pessoais. Amigos e conhecidos indicaram-nos outros amigos, conhecidos e parentes para a realização das entrevistas, visto que esse contato seria muito difícil de ser realizado por meios

⁷⁹ No bairro Real Parque, realizamos entrevistas apenas com mulheres. É possível que as falas e respostas emitidas por essas mulheres indiquem uma questão de gênero, importante para o desvendamento da vida cotidiana. No entanto, não tivemos condições até o momento de fazer uma análise mais profunda dessa especificidade.

⁸⁰ Utilizaremos aqui, apenas para não confundir o leitor, a diferenciação entre *bairro* Real Parque e favela Real Parque.

mais diretos, sem mediação, como, por exemplo, seria no caso da tentativa de um contato direto via portarias dos edifícios e casas. Nem todos os contatos estabelecidos aceitaram conceder uma entrevista ou estabelecer um diálogo; dificuldade agravada pelo fato de que, em alguns casos, a conversa/entrevista teria de ser realizada na casa do entrevistado. Além dessas entrevistas, ainda conversamos com alguns moradores das favelas Real Parque e Jardim Panorama, sem que uma mediação similar tenha se constituído, ainda que ela tenha existido⁸¹.

Findado esse primeiro momento da pesquisa de campo, foi possível derivar algumas conclusões. No entanto, uma dificuldade, que julgamos não menos importante, se colocou na definição do método de exposição dessas conclusões. Nossa primeira e maior preocupação era como inserir as falas no interior da apresentação do texto. Em muitas situações, dado o nosso próprio constrangimento em utilizar o gravador, não registramos as conversas em áudio e, quando elas foram gravadas e transcritas, o nosso principal receio era o de tentar não utilizar instrumentalmente determinados trechos, isolando-os do contexto, para ilustrar e validar possíveis argumentos. Obviamente, consideramos que alguns pequenos trechos (ou mesmo frases curtas enunciadas) podem ser reveladores e, por isso mesmo, pertinentes à elaboração do nosso argumento. Eles aparecerão quando julgarmos interessante. Contudo, sabemos que eles não capazes por si sós de definir o conteúdo geral das falas. Além disso, temos uma preocupação particular de não conferir à fala um estatuto de verdade absoluta, pois seria preciso, quando possível, discernir os conteúdos de alienação, de ideologia, internos ao próprio discurso; mesmo que isso não seja uma tarefa simples. Nesse sentido, o desafio consiste em elaborar um texto que, simultaneamente, não tome as falas como o único absoluto, tampouco transforme o olhar (o nosso) nesse absoluto, mas que coloque uma relação complementar ‘fala-olhar’, no seio do processo interpretativo. Por fim, cabe destacar que se algum juízo for emitido, ele não corresponde a juízo moral propriamente dirigido a quem concedeu a entrevista (mesmo quando subjetivamente nos vimos potencialmente evocando juízos); é preciso compreender que as falas também revelam sintomaticamente que os indivíduos personificam a sociedade (com as suas contradições próprias). O que

⁸¹ Na favela Jardim Panorama nossa aproximação se deu diretamente, mas recortada por uma mediação importante: a Associação de Moradores da Favela Jardim Panorama. As conversas foram todas, de alguma forma, mediadas pela instituição, uma vez que os diálogos foram estabelecidos ou com o coordenador ou com pessoas que freqüentam mais sistematicamente os espaços da Associação (em função dos cursos profissionalizantes e de outras atividades propostas pela instituição). Na favela Real Parque a aproximação foi mais complicada. Em setembro de 2010, um incêndio de grandes proporções destruiu radicalmente o cotidiano dos moradores, fazendo com que alguns conflitos se mostrassem mais claros, envolvendo o tráfico, a Organização Não-Governamental presente na favela Real Parque e os moradores. Dados alguns constrangimentos próprios a essa situação, optamos por não estabelecer um contato direto ou institucional. As conversas realizadas com algumas moradoras da favela Real Parque foram possíveis por meio da mediação do local de trabalho (mais propriamente, alguns estabelecimentos comerciais situados do bairro homônimo).

apresentamos, portanto, a seguir, será um breve resultado conclusivo, teórico e aberto das pesquisas de campo.

Dada a complexidade do cotidiano, como um nível específico, a pergunta realizada desde o início do processo investigativo foi: como proceder para a investigação? Nossa intenção era abrir um leque de conversas com moradores e trabalhadores do bairro Real Parque, bem como com moradores da favela Real Parque e Jardim Panorama, a fim de tentar compreender a experiência do vivido dos indivíduos na sua relação com o lugar de moradia e/ou trabalho. As conversas e observações foram estabelecidas no sentido de desvelar os interstícios dessa relação. A partir de algumas perguntas disparadoras⁸² sobre a relação dos moradores com o lugar, temáticas recorrentes (como, por exemplo, a questão do medo e da insegurança) apareceram na maioria das conversas, indicando, segundo nossa hipótese, elementos importantes para análise da cotidianidade. Nossa preocupação, subjacente a essas perguntas disparadoras, reside na tentativa de elucidar como alguns constrangimentos postos pelo/no processo de urbanização são vividos. Além disso, se são vividos, seria necessário colocar uma pergunta adicional: haveria uma ‘questão de classe’ permeando a experiência desses constrangimentos⁸³? Todos vivem segundo os mesmos constrangimentos? Todos respondem aos diversos constrangimentos da mesma forma? A experiência de campo revela que não exatamente. É certo que há uma miséria geral da vida cotidiana, que atinge a todos, bem como é certo que essa vida cotidiana é conformada segundo um grande número de constrangimentos. Mas eles não se colocam com a mesma radicalidade indistintamente. Aqui, selecionamos alguns dos constrangimentos que foram possíveis de ser identificados em nossa pesquisa de campo. Tentaremos descortiná-los, admitindo lacunas e incompletudes⁸⁴.

4.1. Alguns constrangimentos

Normatização, Interdição, Hierarquização e Opressão

Uma das principais normatizações inscritas no espaço urbano, bem como uma das principais interdições, pode ser observada no âmbito da rua. Conforme apontado no segundo capítulo, uma das primeiras constatações quando se caminha pela área que compreende o

⁸² Cabe ressaltar aqui que as entrevistas não tiveram um roteiro fechado, previamente realizado. Partimos de algumas perguntas disparadoras iniciais sobre ‘o dia a dia’ dos moradores e trabalhadores, sobre a relação do morador com bairro / com a vizinhança, a fim de não conduzir intensamente o movimento da conversa.

⁸³ Aqui estamos levando em consideração uma complexificação da noção de classe social, assim como estamos considerando que não seja possível atualmente pensar numa noção de classe que admita apenas uma divisão entre burgueses e proletários.

⁸⁴ Certamente, existem outros tantos constrangimentos que não serão possíveis de serem abordados, que dependerão de uma pesquisa futura.

bairro Real Parque e arredores⁸⁵ é o fato de que as ruas são particularmente vazias⁸⁶. Essa constatação, que aparece aos olhos quando se anda pelo bairro e arredores, é confirmada por quem ali reside. Nas entrevistas com as moradoras do bairro Real Parque, recorrentemente foi ponderado o fato de que muito pouco se anda nas ruas. Ao menos três motivos aparecem de forma repetida para justificar esse ‘vazio’: relevo irregular e acidentado; medo de assaltos e, por fim, “falta do que fazer na rua”.

Se a rua, em sua dimensão real e utópica, guarda o sentido do lugar do encontro, da reunião, do movimento e da mistura – que, inclusive, caracterizam o sentido também real e utópico da vida urbana –, no Real Parque e arredores, bem como no Morumbi como um todo, é difícil, no entanto, reconhecer tal negatividade (compreendendo a negatividade em sua potência de superação do que está posto). Há claramente ali uma morfologia espacial que revela um privilégio da circulação de automóveis, o que não é exclusividade desse fragmento específico, mas que aí se mostra com bastante força.

Henri Lefebvre (1991), numa reflexão bastante importante sobre o lugar social do automóvel na sociedade moderna, nos ajuda a refletir teoricamente sobre o poder das normatizações no espaço urbano. Essas normatizações, determinadas por uma lógica do processo de urbanização que sistematicamente estabelece prioridades que não visam à satisfação dos desejos, mas, ao contrário, são voltadas ao atendimento de necessidades codificadas, acarretam conseqüências arrasadoras para a vida urbana. Assim formaliza o autor:

O trânsito entra no meio das funções sociais e se classifica em primeiro lugar, o que resulta na prioridade dos estacionamentos, das vias de acesso, do sistema viário adequado. (...) Concebe-se o espaço de acordo com as pressões do automóvel. O *Circular* substitui o *Habitar*, e isso na presença da racionalidade técnica. (LEFEBVRE, 1991: 110).

Essa prioridade – que **normatiza** o espaço urbano segundo os imperativos da circulação – é um tanto quanto clara para o Morumbi. Obviamente, tal prioridade resulta numa **interdição** importantíssima: a interdição (real, mas dissimulada) do *uso* da rua e do próprio espaço urbano. Essa interdição é geral (e, ao mesmo tempo, relativa). O processo de urbanização que ali se constituiu priorizou a circulação (do automóvel privado), bem como a

⁸⁵ O que é válido também para o distrito do Morumbi de uma maneira geral.

⁸⁶ Indicamos como uma exceção importante no Real Parque a rua Dqa. de Goiás, rua que marca visivelmente a separação entre a Favela Real Parque e o bairro Real Parque, em que se observa uma maior concentração comercial. Mesmo assim, essa exceção não chega nem a deslegitimar nossa constatação, nem tampouco chega a constituir uma especificidade quanto à apropriação da rua.

passagem funcional do pedestre⁸⁷. ‘Modalidades’ de *uso* da rua que se situem numa dimensão um pouco mais ampla do que a redução caracterizada pela *passagem-circulação*, são apenas precariamente observadas. No que concerne aos moradores do *bairro* Real Parque (e de outros bairros contíguos), há, especialmente nos fins de tarde e aos finais de semana, uma utilização comum das praças públicas para a prática de atividades esportivas. Mas é preciso ter em mente que isso se realiza apenas residualmente. De uma forma geral, a rua é um espaço funcionalizado, concebido prioritariamente para a passagem soberana dos carros e para a passagem funcional dos pedestres. Essa passagem funcional, para os moradores do *bairro*, nem chega a se constituir integralmente, uma vez que a percepção generalizada é a de que no Real Parque “não se anda a pé”, mas essencialmente de carro.

Quando eu vim pra cá, a gente morava nos Jardins e lá é tudo a pé. Então foi uma coisa que eu senti. Eu não tinha carro. Sair pra comprar cigarro: você não vai na padaria da esquina, você tem que pegar o carro. Então até percebi que engordei, porque você só anda de carro. Nessa rua que eu moro você não faz nada a pé. Então, assim, eu fazia coisa a pé. Aqui eu não faço. Tem uma subida, é perigoso, tem um monte de história de assalto.

Eu gosto da localização [do bairro], gosto do sossego. Eu acho que tem qualidade morar aqui. Acho que tem tudo pertinho, por mais que você tem que fazer tudo de carro.

Não faz muito tempo abriu um Pão de Açúcar aqui [no Real Parque]. Abriram duas padarias também. (...) É tudo de carro. É um bairro que não se anda a pé. A minha comadre mora ali do lado da Paulista, na Bela Cintra. Ela faz tudo de ônibus e de metrô. Aqui eu não posso.

Obviamente que essa não é uma realidade para todos os moradores ou trabalhadores dessa área que compreende, popularmente, os bairros Real Parque, Vila Morumbi e Vila Tramontano, assim como as favelas Real Parque e Jardim Panorama. Quando se anda por essa área determinada, não é difícil perceber que uma presença escassa (mas existente) de pedestres, se constitui, em maioria, de trabalhadores especialmente ligados à prestação de serviços nos comércios e residências da região⁸⁸, devido à necessidade de deslocamento em direção ao trabalho, aos escassos pontos de ônibus ou às suas residências próximas.

Quais seriam as conseqüências dessa *normatização da rua*, prioritariamente concebida para a circulação rápida de pessoas e de automóveis (particulares)? Além de uma **interdição**

⁸⁷ Cabe lembrar apenas que essa ‘característica’ não é propriamente uma especificidade do fragmento espacial considerado, mas orientação (tendencial) do próprio processo capitalista de produção do espaço urbano.

⁸⁸ Aqui cabe repetir o que anunciamos no segundo capítulo: “Não é muito difícil chegar a uma conclusão como essa em uma sociedade onde a distinção de classe se coloca também como distinção de cor, de maneiras de se vestir, e, inclusive, na forma de deslocamento pela cidade (ainda que saibamos do risco de reproduzir preconceitos e estigmatizações sociais)”.

generalizada do uso, seria importante considerar, simultaneamente, que o automóvel (essa centralidade) também dá lugar à **hierarquias/hierarquizações**. Segundo Lefebvre (1991:121), a hierarquia perceptível e sensível (tamanho, potência, preço) se desdobra em uma hierarquia mais complexa e sutil, a das performances (a capacidade de dirigir o carro). Essas hierarquias correspondem à hierarquia social; há uma analogia entre a hierarquia do status social e a dos carros. Afirma o autor: “o carro é símbolo de posição social e prestígio. Nele tudo é sonho e simbolismo: de conforto, de poder, de prestígio, de velocidade. Ao uso prático se sobrepõe o consumo de signos” (LEFEBVRE, 1991:121). Essa priorização – a da circulação dos automóveis – estabelece, assim, ao nível da vida cotidiana, mais do que simplesmente um conjunto de interdições; estabelece uma série de hierarquizações das mais complicadas. Mais sutilmente, estabelece hierarquias dentro de um determinado extrato de classe (marcadamente aquele extrato que compartilha de similares condições monetarizadas de acesso ao mundo das mercadorias socialmente distintivas: casa e carro, e que, exatamente por conta dessa semelhante condição, pode morar e circular no bairro Real Parque). Uma das moradoras do bairro parece deixar evidente esse fato:

Aqui tem muito novo rico, gente a fim de gastar dinheiro. Então você sai de manhã, eu vou para o trabalho e tem uma concorrência de carros importados, sempre. Então é um bairro onde as pessoas têm um poder aquisitivo muito grande. O condomínio que eu moro não é esse perfil de moradores.

Mas, para além dessas ‘hierarquias sutis’, podemos dizer tal priorização contribui para a formação de **hierarquizações** mais dramáticas. Dentre elas, podemos citar o fato de que para os trabalhadores dessa área (prestadores de serviços desse extrato de classe mais enriquecido), assim como para os moradores das favelas próximas, o reconhecimento de sua condição na totalidade social também é determinado por essa hierarquia “perceptível e sensível” que a exibição passageira (mas, permanente) do automóvel insinua. “Aqui [nesse bairro] só tem carrão” / “Aqui só tem carro importado”, são frases que situam (ou insinuem) o poder de determinação do automóvel na conformação de hierarquias sociais, percebidas ao nível da vida cotidiana.

Certamente, isso a que chamamos aqui de ‘hierarquizações dramáticas’ não decorre somente de uma relação (ou analogia) estrita entre a hierarquia do status social e a hierarquia dos carros. Essas hierarquizações também são determinadas por outras mercadorias, posto que o que está em questão é a hierarquização determinada pela própria forma-mercadoria. Um exemplo bastante relevante para esse fragmento espacial pode ser traduzido pela hierarquização também determinada pela habitação/moradia. A proximidade entre o que

popularmente se chama de “o Real Parque rico” e a favela Real Parque, e ainda mais radicalmente, entre o maior empreendimento de luxo da América Latina – o Empreendimento Parque Cidade Jardim – com a favela Jardim Panorama, nos faz refletir sobre como essa forma (abstrata) tem um papel fundamental na produção de hierarquizações sociais (e espaciais), vividas, nos arriscamos a dizer, senão opressivamente.

Esse fato nos lembra uma passagem importantíssima dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de Marx (2004 [1844]) que, apesar da distância temporal, ainda é sintomática do nosso tempo e de nossa realidade espacial:

O selvagem na sua caverna – esse pitoresco elemento natural oferecendo-se para fruição e abrigo – não se sente estranho, ou sente-se, antes, como em casa, como o *peixe* na água. Mas, o porão dos pobres é uma habitação hostil, “que a ele resiste como potência estranha, que apenas se lhe entrega na medida mesma em que ele entrega a ela seu suor de sangue” (...). **Do mesmo modo, ele [o pobre] sabe a qualidade de sua habitação em oposição com a habitação humana residente no outro lado, no céu da riqueza.** (MARX, 2004:146 e 147) (Grifo nosso).

O reconhecimento das normatizações espaciais que possuem uma relação com o plano das hierarquias determinadas pelo tipo de habitação e pelo tipo de automóvel, nos ajuda a situar a potência das hierarquizações ‘perceptíveis e sensíveis’ como hierarquizações que são, simultaneamente, econômicas, sociais e espaciais, sentidas mais ou menos dramaticamente pelo habitante da cidade capitalista.

Podemos dizer, a partir dessas observações, que a passagem residual e funcional dos pedestres, que contrasta com a circulação sempre presente do automóvel; a exposição mercantil e quase espetacular dos automóveis e dos mais belos exemplos da habitação na sua função predominante de mercadoria (que possui, inclusive, o feitiço de ‘naturalmente’ **diferenciar** e **hierarquizar** socialmente os portadores de tais mercadorias), fazendo da rua uma vitrine de lindos, caros e exclusivos edifícios (e casas) são apenas alguns elementos que aí depõem “*contra a rua*”⁸⁹ (LEFEBVRE, 1999:28). Ao invés da comunicação e do ruído, o silêncio; ao invés do cheio (e vivo), o vazio; ao invés da presença; a ausência; ao invés do encontro e da reunião, a dispersão (ainda que os primeiros elementos dessas oposições sejam sempre virtualmente possíveis). Qual é o sentido que a rua (nesse fragmento espacial) adquire senão aquele ligado a seu aspecto repressivo? Repressivo porque extremamente redutor. É muito difícil, nesse sentido, não considerar todas as analogias possíveis com as considerações feitas por Henri Lefebvre (1999), a propósito de uma crítica a rua:

⁸⁹ Expressão utilizada por Henri Lefebvre em *A Revolução Urbana* (1999).

(...) a rua torna-se o lugar privilegiado de uma repressão, possibilitada pelo caráter “real” das relações que aí se constituem, ou seja, ao mesmo tempo débil e alienado-alienante. A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. [...] Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pode senão perdê-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados). [...] Ela não é mais do que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo (LEFEBVRE, 1999: 28 e 29).

O que os trabalhos de campo iluminaram, ao menos a esse respeito, foi o fato de que o processo de urbanização colocou como seu próprio fundamento e resultado um conjunto de limites e interdições quanto ao uso do espaço pelo habitante, o que nos levou a considerar a potência das normas inscritas no espaço urbano – mesmo que invisivelmente. O problema adicional é que essas normatizações também configuram, no limite, hierarquizações, que se traduzem subjetiva e objetivamente também como um conjunto de **opressões** (nem sempre reveladas).

4.2. Algumas categorias para pensar o cotidiano (ou a sua miséria)

Ao refletir sobre as entrevistas, pudemos perceber que elas apontavam aspectos relevantes para a reflexão do cotidiano, mas não do cotidiano de forma generalizada; ao invés disso, o conjunto das conversas sinalizou a possibilidade de que algumas ‘categorias’ pudessem vir a ser definidas para a investigação da vida cotidiana, para o reconhecimento de sua miséria, e mais: para a comprovação de que alguma pertinência reside na inversão analítica tal como proposta neste trabalho⁹⁰.

Ponderar sobre tudo que vimos e ouvimos nos levou à consideração de que os indivíduos vivem não integralmente, mas parcial e realmente, segundo algumas categorias. Identificamos algumas: a *imobilidade*, o *isolamento* e o *enclausuramento*, o *medo* (e o sentimento de insegurança). Obviamente essas não seriam as únicas categorias a definir a vida cotidiana; esses são apenas alguns exemplos, mas importantíssimos para entender a experiência urbana possível. Certamente, é preciso considerar também que essas categorias não são vividas da mesma forma por todos os indivíduos que habitam aquele fragmento específico. Há um recorte determinado pelo dinheiro que influencia decisivamente como se vive cada uma delas. Faremos aqui o esforço de pensar individualmente em cada uma e, em

⁹⁰ Agradeço imensamente a professora Odette Seabra. Foi ela quem percebeu nas nossas entrevistas recorrências que apontavam a potência de se pensar em algumas ‘categorias’ de análise do cotidiano e que, na banca de qualificação, sugeriu considerarmos esse caminho de análise.

seguida, de refletir sobre a potência de sua unidade na compreensão do próprio processo de urbanização⁹¹.

Imobilidade

Uma das ‘características’ da experiência urbana, se assim podemos dizer, que acomete o conjunto dos moradores do fragmento espacial selecionado pode ser traduzida sob o nome de *imobilidade*. Ela é representada sob diversos aspectos.

Do ponto de vista de quem se locomove sistematicamente de carro, a imobilidade é representada pelo caos do trânsito local (e do resto da cidade). Os escassos acessos, o padrão (morfologia) das ruas, e, principalmente, os congestionamentos aparecem como o elemento que propriamente impede a mobilidade cotidiana.

O Real Parque é como se fosse um bairro dentro do Morumbi com poucas saídas de acesso e aqui cresceu muito, muito. Continua crescendo desenfreadamente e não tem infra-estrutura. E assim, são poucas saídas que você tem: ou para Marginal ou para a Avenida Morumbi. Então entope tudo.

Quando eu trabalhava, eu entrava às 8h. Como aqui é um lugar de poder aquisitivo maior, ninguém trabalha tão cedo. Então pra chegar às 8h, não tinha muito trânsito, mas se você tem que sair daqui 9h, leva uma hora [para chegar ao trabalho]. Quem mora em São Paulo se acostuma com trânsito.

Então eu acho assim, o que pesa hoje muito para mim é o trânsito perto do bairro. Isso é o que eu menos gosto. Se eu tivesse uma mobilidade, porque eu pego justamente os horários de pico, eu te juro que eu seria uma mulher muito mais feliz. Tem me deixado sem paciência, sem humor, sem vontade, sabe? Porque é muito chato. Talvez por eu ter carro, eu não sofra tanto com a questão do transporte coletivo. Mas é um bairro que não tem transporte coletivo. Falta transporte coletivo.

Do ponto de vista de quem não tem acesso ao transporte individual, a imobilidade é determinada pela profunda escassez de transporte público (de todos os tipos).

Hoje em dia aqui dentro passa um ônibus e o resto é tudo lotação. Mas é ruim, pára longe. A questão de transporte público é ruim aqui. Você vê muito de manhã, o pessoal [que trabalha] desce na Avenida Morumbi e vem a pé que é longe.

A questão do transporte é bem ruim. Só que assim: tem uma necessidade, por isso que eles [poder público] começaram a colocar as ruas, a lotação, mas as ruas não comportam. Porque a maioria das ruas é mão dupla, estaciona carro dos dois lados, é subida e descida, e passa lotação. É muito ruim, é muito ruim.

⁹¹ Vale a pena enfatizar que essas foram as categorias (ou variáveis) possíveis de serem apreendidas segundo a nossa experiência de campo. Certamente uma série de tantas outras podem ser identificadas a partir de outras pesquisas.

Destacamos a questão da imobilidade aqui, pois em *todas* as conversas a imobilidade apareceu como uma questão essencial, central, que determina a forma como se percebe o próprio cotidiano na relação com o lugar. Essa parecia ser, durante o processo de investigação, uma das ‘categorias’ através das quais se percebe subjetivamente o plano das dificuldades, das impossibilidades, das misérias ao nível da vida cotidiana. A imobilidade – essencial, na medida em que influencia o acesso aos locais de emprego – aparece, segundo nossa hipótese, como uma espécie de radicalização do sofrimento que está muito mais determinado pelo trabalho do que propriamente pelo deslocamento. A imobilidade parece ser uma questão que agudiza a miséria de uma vida cotidiana que, em muito, é preenchida pelo tempo de trabalho. O descontentamento com o trabalho não aparece claramente nas falas, mas é possível perceber essa transferência. A dificuldade do acesso ao transporte público (de baixa qualidade) faz uma grande maioria se submeter a uma organização e a uma programação radical do tempo cotidiano que pode, por isso mesmo, ser cada vez menos preenchido pelo ‘tempo livre’. Mesmo para quem tem acesso ao transporte individual, a imobilidade (representada pelo permanente congestionamento) parece ser um dos principais elementos que coloca em xeque a possibilidade de que a satisfação – já pressuposta pelo ‘bom trabalho’, pela ‘boa casa’, pelo ‘bom bairro’ – seja completa. Queremos com esse tópico apenas salientar o fato de que subjetivamente a imobilidade parece apontar uma particularidade⁹² de como se percebe e se vive uma das formas de degradação da experiência urbana que se ilumina como possível.

Isolamento/Enclausuramento

Ao ouvir um pouco da relação que os moradores estabelecem com a sua casa, com a vizinhança e com os arredores, chegamos à conclusão de que a cotidianidade, tal como vivida nesse fragmento, é marcada, dentre outras coisas, pelo isolamento e enclausuramento; e isso em diversas escalas espaciais (da casa, do condomínio, do quarteirão, da favela, do bairro, etc.) e por diversos motivos.

A sensação/percepção de que “não se tem muito o quê fazer” no bairro justificaria o isolamento e o enclausuramento como formas que a experiência urbana pode assumir nesse fragmento (o que não chega a se constituir exatamente como uma particularidade). É possível depreender que *três momentos* são particularmente constitutivos dos ritmos cotidianos:

⁹² Derivada de um processo de urbanização tal como ele se orientou na metrópole e nesse fragmento em especial

trabalho, lazer, vida privada. De uma maneira geral, esses dois últimos momentos são profundamente recortados pelo consumo: de mercadorias, de serviços, de imagens (a centralidade que a televisão assume é um dos elementos potencialmente explicativos desse processo de enclausuramento).

Para as moradoras do *bairro* Real Parque (o chamado ‘Real rico’) a mediação do consumo no momento do lazer é particularmente importante. Poderíamos, inclusive, dizer que esse momento do cotidiano está altamente determinado por um dos *tipos de constrangimento* (que não foi citado mais acima, mas que é importante que se considere segundo essa determinação): que é a **programação** (para o consumo). Como essa mediação – a do consumo – é muito presente para determinar as possibilidades de lazer e como se compreende que as opções de consumo são bastante escassas nesse bairro, as falas indicam, e mesmo nossa interpretação aponta para o fato de que a degradação desse momento – o tempo livre – justifica um processo importante de isolamento e enclausuramento: ao âmbito da casa e do condomínio (mas também do shopping). Obviamente, isso desponta apenas como uma tendência generalizada⁹³. As praças públicas e parques da região parecem constituir um lugar importante nesses momentos cotidianos, mas, mesmo assim, residualmente. No entanto, é importante considerar como a percepção de que não existem opções suficientes de lazer no Real Parque determina um movimento (ao menos assim justificado): o de um aumento na centralidade da casa e do condomínio na totalidade da vida social, que indica também uma subsequente generalização do tédio.

Nessa rua tem um comércio. Aí é uma coisa super simples. Tem um ‘Pão de Açúcar’, mas é coisa recente. Agora esse condomínio é um oásis. Tem um restaurante a meu serviço aqui, a serviço dos moradores do condomínio. Se eu não quiser fazer meu almoço eu vou lá. Na verdade, o condomínio mantém [o restaurante]. A gente sabe que há um déficit. Supostamente o restaurante deveria se manter porque eu vou lá e eu pago, mas é sempre uma quantia simbólica. Eu vou lá com muita frequência. Toda sexta-feira com certeza. Mas, é interessante porque a gente tem esse serviço. Aqui tem balé. Minha filha faz balé aqui, então não precisa sair. [Esses serviços] foram o fator decisivo para eu comprar [o apartamento] aqui. O que eu percebo: aqui acabou sendo um oásis dentro do bairro e eu acho que é uma tendência muito grande. Se você pensar bem, é um lugar que você acaba nem querendo sair.

Saiu daqui, o bairro é pobre [em lazer]. Você não tem um SESC. A gente tem boas salas de cinema, mas é no shopping. Mas eu acho pouco. Não é um bairro com um movimento cultural, o que eu acho uma pena. A gente usa

⁹³ Sabemos que uma ‘degradação do tempo livre’ não é determinada apenas pelo recorte do consumo. Seria importante considerar também como um aumento do tempo despendido no trabalho, inclusive do trabalho a ser realizado, cada vez mais, no ambiente privado, influencia, paralelamente, em uma diminuição quantitativa (e qualitativa) dos momentos de ‘não-trabalho’.

muito o condomínio; usa muito no final de semana. O que me prende aqui com certeza é o condomínio. O bairro não tem muita coisa, mas eu acho ainda que é um bairro super arborizado. Apesar desse boom do entorno, você vê árvores com muita frequência. Então aqui eu tenho para área de lazer no bairro: nada. A não ser o Parque Burle Marx lá no Panamby. Eu adoro. É um parque muito gostoso. Mas, assim, aqui no nosso condomínio por ser um lugar gostoso para tomar sol, para caminhar, a gente nem vai. Fomos poucas vezes.

O que tem que a gente faz [aqui no Real Parque]: tem a pracinha que a gente vai bastante e tem um outro parque que eles falam que é “parque dos patinhos” que é o Alfredo Volpi. A gente vai lá, mas vai lá menos. Uma coisa que foi até ideia minha que eu conversei com a síndica e tal - no fim, as pessoas ficam muito no prédio, ficam muito em casa, e aqui é um prédio que não oferece nada para criança -, eu montei uma salinha de brinquedo no salão de festas porque ninguém usa o salão de festas.

Um coisa que eu acho, não é só a vida no Real Parque, mas a vida em São Paulo, chega final de semana ou você é sócio de clube ou você mora num desses prédios que tem muito hoje em dia que tem tudo ou você tem uma casa na praia ou em algum outro lugar que te agrada. A gente não tem nenhuma dessas coisas. Mas, enfim, é um plano.

Não [tem restaurante aqui no bairro]. Aqui tem padaria. Quer tomar café é na padaria, não tem um ‘Café’. Uma coisa que tem, não sei se você sabe o Pão de Açúcar, supermercado? Quando inaugurou esse Pão de Açúcar foi assim uma coisa, porque eles falam que é um Pão de Açúcar de última geração. Mas, esse Pão de Açúcar daqui, chega fim de semana, tem a “Feijoada do Bolinha”. Assim, têm eventos. Tinha música ao vivo. Porque tem um Café, dá para almoçar. Você tá almoçando no supermercado. Tem umas mesinhas. Mas, virou meio “point”. Chegava fim de semana, eu lembro que uma vez estava frio, teve uma feijoada lá e as mulheres arrumadas, de casaco e bota para ir almoçar no Pão de Açúcar. Porque não tem nada aqui. Isso é o máximo que tem por aqui, entendeu? Ah, vai inaugurar uma Decathlon, vai abrir uma Leroy. Sabe, as pessoas do bairro comentam. A inauguração do Pão de Açúcar foi festa no bairro seis meses. As pessoas contando dias para abrir a Leroy.

Ainda que comumente o enclausuramento (de uma genérica classe média) apareça nos meios de comunicação de massa como o resultado direto do medo que às pessoas têm de serem vítimas da violência urbana, isso apareceu apenas muito residualmente nas entrevistas; ainda que essa relação estivesse implícita, muitas vezes. Há no, entanto, uma relação possível a ser desvendada nesse fragmento que se refere, simultaneamente, à uma programação do cotidiano (para o consumo), que não atende às expectativas de satisfação das necessidades codificadas e que gera, por isso mesmo, um tédio que pode ser lido por meio desse cotidiano bastante enclausurado em alguns espaços específicos.

Acontece que esse enclausuramento não afeta, certamente, apenas os moradores que, entediados com as opções de lazer e de serviços do bairro ou mesmo assustados com o caos da cidade e com a criminalidade, possuem uma rotina bastante circunscrita aos espaços da casa, do prédio, do condomínio, do shopping. A presença de duas favelas nessa região, em particular, revela também a potência do enclausuramento, em outro sentido. Uma vez que todo o entorno dessas favelas é produzido para atender as necessidades (de consumo) e as demandas de um bairro marcadamente ocupado por uma população com um alto nível de rendimentos, as favelas só podem se constituir aí como o próprio enclausuramento, pelo menos em relação aos arredores. A programação do cotidiano aí, ainda que também seja recortada, em alguma medida, pelo consumo (do qual, o das imagens é o mais importante), não se efetiva da mesma maneira. Estamos querendo enfatizar que o próprio processo de urbanização, tal como se desenvolveu nesse fragmento particular (e segundo a racionalidade própria a essa sociedade) instituiu o enclausuramento, talvez não tanto determinado pelo espaço da casa (unidade familiar), mas na escala da própria favela. Não existe um enclausuramento total; não é a isso que nos referimos. O que está colocado é um enclausuramento concreto, real. A fluidez entre esses ‘espaços enclausurados’ é determinada, na maioria das vezes, apenas pelas relações de troca.

Esses enclausuramentos não indicam, no entanto, que não haja sociabilidade. Ela existe, mas circunscrita. Pois o sentido do enclausuramento não é apenas individual. Tivemos a oportunidade de participar de duas festas na favela Jardim Panorama (festa de dia das crianças e festa do dia da solidariedade) que, inclusive, nos mostrou uma sociabilidade estendida e plástica entre os moradores das duas favelas referenciadas. O que, portanto, esses ‘enclausuramentos’ apontam não é exatamente um apartamento individual (apenas), mas, acima disso, indicam um *isolamento*, característico de uma sociabilidade marcada pelo apartamento social que é resultado de um processo de urbanização que, fundamentado pela propriedade privada da terra, é intrinsecamente segregativo.

Medo/Sentimento de insegurança

Quando perguntamos para as moradoras do *bairro* Real Parque detalhes sobre as suas vidas cotidianas, sobre o dia a dia da vida no bairro, todas enfatizaram em algum momento e recorrentemente ao longo das conversas que, apesar do Real Parque ser um “bom bairro para se viver”, um dos principais aspectos negativos seria a sensação de insegurança permanente, conseqüência do medo da criminalidade. O medo seria, inclusive, um dos principais motivos pelos quais “não se anda [a pé] no Morumbi”. O vazio das ruas (“em que não se anda a pé”) é

recorrentemente preenchido com as muitas histórias de assalto não-vividas. O medo e a insegurança são entoados com centralidade nas conversas e é legitimado pelas inúmeras histórias de assalto reproduzidas, ainda que não tenham sido pessoalmente vividas, configurando a imagem do Real Parque como um lugar “onde não se pode bobear”. Não há dúvidas de que existem assaltos, roubos ou seqüestros, etc., no Real Parque, tampouco se pode colocar em questão o quanto as pessoas são afetadas objetiva e subjetivamente a partir desse tipo de experiência. Mas, por coincidência ou não, nas nossas entrevistas, especificamente, ninguém havia passado pessoalmente por histórias semelhantes. Foi muito comum as histórias virem acompanhadas da expressão “mas, comigo nunca aconteceu nada, graças a Deus”.

Então, isso tem muito [aqui no bairro]: assalto em prédio. A pessoa fala que vai entregar uma cesta de café da manhã e é assalto. Muita história. Nunca me aconteceu nada, graças a Deus.

Eu não sei medir a violência e a segurança. Mas, acho que aqui [no bairro] tem uma coisa que você ouve muita história. Porque é essa coisa de bairro, a empregada de um sai daqui e comenta com a empregada de lá. A coisa se espalha muito. Arrastão de prédio nos Jardins você vê no jornal. No Real Parque nunca parei para ver, mas você ouve muita história. É empregada que fala: “ah você não sabe o que teve essa noite”. É muito disseminado. Isso você escuta bastante. Porque tem essa coisa de bairro. Você fica sabendo das coisas que acontecem.

[Aqui] não é um bairro para você andar a pé. Infelizmente. É um bairro cheio de morro. E essa ideia de andar de bicicleta, por exemplo, eu aderiria. Mas aqui não há chance porque é um bairro muito irregular. E andar a pé gera uma tensão muito grande, porque você ouve muita história de assalto. O fato é que eu tenho muitos amigos que já foram assaltados. Eu ainda não.

Eu nunca fui assaltada, porém muitos amigos já foram. Eu tenho histórias e mais histórias de amigos que ao ir ao caixa teve o famoso seqüestro relâmpago, que eu vou dizer a você que eu evito. Eu deixo para ir no caixa eletrônico do shopping, por exemplo, porque eu me sinto mais segura.

Em hipótese alguma você vai fazer a loucura de andar aqui de noite. Nunca faça isso mesmo. É um bairro perigoso.

Às vezes esse medo aparece revelando o sentimento da insegurança inevitável que a posição na estrutura sócio-econômica fornece, mas às vezes se transfigura e se metamorfoseia em mal-estar elaborado pelo descontentamento da proximidade entre os diferentes que partilham, mesmo sem querer, os espaços comuns requeridos como privativos.

Eu acho que quanto mais você tem, às vezes mais você atrai. O outro prédio que eu morava aqui não tinha iluminação. O muro? Eu pulo o muro. A garagem é totalmente aberta e nunca aconteceu nada. Nunca entrou ninguém dentro do prédio. Aqui na praça tem uns prédios absurdos, com coisa blindada. Sabe guarita blindada? E lá é onde mais assalta que toda

hora a gente ouve história. Eu tenho um pouco essa impressão de que quanto mais você tem, mais atrai.

Aqui [no bairro] é bem misturado. Até várias vezes, eles não têm pra onde ir – a criançada [da favela]. Então eles vão na pracinha. E você fica meio assim de ficar com seu filho. Eu lembro que uma vez eu fui [com a minha filha]; só tinha ela. E eu levei um monte de brinquedo. Eu sentei lá na pracinha com ela e ela era bem pequenininha, nem andava. A criançadinha da favela foi tudo pra cima. Eles nunca tinham visto aquilo tudo de brinquedo. Você fica né...

O medo é um assunto muito presente no imaginário das pessoas, especialmente se, em função do lugar ocupado na hierarquia econômica e social (e também na hierarquia espacial da cidade), há uma auto-identificação como uma vítima potencial. Negar absolutamente que exista um conteúdo de verdade nessa preocupação, uma vez que os moradores dos bairros mais ricos da metrópole são vítimas potenciais de roubos, assaltos ou seqüestros, seria muito difícil. No entanto, esse entoadado não está em nada dissociado da reprodução de um imaginário perverso, segundo o qual a *criminalidade* e a *pobreza* (representada pela favela) aparecem numa relação quase imanente. Existe, até onde foi possível observar, uma consciência envergonhada, muitas vezes culpada, que impede associações muito imediatas entre uma coisa e outra. O reconhecimento dessas associações só é mesmo possível, muitas vezes, reservando um cuidado para as contradições que aparecem inevitavelmente no discurso. Apenas muito dificilmente as falas conseguem esconder esse tipo de entrelaçamento. O medo do crime é, simultaneamente, o medo de um conjunto de representações, formuladas através de uma série de estigmas sociais. O medo também é o medo daquele que é identificado como diferente; mas essas diferenças não são quaisquer diferenças. Elas são diferenças determinadas primeiramente pelo plano do econômico, que se desdobram como diferenças espaciais e sociais, mas que têm a potência de aparecerem enquanto diferenças naturais. O que coloca um problema sério do ponto de vista da sociabilidade no seio do urbano.

Essa recorrência do medo como uma questão presente nas entrevistas com moradoras da chamada ‘parte rica’ do Real Parque, nos fez questionar se *o medo* apareceria como uma questão relevante também em outras conversas, especialmente com moradores das áreas ‘mais pobres’ (segundo essa determinação genérica medida pelo nível de rendimentos).

Podemos dizer que *o medo* (ou o sentimento de insegurança) não é uma ‘categoria’ exclusiva do cotidiano dos moradores das áreas mais ricas da cidade. O medo da chamada ‘violência urbana’ não afeta unicamente ‘vítimas potenciais’. Nas conversas com mulheres⁹⁴

⁹⁴ Conforme anunciado em uma nota de rodapé anteriormente, aqui mais uma vez fazemos a ressalva de que pensar o medo como uma questão de gênero teria um sentido importante. Infelizmente, não tivemos tempo de

da favela Real Parque, o medo do assalto, de “andar sozinha à noite, depois do trabalho”, é latente, bem como o medo de que “aconteça alguma coisa com o filho da gente”. Este último medo, talvez o maior deles, não distingue quem afeta, muito menos por qualquer tipo de hierarquização por nível de rendimentos. Mas, a todos esses ‘medos’, soma-se um que é potencialmente dilacerador: trata-se do medo da perda da casa e da perda de uma centralidade urbana.

Desde 2007, uma série de expropriações tem marcado esse fragmento espacial que contém as favelas Real Parque e Jardim Panorama⁹⁵. Em 2007, inicia-se um violento processo de reintegração de posse na favela Real Parque, levado a cabo pela justiça em nome de um requerimento da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) – proprietária legal de uma parte do terreno por sobre onde se deu a ocupação da favela⁹⁶; em 2008, uma negociação entre a construtora JHSH – responsável pelo Empreendimento Parque Cidade Jardim – e alguns moradores da favela Jardim Panorama, fez com que 70 famílias vendessem suas casas pelo valor de quarenta mil reais, dispersando-se para outras áreas da cidade⁹⁷; desde em 2008 até o presente, está em curso um processo de desapropriação de dois lotes da favela Real Parque, realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), representada EMURB, cujo objetivo é a liberação do espaço para a construção de Habitações de Interesse Social (HIS) como contrapartida dos recursos obtidos com a Operação Urbana Consorciada Faria Lima (construção que teve início em setembro de 2010). Também em setembro de 2010, um incêndio de grandes proporções atingiu a Favela Real Parque, desalojando – segundo cálculos da defesa civil – cerca de 1.500 pessoas. Ainda em 2010, com o avanço das construções das torres comerciais do Empreendimento Parque Cidade Jardim, um terreno na favela Jardim Panorama deslizou – possivelmente em função dos impactos das obras – justificando a necessidade de retirada de um número considerável de famílias da favela (retirada realizada com o pagamento de indenizações feito pela JHSH).

Todos esses acontecimentos – apesar de não serem enunciados em seu conjunto – podem, em grande medida, explicar porque o medo, não do assalto, mas da perda (da casa, de um lugar, de uma centralidade) é latente. À pergunta: “do que você tem medo?”, respostas

refletir mais verticalmente sobre essa questão.

⁹⁵ O histórico de expropriações nessa região é muito mais antigo e remete ao início do processo de urbanização dessa região (primeira metade do século XX). Apenas enfatizamos os anos 2007, pois a partir de então, uma série de acontecimentos têm marcado a dinâmica espacial desse lugar.

⁹⁶ Ver a esse respeito: Tiarajú D’Andrea (2009) e Fernanda Pinheiro (2011).

⁹⁷ Segundo o presidente da Associação de Moradores da Favela Jardim Panorama, a instituição não possui qualquer informação sobre os locais para onde esses moradores vieram a se estabelecer após a venda dos barracos.

como: “de sair daqui”, “de perder a casa”, “de ter que começar tudo de novo”, “de que a gente não consiga o *usucapião*”, são potencialmente reveladoras.

O que esses apontamentos sinalizam é o fato de que o medo não é apenas um sentimento ou o resultado subjetivo de uma percepção determinada pelo número e pelo drama decorrentes da ‘violência urbana’ ou da ‘criminalidade urbana violenta’. Ele também é o resultado objetivo (interpretado subjetivamente) de uma urbanização fundamentada na propriedade privada da riqueza e da terra, capaz de determinar, no limite, quem está mais ou menos vulnerável de ser acometido pela perda (da casa), quem é mais ou menos ‘vítima potencial’ dos imperativos de um processo imanentemente expropriatório e segregativo. O medo é uma das categorias que atinge a todos, ainda que de maneira qualitativamente diferente. Ainda que não possa ser reduzido a apenas os exemplos citados, podemos afirmar, entretanto, que ele é uma das formas subjetivas determinantes da experiência urbana possível.

A pergunta que pode surgir é a seguinte: por que, exatamente, essas e não outras categorias foram definidas? É certo que outras tantas ‘categorias’ para análise do cotidiano existem e merecem ser descortinadas. Essas, no entanto, foram as ‘categorias’ que se revelaram recorrentes em praticamente todas as conversas, mas, mais do que isso, elas possibilitam o estabelecimento de uma analogia particularmente interessante para os objetivos desse trabalho.

Seguindo um raciocínio bastante veiculado nos meios de comunicação de massa, poderíamos colocar a pergunta sobre quais seriam as conseqüências possíveis para a experiência urbana dos cidadãos, derivadas do aumento da violência ou da criminalidade urbana. Poucas pessoas estranhariam a resposta ou a associação de que o crescimento sem precedentes da criminalidade urbana estaria gerando, por conseqüência, um profundo aumento no medo e no sentimento de insegurança, freqüentemente responsáveis pelas mudanças no padrão de comportamento das pessoas, que estariam, cada vez mais, isolando-se em suas casas, enclausurando-se em seus condomínios fechados fortificados. O encadeamento desses fatos não pode ser completamente encarado como delírio, mas é certo que se sustenta também sobre um grau de irrealidade. O que nos interessa particularmente aqui é pensar que o medo, o sentimento de insegurança, o enclausuramento e o isolamento não são apenas conseqüências de uma violência associada aos termos postos na noção de criminalidade urbana. Mais do que isso, essas categorias são também o resultado subjetivo e

objetivo do processo de urbanização capitalista tal como ele se desenvolveu na metrópole paulistana e mais especificamente no lugar analisado.

Poderíamos inverter a conclusão habitual, e considerar que essas categorias são o resultado prático da violência, mas a violência do processo de reprodução capitalista, que se realiza também através do processo de urbanização.

Considerações Finais

As considerações finais de um trabalho – ou ao menos deste trabalho em específico – parecem expressar o momento mais difícil da redação. Isso porque, de alguma forma, há uma expectativa (do leitor e também nossa) de que aqui nesse espaço um conjunto de idéias e conclusões se resolva, se costure ou mesmo se feche, mesmo que não completamente. Ao final dos três de anos de mestrado, compreendido como um processo de formação que ainda está em curso e que culmina com a apresentação deste trabalho, é possível que nem todas as costuras estejam prontas; o que acreditamos não diminuir o esforço da tentativa.

Temos alguma clareza de que esse processo de pesquisa termina, sem se completar absolutamente. Não falamos isso com o objetivo de escapar da responsabilidade perante o movimento do pensamento que está expresso enquanto movimento do próprio texto. De forma alguma. O texto tenta expressar, em alguma medida, que as dificuldades constituem e movem o próprio processo de pesquisa; e as conquistas, quando existem, também estão expressas enquanto processo do pensamento teórico que se coloca em movimento. É nesse sentido, que a epígrafe que abre o trabalho expõe com alguma fidelidade a nossa partilha com Henri Lefebvre a propósito do conhecimento. O saber, diz o autor, “não coincide nem com um *savoir-faire*, nem com uma soma de técnicas. Ele é teórico, provisório, passível de reexame, contestável. Ou não é nada” (LEFEBVRE, 1999:60). A pesquisa, expondo suas incompletudes, se coloca ao debate. Sabemos de sua provisoriedade, aguardamos o seu reexame, pois isso revela o sentido vivo do conhecimento que não pretende dar a última palavra sobre o processo analisado.

Cabe aqui fazer uma ressalva de que nem todos os dados, observações, informações da pesquisa empírica estão anunciados ao longo do texto, apesar de terem sido importantíssimos na conquista da reflexão teórica que apresentamos. É possível que se considere que priorizamos o pensamento teórico, o que não é absolutamente falso. Mas é preciso enfatizar aqui que esse pensamento teórico, sem o qual não conseguiríamos refletir profundamente ao que nos propusemos, sai das conquistas da pesquisa empírica, mesmo quando elas não foram expressamente reveladas. Sua ausência deriva mais da imposição objetiva do tempo da pesquisa e do movimento do pensamento, do que de uma escolha metodológica subjetiva.

Todas as observações acima não intentam justificar as ausências, mas apresentar com honestidade as presenças.

Após mais de dois anos em processo de reflexão sobre essa pesquisa, nos deparamos com um texto que não aparece no corpo desse trabalho e que, no entanto, foi fundamental para colocar algumas respostas a perguntas que nem sempre puderam ser completamente ou devidamente elaboradas. Trata-se do texto *O conceito de esclarecimento*, escrito por Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento* (2006 [1947]). Quando se colocaram ao desafio de escrever *Dialética do Esclarecimento*⁹⁸, Adorno e Horkheimer se propunham a responder àquela que seria uma preocupação central à época: “*por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie*”? (ADORNO & HORKHEIMER, 2006:11) (Grifo nosso). Essa pergunta, completamente pertinente ao que os autores puderam se deparar durante os horrores do fascismo (e também no período pós-fascista), ainda tem profunda pertinência nos dias de hoje. Sem entrar nos detalhes a propósito desse livro, o que demandaria certamente mais um capítulo, podemos dizer que essa pergunta colocada pelos autores era a pergunta que mal formulada ou inconscientemente nos movia (e nos move) a pensar criticamente os conteúdos dessa sociedade.

Essa pergunta crucial, mesmo que não considerada ou formulada pelo nosso próprio pensamento no início do processo de pesquisa, pode fundamentar uma explicação para a nossa recusa em prosseguir em um caminho que aderiria e imobilizava a reflexão sobre ‘violência’ estritamente à noção de criminalidade. Pois, apesar de midiaticamente a criminalidade (e sua cruzeza) aparecer como identidade à barbárie dos nossos tempos, nós não conseguimos aceitar e sustentar teoricamente tal interpretação. Se não entramos em um “estado verdadeiramente humano”, a resposta a essa pergunta nos parece estar muito mais relacionada com o fetiche de nossa sociedade que coisifica os homens (quando não os animaliza) e anima as coisas, do que com a brutalidade individual que personifica o criminoso. Por isso, a busca por um sentido da barbárie, mesmo que escondida sob a máscara da democracia burguesa, não poderia residir ou resumir-se na noção de criminalidade. Foi por esse motivo que, mesmo admitindo os caminhos tortuosos e descontínuos, procuramos descobrir⁹⁹ os conteúdos que sustentam uma sociedade ancorada na ideologia ocidental do progresso capitalista, que se realiza a nosso ver violentamente, repressivamente e, mesmo, totalitariamente. A busca de uma compreensão do processo de urbanização capitalista teve

⁹⁸ Os escritos de *Dialética do Esclarecimento* (2006) datam de um contexto sombrio marcado pelos horrores vivenciados durante e pós 2ª Guerra Mundial.

⁹⁹ Ou ao menos dar um passo em direção a isso.

para nós, como sentido estratégico do conhecimento, o objetivo de se contrapor teoricamente à ideia (ou a ideologia) de que o processo de urbanização é a expressão, por excelência, do progresso capitalista. Se o processo de urbanização permitiu melhoras concretas na vida individual e social, no entanto, acreditamos que a sua admissão enquanto progresso esconde que ele só pode se realizar dialeticamente, a partir de e colocando contradições profundas. Nesse sentido, desvendar o que se coloca contraditoriamente ao progresso, assim como desvendar o que se coloca contraditoriamente a um processo que parece pacífico, mas que, em essência, também é violento, é um passo importante na conquista da desmistificação da consciência que enxerga na reprodução dessa sociedade o caminho em direção a uma felicidade abstrata e codificada, quando na realidade continua colocando, mesmo que disfarçadamente, a barbárie como seu fundamento e resultado. Se, o urbano como lugar da realização de um estado verdadeiramente humano está virtualmente colocado na realidade, tal como nos diz Lefebvre, acreditamos que sua possibilidade de vir a tomar forma também reside no esforço coletivo de se desvelar teoricamente os conteúdos e processos que o impedem de se concretizar. Acreditamos que a violência imanente ao processo de urbanização que incorpora a racionalidade irracional e destruidora do capital é um desses conteúdos e, por isso, invocou nossa atenção. Esperamos ter dado uma mínima contribuição a esse esforço coletivo profundamente necessário.

Bibliografia

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**, no. 8. Porto Alegre, Jul/Dez. 2002.
- ADORNO, T. Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial? In: CONH, G. (org.) **Theodor W. Adorno: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. pp. 62-75.
- ADORNO, T. Progresso. In: ADORNO, T. **Palavras e sinais: modelos críticos**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 37-61.
- ADORNO, T. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: **Revista Margem Esquerda** nº 7. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. pp.159-189.
- ADORNO, T. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- ALFREDO, A. **A luta pela cidade na metrópole de São Paulo. Do projeto à construção da Avenida Água Espraiada**. 1999. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1999.
- AZEVEDO, A. (Org.). **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.4v.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência In: BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2011. pp. 121- 156.
- BRANT, V. C. (Org.). **São Paulo: trabalhar e viver**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BOSCHI, R. R. (Org.). **Violência e cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CALDEIRA, Teresa P. C. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34 / Edusp, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, A. F. A. Novas contradições do espaço. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 62-74.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F. A. Uma leitura sobre a cidade. In: **Cidades**. v.1, n.1, 2004, pp.11-30.

- CARLOS, A. F. A. A ilusão da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma Geografia Urbana Crítica. In: Revista Cidades, vol.6, nº10, jul-dez 2009. PP.289-306.
- CARVALHO, M. A. R. Quatro Vezes Cidade. Sette Letras, 1994.
- CARVALHO, M. A. R. Cidade escassa e violência urbana. In: **Série Estudos**. Rio de Janeiro. nº 91, 1995. pp.55-65.
- DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.A.; SEABRA, O.C. de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. pp.48-61.
- DAMIANI, A. L. A crise da cidade e os termos da urbanização. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. pp.118-131.
- DAMIANI, A. L. **A metrópole enquanto urbanização crítica - Atualização da grande maquinaria no século XX: a produção do espaço (urbano)**. In: 53.º Congresso Internacional de Americanistas, 2009, ciudad do México. 53.º Congresso Internacional de Americanistas. ciudad do México : Universidad Iberoamericana, 2009. v. 1. p. 1-14.
- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica: periferias urbanas. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Org.). **Metrópole em Mosaico** (série Nossa História III). São Paulo: CIEE - Centro Integrado Empresa Escola, 2010.
- D’ANDREA, T. P. **Nas Tramas da Segregação: O Real Panorama da Pólis**. 2008. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2008.
- DAVIS, M. **Cidade de Quartzos. Escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1993. pp. 205-235.
- ELIAS, N. Mudanças na agressividade. In: ELIAS, N. **O processo civilizador. V. 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. pp.189-203.
- FERREIRA, I.; PENNA, N. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, pp. 155-168. 2005.
- FERREIRA, J. S. W. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um urbanismo às avessas. In: OLIVEIRA, F RIZEK, C.; BRAGA, R. (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 185-213.
- FIX, M. A fórmula mágica da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, M. C; BENFATTI, D. (Org.). **Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004, p. 185-198.

- GOMES, M. de F. C. M. Sonhos urbanos e pesadelos metropolitanos: violência e segregação na cidade do Rio de Janeiro. In: **Scripta Nova**. Ed. Eletrônica. Vol.VII, nº 146(131), 2003.
- HARVEY, D. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 77-94.
- HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. In: **São Paulo em perspectiva**. Vol.18, nº4. São Paulo. 2004.
- JAY, M. A integração da psicanálise. In: JAY, M. **A imaginação dialética**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. pp.133-162.
- KOSMINSKY, E.V.; ANDRADE, M. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, J.de S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.51-70.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, H. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Editora Documentos, 1969
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Edições Península, 1970.
- LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991, Série Temas.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.
- LOJKINE, J. O papel do Estado na urbanização capitalista – Da política estatal à política urbana. In: FORTI, R. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-91.
- MARCUSE, H. A paralisia da crítica: sociedade sem oposição. In: MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. pp. 13-20.
- MARCUSE, H. As novas formas de controle. In: MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. pp. 23-37.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.) **A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 121-192.

- MARX, K. **O Capital. O Processo de Produção do Capital.** Volume 1. Livro Primeiro. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. Metamorfose do sobrelucro em renda fundiária. Seção VI. In: MARX, K. **O Capital. O Processo Global da Produção Capitalista.** Volume III. Livro Terceiro. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural: 1986. pp.123-166.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MATOS, O. C. F. Dialética do Iluminismo: mito iluminado e iluminismo mitológico. In: **Hypnós**, São Paulo, n. 4, p. 28-38, 1998.
- MENDES, R. da S. Os bairros da zona norte e orientais. In: AZEVEDO, A. E. (Coord.) **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v.3, p.183.
- MENDES, R. da S. Os bairros da zona sul e os bairros ocidentais. In: AZEVEDO, A. E. (Coord.) **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v.3, p.257.
- MISSE, M. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. In: **Série Estudos.** nº 91. Rio de Janeiro, 1995. pp.23-39.
- MISSE, M. Violência: o que foi que aconteceu? In: **Jornal do SINTURF**, ano XVII, n. 529, 2002.
- NASSER, A.C.A.; FUMAGALLI, M. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, J.de S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-38.
- OFFE, C. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 140-177.
- OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 122-137.
- OLIVEN, R. G. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, R. (org.). **Violência e cidade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano. **Espaco & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 6, jun/set 1982, p. 36-54.
- OLIVEIRA, I. A. R. Estado e Trabalho na Sociologia Crítica de Claus Offe. **Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 4-41, 1990. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_resenhas.html. Acesso em: 10 ago. 2011.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

PINHEIRO, P. S. (org.) **São Paulo sem medo. Um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

PINHEIRO, P. S. e ALMEIDA, G. A. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e a crise. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. pp.132-136.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Geografia e violência urbana. In: OLIVEIRA, A. U. de; PONTUSCHKA, N. N. **Geografia em Perspectiva**. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.77-86.

ROLNIK, R. Planejamento urbano nos anos 90: Novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L.C.de Q.; SANTOS JÚNIOR, O.A. (orgs.) **Globalização e fragmentação da Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 351-360.

SAFATLE, V. **Introdução à experiência intelectual de Theodor Adorno - Aula 9**. (texto entregue como síntese de aula – Disciplina Teoria das Ciências Humana). São Paulo: Departamento de Filosofia/FFLCH/USP, jul-dez, 2008. (mimeogr.).

SAFATLE, V. **Introdução à experiência intelectual de Theodor Adorno - Aula 10**. (texto entregue como síntese de aula – Disciplina Teoria das Ciências Humana). São Paulo: Departamento de Filosofia/FFLCH/USP, jul-dez, 2008. (mimeogr.).

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA. **Município em mapas**: série pôster: panorama. Mapa 7: Valor do Solo Urbano, p.1. 2008. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/mm/panorama/pdf/pag07.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2008.

SEABRA, O. C. de L. Os Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.

SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J.de S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

SILVA, P. F. da. Violência, natureza e cultura: considerações acerca da sedimentação psíquica da violência difusa. In: **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 17, 2009, p. 417-431.

- SILVA, F.P. **A lei do capital: uma possibilidade de compreensão da dimensão jurídica da propriedade do espaço urbano e a investigação da ação de reintegração de posse da favela Real Parque.** Trabalho de Graduação Individual (TGI). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2011.
- SOUZA, M. J. L. Planejamento e gestão urbanos em uma era de medo. In: **Revista Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, nº12, jan-abr 2004.
- SOUZA, M. J. L. **Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SPÓSITO, M. P. A produção política da sociedade. In: MARTINS, J.de S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 39-50.
- VILLAÇA, F. J. M. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C e SCHIFFER, S.R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: FUPAM/EDUSP, 2004, p. 169-244.
- WACQUANT, L. **As duas faces do gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- WEBER, M. *A política como vocação.* In: *H. H. Gerth e C. Wright Mills (orgs.). Max Weber – Ensaios de Sociologia.* Rio de Janeiro: Editora: LTC -Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982. p. 97-153.
- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** São Paulo, v.9 (1), 1997. pp. 5-41.
- ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em Perspectiva,** v.13. n.3. São Paulo Jul/Set. 1999.

Documentos:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 2ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/oucfl_ata_2_roggoucfl08dez.pdf
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 3ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/oucfl_ata_3_roggoucfl09abr.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 4ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/oucfl_ata_4_roggoucfl09jul.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 5ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/oucfl_ata_5_reuniao_ggoucfl.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 6ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/oucfl_ata_6_roggoucfl09dez.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 7ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/ata_7_reuniao_ggoucfl_mar_10.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 8ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/ata_8a_reuniao_julho_2010_rev.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 9ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/ata_9_reuniao_ggoucfl_out_10.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Ata da 10ª reunião do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.** Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/ata_10_reuniao_ggoucfl_set_11.pdf

Sítios eletrônicos

Companhia City de Desenvolvimento, 2010. Disponível em: <http://www.ciacity.com.br/>